

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN
MESTRADO EM DESIGN**

Tercilia Tayná Prado Mendonça

**CIDADE PARA TODOS OU CIDADE PARA POUCOS: DISCUSSÃO SOBRE A GESTÃO DOS
BANHEIROS PÚBLICOS NA PERSPECTIVA DO DESIGN**

Recife
2022

Tercilia Tayná Prado Mendonça

**CIDADE PARA TODOS OU CIDADE PARA POUCOS: DISCUSSÃO SOBRE A GESTÃO DOS
BANHEIROS PÚBLICOS NA PERSPECTIVA DO DESIGN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, para obtenção do título de Mestre em Design.

Área de concentração: Planejamento e Contextualização de Artefatos

Orientador (a): Prof.^ª. Dra. Laura Bezerra Martins

Recife
2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Mariana de Souza Alves – CRB-4/2105

M539c Mendonça, Tercilia Tayná Prado
Cidade para todos ou cidade para poucos: discussão sobre a gestão dos banheiros públicos na perspectiva do Design / Tercilia Tayná Prado Mendonça, 2022.
185f.: il., fig.

Sob orientação de Laura Bezerra Martins.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Design, 2022.

Inclui referências e apêndices.

1. Planejamento e Contextualização de Artefatos. 2. Banheiros Públicos. 3. Gestão. 4. Políticas Públicas. 5. Design. 6. Atratividade. I. Martins, Laura Bezerra (Orientação). II. Título.

745.2 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2022-165)

TERCILIA TAYNÁ PRADO MENDONÇA

**“CIDADE PARA TODOS OU CIDADE PARA POUCOS: DISCUSSÃO
SOBRE A GESTÃO DOS BANHEIROS PÚBLICOS NA PERSPECTIVA
DO DESIGN”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Design.

Aprovada em: 28/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^aLaura Bezerra Martinsi (Orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr.Lourival Lopes Costa Filho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a.Rosimeri Franck Pichler (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Aos meus pais, Jane e Neto, que sempre se
fizeram presentes.

Grata a porção do universo que me toca.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Universidade Federal de Pernambuco, ao Reitor Alfredo Macedo Gomes, aos professores da Pós-Graduação em Design (PPG-Design), e a todos os funcionários do centro que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação e permanência no programa. Também sou grata a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), que me forneceu uma bolsa de pesquisa para que, dessa maneira, eu conseguisse focar integralmente no meu projeto de pesquisa. Devo reconhecer também todo o benefício das ações da professora Laura Martins, mais que uma orientadora extraordinária, ela é uma pessoa atenciosa e uma boa amiga.

Sou grata, acima de tudo, a meus pais, Neto e Jane. Que mesmo não entendendo o que faço, eles sempre estiveram me incentivando e me dando apoio. Sei que sem eles nada disso seria possível. Ressalto ainda, a minha gratidão pela vida das minhas três cachorras, Lana, Vitória e Millie que todos os dias me trazem alegria e calma para continuar.

Exponho minha gratidão aos meus amigos e colegas, por todo os bons momentos que compartilhei com eles, em especial a Ewerton, Jonatas e Pablo. Não posso deixar de externar minha gratidão a Marcelo Cavalcanti, meu amor, por sempre me impulsionar a ser a melhor versão de mim mesma, me dando a paz que eu precisava para poder crescer.

Agradeço também aos voluntários que ajudaram na elaboração dessa pesquisa, os gestores urbanos, a Csurb e aos usuários que participaram das entrevistas. Também sou grata aos membros da banca da qualificação que forneceram recomendações valiosas para o andamento do projeto.

“Se avexe não. Toda caminhada começa no primeiro passo”.

(Accioly Neto)

RESUMO

O ambiente construído influencia a saúde, a mobilidade e a qualidade de vida dos seus usuários, principalmente se tratando dos ambientes construídos no meio urbano. O presente estudo, compreende os banheiros públicos como infraestruturas essenciais para promover a qualidade de vida em espaços de uso comum, assim como, incentivar a construção de municípios sustentáveis. Além do que, a provisão e distribuição adequada de banheiros estimula o turismo, o comércio local e socialização de pessoas. No entanto, parece ser um desafio para os responsáveis do poder público prestar esse serviço a todos os cidadãos de forma democrática, inclusiva e segura. Portanto, esta pesquisa teve como principal objetivo debater o formato de gerenciamento dos banheiros situados nos mercados públicos do Recife, a partir da ótica do Design, aplicando entrevistas aos gestores e usuários diretos desses ambientes. Os banheiros selecionados para esse estudo são os que estão presentes no Mercado de Casa Amarela, da Boa Vista, da Madalena, da Encruzilhada e de São José. A pesquisa tomou como base uma análise anteriormente desenvolvida pela autora, que teve como foco a ergonomia do ambiente construído. Na busca pelos resultados, foi utilizado a entrevista semiestruturada como instrumento metodológico no estudo de campo. A entrevista abordou questões exploratórias que serviram para o entendimento de diversos aspectos da gestão urbana, reunindo conhecimento desde a administração de higiene até a percepção dos usuários. O presente estudo evidencia que também é papel do designer compreender e identificar a relação situação-problema-solução, através do contexto do gestor e usuário. Essa dissertação trata sobre políticas públicas, que é uma questão fundamental para o Estado, pois está intimamente ligada à transformação da realidade social, funcionando como um vínculo entre a situação existente e aquela onde se quer chegar, isto é, contribuir para construção de cidades utilizáveis por todos e não por poucos. O corrente estudo identificou que o aspecto determinante para a definição dos planos urbanos voltados à banheiros públicos é o vandalismo. Também levantou as condições atuais de acessibilidade e atratividade que os ambientes pesquisados oferecem a seus usuários, se mostrando deficiente em ambos e também propõe melhorias ao plano urbanístico existente.

Palavras-chave: Banheiros Públicos; Gestão; Políticas Públicas; Design; Atratividade;

ABSTRACT

The built environment influences the health, mobility and quality of life of its users, especially when it comes to built environments in urban areas. The present study understands public restrooms as essential infrastructures to promote quality of life in spaces of common use, as well as encourage the construction of sustainable municipalities. Furthermore, the adequate provision and distribution of toilets stimulates tourism, local commerce and the socialization of people. However, it seems to be a challenge for those responsible for public power to provide this service to all citizens in a democratic, inclusive and safe way. Therefore, this research had as main objective to discuss the management format of bathrooms located in public markets in Recife, from the perspective of Design, applying interviews to managers and direct users of these environments. The bathrooms selected for this study are those found in the Mercado de Casa Amarela, Boa Vista, Madalena, Encruzilhada and São José. The research was based on an analysis previously developed by the author, which focused on the ergonomics of the built environment. In the search for the results, the semi-structured interview was used as a methodological instrument in the field study. The interview addressed exploratory questions that served to understand various aspects of urban management, gathering knowledge from hygiene management to the perception of users. The present study shows that it is also the role of the designer to understand and identify the situation-problem-solution relationship, through the context of the manager and user. This dissertation deals with public policies, which is a fundamental issue for the State, as it is closely linked to the transformation of social reality. Functioning as a link between the existing situation and the one we want to reach, that is, to contribute to the construction of cities that can be used by all and not by a few. The current study identified that the determining aspect for the definition of urban plans aimed at public restrooms is vandalism. It also raised the current conditions of accessibility and attractiveness that the surveyed environments offer their users, showing themselves to be deficient in both and also proposes improvements to the existing urban plan.

Keywords: Public Bathrooms; Management; Public policy; Design; Attractiveness;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	esboço (A) e imagem 3D da "cidade ideal" de Da Vinci (B)	28
Figura 2 -	esquema das dez características e do Caráter Físico, Comunidade e Clima	36
Figura 3 -	diagrama de atributos para espaços habitáveis	38
Figura 4 -	exemplo de latrinas da época medieval	44
Figura 5 -	ilustração do uso (A) e imagem real das latrinas usadas na Roma Antiga (B)	44
Figura 6 -	entrada do mercado de São José	48
Figura 7 -	entrada do mercado da Boa Vista	49
Figura 8 -	entrada do mercado da Encruzilhada	49
Figura 9 -	entrada do mercado da Madalena	50
Figura 10 -	entrada do mercado de Casa Amarela	51
Figura 11 -	entrada do mercado de Casa Amarela	54
Figura 12 -	caixa de descarga quebrada (A); balde e pia para descarga(B); piso danificado(C)	82
Figura 13 -	infiltrações e mofos	82
Figura 14 -	entrada do banheiro (A) e barreira no corredor central (B)	83
Figura 15 -	avaliação dimensional da circulação horizontal	85
Figura 16 -	fluxograma de quatro fases da Revisão Sistemática de acordo com PRISMA	90
Figura 17 -	banheiros do mercado da Boa Vista	112
Figura 18 -	banheiros do mercado de Casa Amarela	113
Figura 19 -	banheiros do mercado da Encruzilhada	114
Figura 20 -	banheiros do mercado da Madalena	115
Figura 21 -	banheiros do mercado de São José	116
Figura 22 -	organograma da cadeira escalar de gestão dos banheiros públicos	118
Figura 23 -	folder informativo da lei nº 18.890	129
Figura 24 -	placa informativa da ouvidora geral do município	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - perguntas a serem consideradas em relação ao aspecto da acessibilidade	39
Quadro 2 - perguntas a serem consideradas em relação ao aspecto ativo	39
Quadro 3 - perguntas a serem consideradas em relação ao aspecto do conforto	40
Quadro 4 - perguntas a serem consideradas em relação ao aspecto da sociabilidade	40
Quadro 5 - sete princípios para se tornar uma Cidade de Mercado	41
Quadro 6 - requisito projetuais aplicados a banheiros públicos utilizando o DU	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - faixa de renda dos frequentadores do Mercado da Encruzilha	60
Gráfico 2 - objetivos dos frequentadores do Mercado da Encruzilha	61
Gráfico 3 - número de citações alcançado pelos estudos por ano de publicação	92

LISTA DE TABELAS

Tabelas 1 -	mercado de São José	47
Tabelas 2 -	mercado da Boa Vista	48
Tabelas 3 -	mercado da Encruzilhada	49
Tabelas 4 -	mercado da Madalena	50
Tabelas 5 -	mercado de Casa Amarela	50
Tabelas 6 -	critérios e características de atratividade de acordo com Siqueira (2021)	74
Tabelas 7 -	critérios e características de atratividade de acordo com Fabiani et al. (2018)	76
Tabelas 8 -	atribuição do percentual para o grau de atratividade	76
Tabelas 9 -	critérios e características de atratividade de acordo com Fabiani et al. (2019)	77
Tabelas 10 -	características e critérios de atratividade para banheiros públicos	78
Tabelas 11 -	verificação do conforto ambiental	83
Tabelas 12 -	identificação dos artigos	90
Tabelas 13 -	número de estudos organizados por país do primeiro autor e ano de publicação	93
Tabelas 14 -	matriz de síntese de conteúdo relacionado a infraestutura	94
Tabelas 15 -	matriz de síntese de conteúdo relacionado a localização e sinalização	97
Tabelas 16 -	matriz de síntese de conteúdo relacionado a gestão, manutenção e limpeza	100
Tabelas 17 -	matriz de síntese de conteúdo relacionado a questões socioculturais	102
Tabelas 18 -	entrevista com os usuários dos banheiros públicos do Mercado da Madalena	132
Tabelas 19 -	entrevista com os usuários dos banheiros públicos do Mercado da Boa Vista	132
Tabelas 20 -	entrevista com os usuários dos banheiros públicos do Mercado da Encruzilhada	133
Tabelas 21 -	entrevista com os usuários dos banheiros públicos do Mercado de Casa Amarela	133
Tabelas 22 -	entrevista com os usuários dos banheiros públicos do Mercado de São José	133
Tabelas 23 -	aplicação dos critérios de Design Universal	149
Tabelas 24 -	nível de atratividade dos banheiros do Mercado da Boa Vista	154
Tabelas 25 -	nível de atratividade dos banheiros do Mercado da Madalena	155
Tabelas 26 -	nível de atratividade dos banheiros do Mercado de São José	156

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	OBJETIVOS	18
1.1.1	Objetivo Geral	18
1.1.2	Objetivo Específico	18
1.1.3	Objeto de Estudo	19
1.2	JUSTIFICATIVA	19
2	SAÚDE PÚBLICA	22
2.1	LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	23
2.1.2	Condições de higiene e conforto	26
2.2	INFLUÊNCIA DAS PANDEMIAS PASSADAS NO CONTEXTO URBANO	27
2.2.1	Pandemia da Covid-19	30
3	ASPECTOS URBANOS	32
3.1	AMBIENTE URBANO	32
3.2	DESIGN URBANO	33
3.2.1	CrITÉrios avaliativos do Design Urbano	35
3.2.1.1	<i>National Design Guide</i>	35
3.2.2.1	<i>Projetos para Espaços Públicos</i>	37
3.2.2.1.1	<i>Market Cities e PPS</i>	41
3.3	MOBILIÁRIO URBANO	42
3.3.1	Banheiro Público	43
3.4	DADOS MUNICIPAIS	46
3.5	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO URBANA	52
4	AMBIENTE CONSTRUÍDO	57
4.1	CONCEITUAÇÃO TEÓRICA	57
4.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS USUÁRIOS	59
4.2.1	Usuários diretos	59
4.2.1.1	<i>Pessoa com Deficiência</i>	62
4.2.2	Usuários indiretos	64
4.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE DESIGN UNIVERSAL	64
4.3.1	CrITÉrios avaliativos para promoção de acessibilidade	66

4.3.1.1	NBR 9050	68
4.4	LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E ACESSIBILIDADE	69
4.5	ATRATIVIDADE NO AMBIENTE	71
4.5.1	CrITÉRIOS avaliativos de atratividade	74
5	DELIMITAÇÕES E PRESSUPOSTOS DA PESQUISA	80
5.1	TRABALHO RECORRENTE	80
5.1.1	Contextualização sobre o trabalho recorrente	80
5.1.1.1	<i>Análise Física</i>	80
5.1.1.2	<i>Percepção Ambiental</i>	85
5.1.1.3	<i>Diagnóstico Ergonômico do Ambiente</i>	86
5.1.1.4	<i>Proposições Ergonômicas para o Ambiente</i>	86
5.1.2	Discussões	87
5.2	REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA (RSL)	88
5.2.1	Análise Quantitativa	88
5.2.1.1	<i>Resultados</i>	89
5.2.1.2	<i>Caracterização do Resultados</i>	90
5.2.2	Análise Qualitativa	94
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS	106
6.1	A ELABORAÇÃO DAS ENTREVISTAS	106
6.1.1	Entrevistas com os gestores urbanos	108
6.1.2	Entrevistas com os usuários diretos dos banheiros	108
6.2	ALCANCE DE INFORMAÇÕES	108
6.2.1	Plano de amostragem	108
6.2.2	Processamento dos dados obtidos	109
6.3	ASPECTOS ÉTICOS	110
7	RESULTADOS ENCONTRADOS	111
7.1	OBSERVAÇÃO ASSISTEMÁTICA DOS BANHEIROS PÚBLICOS	111
7.2	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	117
7.2.1	Cadeia escalar de gestão dos banheiros públicos	117
7.2.2	Questões exploratórias sobre segurança	120
7.2.3	Questões exploratórias sobre demandas socioculturais	121

7.2.4	Questões exploratórias sobre a manutenção e distribuição dos banheiros	123
7.2.5	Questões exploratórias sobre a administração de higiene	124
7.2.6	Questões exploratórias sobre acessibilidade	126
7.2.7	Questões exploratórias gerais sobre os banheiros escolhidos	127
7.3	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS USUÁRIOS DIRETOS DOS BANHEIROS	131
8	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	135
8.1	DISCUSSÃO SOBRE A CADEIA ESCALAR DE GESTÃO	135
8.1.1	Correlacionando os resultados com a RSL	136
8.2	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOB A ÓTICA DA SAÚDE PÚBLICA	137
8.2.1	Correlacionando os resultados com a RSL	138
8.3	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOB A ÓTICA DOS ASPECTOS URBANOS	140
8.3.1	National Design Guide	140
8.3.2	Projetos para Espaços Públicos	143
8.3.3	Compressão geral	147
8.4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOB A ÓTICA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	148
8.4.1	Acessibilidade	148
8.4.1.1	<i>Correlacionando os resultados com a RSL</i>	151
8.4.2	Segurança	151
8.4.3	Atratividade	153
8.4.3.1	<i>Correlacionando os resultados com a RSL</i>	157
8.5	OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE GESTÃO DOS BANHEIROS PÚBLICOS	157
8.5.1	Recomendações gerais	158
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
9.1	CONCLUSÕES	162
9.2	SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	164
	REFERÊNCIAS	166
	APÊNDICE A – QUESTÕES UTILIZADAS NAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	182
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	184

1 INTRODUÇÃO

O ambiente construído urbano influencia a saúde, a mobilidade e a qualidade de vida dos seus usuários. O formato em que esse tipo de ambiente se apresenta pode influenciar na frequência da população nos parques, praças, rotas comerciais, áreas de recreação e compras ao ar livre. Essa frequência pode ser um fator importante, servindo como demonstrativo de uma cidade saudável. Vale salientar que ambientes públicos de qualidade promovem confiança nos poderes governamentais. Apenas uma cidade segura e inclusiva estará apta a agradar seus moradores e atrair turistas. Nessa seção foi abordado os aspectos introdutórios, objetivos e justificativa.

A qualidade dos elementos que compõem o ambiente construído no meio urbano está relacionada a vários aspectos, um desses aspectos é como os locais públicos são planejados para atender às necessidades dos seus usuários. De acordo com Mamee e Sahachaisaeree (2010), ao se propor a construção de um ambiente físico, tanto os aspectos internos quanto os externos da construção, devem ser especialmente projetados para facilitar o movimento de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e incentivá-las a participar de qualquer atividade social. Nesse sentido, os ambientes construídos de uso público devem apresentar acesso igual, confortável e seguro a qualquer usuário.

De acordo com Haq (2011), espaços públicos também fornecem lugares para o envolvimento social dos moradores ou comerciantes locais, ajudando a reduzir o isolamento social e levando a um maior bem-estar individual e coletivo. Dessa maneira, o planejamento urbano deve estar apto a desenvolver e aplicar projetos que ordenem o crescimento dos espaços públicos nas cidades, tendo como principal objetivo o de construir e ajustar espaços para que sejam minimizados os problemas decorrentes dos processos de urbanização e da superlotação de ambientes públicos.

O mundo em mudança dinâmica, juntamente com o atual estilo de vida das sociedades fazem com que questões singulares como o fornecimento adequado de banheiros públicos estejam sujeitas a análises. Com base em uma pesquisa desenvolvida anteriormente com foco em um banheiro público situado em uma das maiores feiras livres do país, percebeu-se a necessidade de compreender as questões relacionadas ao gerenciamento desses espaços. Dentro deste contexto, o formato de administração dos

banheiros se apresenta como um fator primordial para a qualidade de vida da população que frequenta feiras e mercados públicos.

Em conformidade com Lima *et al.* (2016), instalações sanitárias são, comumente, usadas por inúmeras pessoas todos os dias, e o resultado é o acúmulo de bactérias e micro-organismos, que podem gerar diversos tipos de contaminações e doenças. Somado a isso, existe o descaso com a parte infraestrutural do ambiente, muitas vezes sem portas, sem descargas e com os revestimentos quebrados, situações assim, geram riscos prejudiciais a todos os usuários. Não obstante, é válido considerar a demanda e a necessidade de usar banheiros públicos sob diferentes circunstâncias e condições, verificando que ainda há muito poucos deles ou o acesso a eles é difícil devido à falta de informações claras sobre sua localização.

Frequentemente, esses locais têm a reputação de lugares negligenciados, cujo uso é o último recurso e, às vezes, um pesadelo para os usuários. Um banheiro público típico, geralmente, difere da utilidade requerida e desejável dos padrões estéticos e técnicos. Entre as queixas mais comuns dirigidas às instalações sanitárias e higiênicas públicas, podemos encontrar: odor desagradável associado, com mais frequência, a ventilação inadequada, falta de limpeza, más condições técnicas dos dispositivos a serem utilizados, falta de higiene, falta de privacidade e efeitos visíveis de vandalismo (JAGLARZ, 2019).

Outro fator, se tratando de ambiente construído, é os aspectos pós-pandêmicos que devem começar a influenciar a infraestrutura dos espaços. Além da Covid-19, outros vírus, doenças e bactérias são transmitidas mais facilmente em ambientes fechados, principalmente em ambientes compartilhados. Portanto, é essencial readequar as estratégias de administração desses banheiros em relação a higienização e estrutura física voltadas a mitigar a propagação e transmissão de vírus. No passado, as pandemias transformaram o ambiente construído por causa do risco e do medo de infecções e doenças (MEGAHEDA; GHONEIM, 2020). Logo, refletir sobre eventos passados e aprender sobre o que pode ser melhorado para respostas futuras é necessário para o ambiente construído e seus usuários diretos e indiretos.

Vale salientar que a organização funcional e espacial dos banheiros públicos também pode contribuir para o conforto da sua utilização. Dessa maneira, é importante que os planos de gestão municipais atendam as necessidades dos usuários além do básico e trate suas expectativas como demanda para requalificação dos banheiros. Segundo

Mamee e Sahachaisaeree (2010), para gerar conforto e bem-estar, universalmente, são necessárias diretrizes de design relevantes para o comportamento dos usuários e suas restrições físicas específicas.

A partir da execução das entrevistas aos gestores urbanos e da compreensão do formato de gerenciamento dos banheiros públicos, a presente pesquisa tem a pretensão de contribuir para o debate e a discussão quanto à importância de noções básicas do Design no projeto de ambiente públicos. A fim de propor recomendações que possam minimizar possíveis falhas na gestão dos banheiros, principalmente em relação ao modelo seguido de higienização, atratividade e acessibilidade. Espera-se que o acervo de informações levantadas nessa pesquisa possa ser disponibilizado para subsidiar os administradores urbanos, designers, arquitetos, pesquisadores, professores, profissionais e estudantes, assim como empresas que procurem referências nessa área.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Debater o formato de gerenciamento dos banheiros situados nos mercados públicos do Recife, a partir da ótica do Design.

Entende-se o Design como uma ciência que engloba diversos temas e tecnologias. Portanto, no momento em que a presente pesquisa menciona “a partir da ótica do Design”, a mesma diz a respeito dos seguintes assuntos: acessibilidade, ambiente construído, aspectos urbanos, ergonomia, conforto ambiental, atratividade, questões socioculturais e saúde pública. Adotou-se esse tipo de análise para uma melhor compreensão das inter-relações e conflitos na interface gestão-ambiente-usuário.

1.1.2 Objetivo Específico

- Identificar os aspectos determinantes para a definição do plano de gestão para banheiros públicos situados em ambientes comerciais;
- Levantar as condições atuais de acessibilidade, atratividade e higiene que os ambientes construídos pesquisados oferecem a seus usuários, através da perspectiva dos aspectos urbanos e da saúde pública;
- Propor melhorias ao plano de gestão existente para os banheiros públicos;

1.1.3 Objeto de Estudo

A presente pesquisa apresenta como objeto de estudo os banheiros dos mercados públicos da cidade do Recife, especificamente, Mercado de São José, Mercado de Casa Amarela, Mercado da Madalena, Mercado da Boa vista e o Mercado da Encruzilhada. Esses banheiros foram escolhidos pois, além de serem públicos, são geridos por uma autarquia municipal própria e estão inseridos dentro um ambiente comercial e turístico. Se diferenciando dos demais banheiros públicos situados na cidade do Recife.

1.2 JUSTIFICATIVA

O Designer Urbano desempenha um papel importante na determinação da saúde e na qualidade de vidas das populações urbanas, porém, esta relação muitas vezes não é clara ou é ignorada (RICE, 2020). Assim, é primordial entender o formato de administração dos banheiros públicos, uma vez que a organização desses fatores pode contribuir para melhor compreensão e para correção de alguns aspectos anteriormente ignorados. É válido salientar que este estudo contribui para o avanço do conhecimento e da formulação de políticas públicas relacionadas à gestão quanto à higiene, acessibilidade, atratividade, segurança, questões socioculturais e provisão de banheiros públicos. A pesquisa também traz contribuições à literatura, ao analisar a dinâmica do ambiente construído relacionando às características do conforto ambiental (saúde pública) e acessibilidade.

O ambiente construído em diferentes escalas espaciais pode afetar ou contribuir com a prevenção e a propagação de doenças infecciosas. Nesse sentido, é imprescindível que o plano urbano municipal esteja consoante com as novas necessidades sociais, para ajudar as cidades na resolução de respostas frente a crise de epidemias e pandemia. Portanto, é preciso capacitar as cidades com fluxos de dados mais detalhados e atualizados regularmente, que possam fornecer melhores evidências para a tomada de decisões.

Um dos fatores importantes dessa pesquisa é que a mesma não tem apenas ligação com os gestores do banheiro público, mas também com os utilizadores diretos do ambiente. Pretendendo elaborar uma discussão a partir dos dados obtidos com os gestores e com os usuários. O presente estudo percebe que o fornecimento adequado de banheiros públicos constitui um elo vital, que permite a criação de cidades sustentáveis, acessíveis

e inclusivas.

Uma das razões da elaboração da presente pesquisa é a consideração dos planos urbanos de gerenciamento de banheiro serem um fator fundamental para a promoção de um maior índice de caminhabilidade no meio urbano. Se o governo deseja que as pessoas deixem seus carros em casa e viagem de transporte público, andem de bicicleta ou a pé, o fornecimento de banheiros públicos adequados é essencial (GREED, 2006). Nesse sentido, quando um plano de gerenciamento de banheiro público está adequado e em sincronia com as necessidades e anseios dos usuários, mais pessoas podem se sentir incentivadas a visitar os locais que esses banheiros estão situados, gerando um maior contato e melhoramento do comércio local. Vale salientar que pedestres com necessidades específicas (deficientes, idosos, pessoas gestantes e crianças), ao estarem em um mercado público, dificilmente poderão chegar com rapidez a um shopping, lanchonete ou galerias (locais privados que possuem sanitários de uso público) para fazer uso do banheiro. Devido ao fato que os banheiros públicos, espalhados pela cidade, estão fechados ou, normalmente, sem condições de uso. Segundo Greed (2006), não se deve presumir que apenas uma minoria precisará de banheiros públicos nas ruas. Nesse sentido, a qualidade dos banheiros situados em mercado e feiras públicas devem estar adequados ao uso, ao longo de todo horário comercial.

Estudos populacionais têm demonstrado que a prevalência de disfunções do assoalho pélvico, que incluem a incontinência urinária e a incontinência anal, aumenta de acordo com a idade e com as comorbidades apresentadas, essas condições têm grande impacto negativo sobre a qualidade de vida, afetando o contato social, a mobilidade urbana e a atividade laboral (BARTOLI et al., 2010). Portanto, propor melhorias aos elementos principais da estratégia do plano de gestão existente para os banheiros públicos, poderá possibilitar a geração de avanços na mobilidade urbana e qualidade de vida, não apenas das pessoas com deficiência, mas também das pessoas que possuem certas necessidades que, comumente, passam despercebidas, como o caso da incontinência em idosos.

Assim, entende-se que os planos de gestão criados para gerenciar banheiros públicos devem considerar a necessidade de idosos, de PcDs e também a instalação de fraldários. Exigindo planos de higiene, instalações de lavagem e lixeiras adequadas para garantir que os usuários subsequentes não sejam confrontados com condições insalubres. Também é imprescindível que o plano de gestão para banheiros situados em mercados

e feiras públicas considerem os fatores de segurança, provisão, manutenção e questões socioculturais, visto que são inúmeras variáveis envolvidas no gerenciamento desses espaços.

Tais constatações motivaram o desenvolvimento desta pesquisa. Uma vez que se percebe a importância de promover uma maior confiabilidade nos ambientes públicos construídos. Gerando e aumentando a segurança e o conforto na utilização dos banheiros, a partir de propostas de melhorias aos planos de gestão e higienização, sob a ótica do Design.

Este estudo, além de cunho social contido em sua essência, percebe-se também um impacto científico, uma vez que durante todo o processo dessa pesquisa foi percebido uma certa escassez na literatura e nas pesquisas acadêmicas que tratam sobre o modelo de gestão de banheiros públicos. Este possível hiato acadêmico também motivou a elaboração de um projeto com o enfoque no presente tema. É preciso destacar que, para execução desse trabalho foram necessárias pesquisas e dados científicos, somado ao uso de referências de autores de prestígio no meio acadêmico, o que tornou possível a elaboração de parâmetros e recomendações para projetos futuros. Juntamente, foi evidenciado o impacto que a pesquisa trará ao design, com foco para o campo da Design Urbano, no sentido de orientação, pesquisa e consulta servindo de indicador e recomendatório para futuros trabalhos nas diversas ênfases que o Design possa vir atuar, como no caso do Design Universal, Acessibilidade, Tecnologia Assistiva, Segurança, Design de Serviço, Design de Produto, Design Inclusivo e Design de Interiores.

2 SAÚDE PÚBLICA

Pode-se dizer que a Saúde Pública tem por principal objetivo o de organizar os sistemas e serviços de saúde da melhor forma possível. Nesse sentido, o governo tem o dever de executar medidas de saúde pública para garantir a segurança e o bem-estar da população. Atuando em fatores condicionantes e determinantes no ambiente e seus elementos como um todo. Nesta seção, serão estudados os fatores relacionados à Saúde Pública, como as Normas Sanitárias, os principais agentes regulamentadores de banheiros públicos e uma breve contextualização sobre pandemias globais. Também será apresentado como esses fatores interagem e modificam o meio urbano.

O conceito de Saúde Pública ainda não possui um conhecimento exato da sua significação, porém, se fundamenta, primordialmente, no direito básico e universal à saúde para toda população, independentemente de gênero, classe social ou crenças.

De acordo com Gaspareto Junior (2012), Saúde Pública pode ser definida como a arte e a ciência de prevenir doenças, prolongar a vida, possibilitar a saúde e a eficiência física e mental através do esforço organizado da comunidade. O autor complementa que esse sistema envolve uma série de medidas adequadas para o desenvolvimento de uma estrutura social capaz de proporcionar a todos os indivíduos de uma sociedade a condição de saúde necessária.

Nesse sentido, todos os determinantes e condicionantes que se relacionam ou interferem na saúde da população individual ou coletivamente, tais como: produtos, alimentos, trabalho, comunidades residenciais, meio ambiente, saneamento e setores comerciais podem contribuir ou dificultar a organização dos sistemas e serviços de Saúde Pública. Portanto, a partir disso, é exposta a importância de se entender o funcionamento desses produtos, sistemas ou serviços, afim de compreender e aplicar as normas sanitárias para o exercício adequado das tarefas em todos os requisitos da Saúde Pública.

Esse requisito também se expande quando banheiros públicos se inserem em diversas questões da saúde. Uma vez que, sem o cuidado necessário e adequado, as instalações sanitárias podem se tornar inóspitas, hostis e repletas de bactérias e germes. De acordo com Colombo (2019), o ato de disponibilizar e cuidar dos banheiros públicos em ambientes urbanos é um tema complexo para gestores públicos de grandes cidades. A autora reforça que isso acontece porque o tema não entra na agenda de prioridades

do governo ou mesmo por ser um assunto que não traz muita popularidade para os governantes.

Mesmo não existindo leis que detalhem especificamente, o formato ideal para gerenciamento de higiene dos banheiros, é importante que os gestores urbanos exerçam essa função com a noção muito clara de como os banheiros são vistos pela maioria da população e trabalhem com foco em mudar essa percepção dos usuários. Isso vai acontecer, predominantemente, no quesito da limpeza e salubridade. Um banheiro que se apresente limpo, com odor agradável e com uma estrutura física que também transpareça essa higienização, vai ser o principal fator para mudança de interpretação dos usuários desses locais.

2.1 LEGISLAÇÃO SANITÁRIA PARA BANHEIROS

A Vigilância Sanitária (VISA) foi definida no § 1º do Art. 6º da Lei nº 8.080/90, podendo ser entendida como um conjunto de ações que visa eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, ao mesmo tempo que intervém nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde. A VISA funciona como componente governamental essencial para viabilizar, impulsionar e assegurar a saúde. Portanto, assumindo um papel primordial para a realização de uma política pública adequada, recebendo apoio de agências e outras instituições para realização eficiente e eficaz do seu trabalho.

No Brasil, a agência que determina a realização das práticas adequadas é a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Tratando de resoluções a respeito da higienização das instalações, equipamentos e utensílios. Entre outras responsabilidades, a VISA também se relaciona com projetos de arquitetura e de ambientes de uso comum (Shoppings; Cinemas; Clubes; Estádios de futebol; Escolas; Salões de beleza; Postos de gasolina; Banheiros; Parques), verificando se uma obra construída ou ampliada foi feita de forma irregular e, portanto, se apresenta riscos à integridade das pessoas.

De acordo com a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP, 2013), o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária engloba unidades nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), com responsabilidades compartilhadas:

- À direção Federal, compete: definir e coordenar o sistema de vigilância sanitária; estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária de produtos, substâncias e serviços de consumo e etc;
- À direção Estadual compete: coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de vigilância sanitária; estabelecer normas, em caráter suplementar, para o controle e avaliação das ações e serviços de saúde, entre outras funções. À esfera Estadual em Pernambuco é representada pela Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (APEVISA).
- À direção Municipal compete: executar serviços de vigilância sanitária, controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.

Para fiscalizar o município de Recife e de todo o Estado, existe o Código Sanitário de Pernambuco, que através do decreto Nº 20.786, estabelece normas referentes à promoção, proteção e recuperação da saúde. No Capítulo III, que trata da coleta e destino de excrementos, o Art. 41 informa que as bacias sanitárias e demais aparelhos destinados a receber despejos deverão ser de louça, de ferro fundido ou outro material obedecidas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. O Artigo 41, ainda exige que:

- É expressamente proibida a instalação de aparelhos sanitários, pias ou lavatórios construídos de cimento.
- Não será permitido o funcionamento de instalações sanitárias de qualquer natureza cujas peças apresentarem defeitos, soluções de continuidade ou acidentes.
- As instalações sanitárias deverão ser sempre mantidas irrepreensivelmente limpas por meio de descargas intermitentes ou contínuas.

É importante salientar que os mercados públicos do Recife são centros de diferentes tipos de comércios. Nesses locais é possível encontrar, principalmente, boxes que vendem frutas e verduras, peixes e carnes, lanchonetes, restaurantes e bares. Portanto, os mercados e feiras públicas podem também serem compreendidos como um conjunto de instalações destinadas ao comércio de alimentos. Nesse seguimento, o decreto Nº 20.786, seção III, que trata dos estabelecimentos destinados ao comércio e à indústria de gêneros alimentícios, apresenta exigências relacionados as instalações sanitárias desses

estabelecimentos. As especificades relacionadas a banheiros, estão presentes nos seguintes artigos e parágrafos:

- Art. 298 - Será vedada a comunicação direta de compartimentos destinados a instalações sanitárias, vestiários, refeitórios, residências, com os locais em que se fabriquem, preparem, beneficiem, manipulem, acondicionem, depositem ou vendam alimentos.
- Art. 299 - Será obrigatória a existência de instalações sanitárias destinadas exclusivamente aos operários em todos os estabelecimentos em que se fabriquem, preparem, beneficiem, manipulem, acondicionem, depositem ou vendam alimentos.
- Parágrafo Único - As instalações sanitárias deverão ser separadas por sexo e mantidas as proporções previstas para os estabelecimentos de trabalho em geral, sendo um deles próprio para deficientes físicos.

Secretárias de saúde de outros Estados, criaram protocolos para reabertura de comércios no período pandêmico. Esse foi o caso da Secretária de Saúde do Rio Grande do Sul que através da Portaria SES Nº 303/2020, estabeleceu protocolos para abertura de shopping centers e centros comerciais no âmbito do estado, em conformidade com o Decreto de Nº 55.240, de 10 de maio de 2020. Em relação aos banheiros desses estabelecimentos, foram obrigados:

- Higienizar, periodicamente, durante o período de funcionamento, no mínimo de três em três horas, e sempre no início das atividades, os pisos e banheiros, preferencialmente com álcool em gel 70%;
- Dispor de Kit completo nos banheiros (álcool gel 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, sabonete líquido, toalhas de papel não reciclado e lixeira com tampa com dispositivo que permita a abertura e o fechamento sem o uso das mãos (pedal ou outro tipo de dispositivo);
- Manter as portas dos sanitários prioritariamente abertas para beneficiar a ventilação e reforçar a limpeza nas maçanetas e puxadores;

Outro fato que se deve levar em consideração é que muitos banheiros públicos não fornecem insumos básicos para o seu funcionamento adequado e higiênico. Essas situações podem ser observadas pela falta de detergentes, papéis, toalhas, papel higiênico, lixeiras, água corrente e, até mesmo, assento sanitário com tampa. Algumas pesquisas

científicas afirmam que o uso de descarga com tampa aberta cria uma nuvem de germes e outros patógenos (SHERECK et al. 2021). Dessa maneira, é imprescindível que os banheiros públicos melhorem quanto a qualidade do fornecimento de insumos, higienização e também do sistema de ventilação, para evitar o acúmulo de partículas contaminantes.

2.1.2 Condições de higiene e conforto

De acordo com Bélanger (2009), o direito mundial da saúde costuma ser definido como o conjunto de regras jurídicas destinadas à proteção ativa da saúde das pessoas, interconectando as regras elaboradas pelas organizações internacionais competentes e as estabelecidas pelos Estados em seus direitos sanitários nacionais. Nesse sentido, levando em consideração os direitos sanitários, o município deve prover a população os padrões básicos de higiene e conforto no meio urbano, principalmente se tratando de banheiros públicos. Segundo Lima et al. (2016), sanitários públicos são, comumente, usados por inúmeras pessoas todos os dias, e o resultado é o acúmulo de patógenos, podendo ocasionar na proliferação de diversas doenças.

É importante salientar que a necessidade de banheiros públicos limpos também é uma preocupação para a saúde dos idosos, física e emocional. Já que os mesmos possuem uma frequente necessidade em urinar e podem evitar de irem à espaços públicos que não possuem instalações sanitárias adequadas. Isso se agrava em virtude da maioria dos banheiros estarem sujos e impróprios para o uso. Os idosos possuem capacidades e limitações físicas distintas, na maioria das vezes é necessário sentar nos vasos sanitários e, muitos dos banheiros públicos não possuem assento sanitário. Junto a isso, Barnett *et al.* (2015) ainda percebe uma relação positiva entre a presença de banheiros públicos e o fato de os idosos poderem caminhar como ato de recreação. Logo, a distribuição adequada dessas instalações pode promover um bem-estar geral, independente da faixa etária.

As questões relacionadas a saúde coletiva, como o tratamento de água e esgoto, o recolhimento e descarte adequado do lixo, a limpeza das ruas, a higienização dos ambientes compartilhados, etc., devem ser primordiais para o funcionamento de uma sociedade. Quando essas questões não são tratadas a fundo algumas doenças infecciosas podem surgir, "tem uma série de agentes que provocam quadros de diarreia e são causados por contaminação ambiental" (MALDINE; POLIGANO, 2019). Nesse

sentido, com foco sobre higiene e conforto na cidade, é importante destacar o tema da limpeza urbana com foco aos banheiros públicos. Mesmo que a limpeza desses espaços sejam um dever do município, é importante salientar que é responsabilidade de todos. As práticas higiênicas refletem hábitos que se instituem como códigos socioculturais (MINNAERT; FREITAS, 2010).

Segundo Godoy (2015), a Ciência Política brasileira desconhece em partes a realidade da política pública de limpeza urbana. Esse seria o motivo pelo qual é interessante ter em mente as características do que seja essa política, ou seja, para analisar o que há por trás do sistema de limpeza urbana será preciso saber do que ela consiste. Dessa maneira, além do entendimento do que é limpeza urbana é indispensável a compreensão do formato de aplicação e da promoção da higiene, principalmente em ambientes compartilhados. Nesse sentido, Godoy (2016) afirma que, embora a existência de relações entre Estado e a produção de políticas seja reconhecida pela literatura, poucos estudos se dedicaram a estudar essa dimensão no setor de políticas urbanas.

Conseqüentemente, há relação entre a higiene ambiental em banheiros situados nos mercados públicos e a frequência das pessoas nos mercados. Observa-se isso como um fator chave para o crescimento de setores comerciais nas cidades. A população, por sua vez, compreende a limpeza dos ambientes construídos urbanos como algo mais que o cuidado com a higiene, é um cuidado estético, cujo foco é a aparência, antes mesmo de ser a higiene (MINNAERT; FREITAS, 2010). Logo, o gerenciamento adequado dos banheiros públicos em áreas comerciais pode ser importante para um possível aumento do faturamento dos negócios locais.

2.2 INFLUÊNCIA DAS PANDEMIAS PASSADAS NO CONTEXTO URBANO

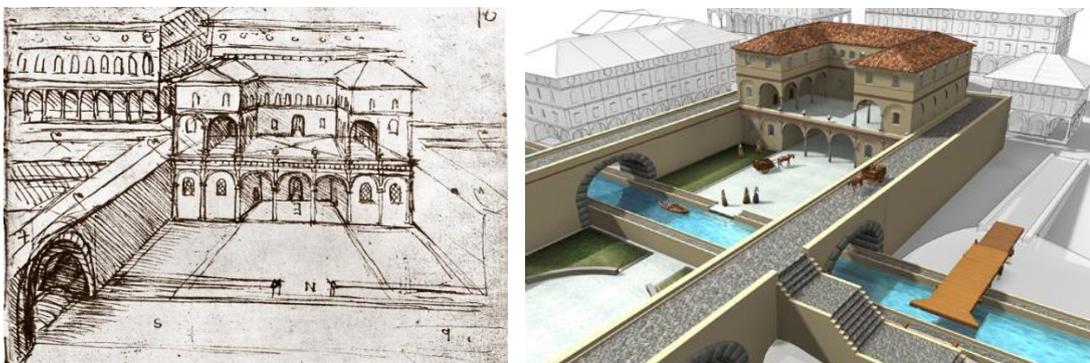
Consoante com Do Amaral (2015), a saúde pública sempre viveu em constante ameaça por doenças que disseminavam a população desde o início dos tempos, com altas taxas de mortalidade. Algumas décadas e séculos atrás era muito comum as práticas anti-higiênica da população, principalmente realizada nos centros das cidades como o abate de animais nas ruas e comercialização de produtos e alimentos fora dos padrões. Isso desencadeava infecções graves como a peste, a cólera, a varíola, a febre tifoide. Outros autores apresentam as cidades medievais como uma espécie de inferno sanitário (TAVARES, 1987; MUMFORD, 1991). Através dos contextos apresentados em relação a

formação das cidades é possível compreender que alguns fatores foram determinantes para o surgimento e propagação de doenças, junto a isso, a alta taxa de mortalidade da população.

Na Europa, o século XIV foi o século das grandes pestes que, em muitas localidades, causou a morte de mais da metade da população (PEREIRA, 2005). A peste bubônica, por exemplo, ficou conhecida por devastar a Europa no final da Idade Média (BUTANTAN, 2020). Durante esse período, também houveram outros surtos de doenças, muitas vezes causadas por questões sanitárias das cidades. Dessa maneira, é possível afirmar que as cidades e as pandemias possuem uma relação intrincada.

De acordo com Corrêa, et al. (2020), o Renascimento, que surgiu no século XIV e se estendeu até o século XVI, foi um período útil para o pensamento sobre a cidade a qualidade de vida na cidade. Por volta da penúltima década do século XV, Leonardo Da Vinci esboçou o projeto de uma "cidade ideal", uma representação da cidade de Milão de forma idealizada urbanisticamente. Da Vinci preocupou-se com a higiene, armazenamento de água, a criação de bairros mais organizados e na forma de abrigar espaços urbanos limpos (PINTO, 2017; CORRÊA, et al., 2020). A largura das ruas era compatível com a altura dos prédios, garantindo a insolação tão rara na cidade de Milão, que possuía ruas estreitas e sujas da época (CORRÊA, et al. 2020). Ao longo dos anos os esboços de Da Vinci ganharam outros formatos, cores e renderização, numa tentativa de apresentar a "cidade ideal" no modelo mais próximo da realidade (Figura 01, A e B).

Figura 1 - esboço (A) imagem 3D da "cidade ideal" de Da Vinci (B).



Fonte: Da Vinci Projetos e Obras, 2011; Museu da Casa Brasileira, 2008.

A partir de vários anos de doenças, epidemias e pestes, novos preceitos de planejamento urbano começam a surgir, influenciando uma nova reforma nas cidades, levando em

conta critério de higiene e salubridade. Todavia, as questões que tratavam a respeito de reformas urbanas apenas chegaram ao Brasil em 1860, momento em que o Rio de Janeiro criou um depósito de lixo longe do aglomerado urbano, redes de esgoto e linhas de transporte público para as periferias (CORRÊA, et al. 2020). Nesse momento do Brasil, os médicos, engenheiros e arquitetos exerceram papel fundamental através da discussão de várias questões centrais, e o maior debate entre eles se deu em torno de questões relativas à higiene pública, assim como, procuraram apontar soluções para os problemas discutidos em relação ao contexto urbano.

A partir dessas situações em que, mesmo de forma mais lenta que os dias atuais, doenças se espalhavam pelo mundo, começou a existir uma maior conscientização em relação a insalubridade urbana, que resultaria na produção de normas de controle e na introdução de medidas práticas que objetivavam a melhoria das condições sanitárias das cidades. Ao longo dos anos, foi possível observar diversas melhorias no espaço urbano, como saneamento e fornecimento de água, construção de parques e espaços abertos, melhores condições de transporte, recolhimento de lixo, higienização mais constante, controle de praga e pestes, vacinação, etc.

Dessa maneira, percebe-se como as doenças influenciaram o meio urbano e a forma como as cidades cresceram e foram construídas. A epidemia de cólera, por exemplo, no século XIX levou à introdução de alguns dos sistemas de saneamento modernos (BERG, 2020). Enquanto isso, no início dos anos de 1900, no Rio de Janeiro, foi feito um tipo de reforma urbana para impedir a propagação da peste bubônica, destruindo cortiços e instalando as grandes avenidas (NASCIMENTO e SILVA, 2013). Outra situação de extrema importância para o Brasil e para o mundo foi a predileção por espaços abertos, iluminação natural e largas vias propostas por modernistas como Le Corbusier, que também estavam relacionadas com esses cenários epidêmicos. Esse tipo de movimento arquitetônico modernista, criou fortes raízes no Brasil, fazendo com que Le Corbusier e Niemeyer se influenciassem mutuamente, criando uma nova estrada na arquitetura moderna, que culminaria na construção da capital Brasília (DE MORAES, 2005).

Portanto, as cidades levaram consigo as marcas das enfermidades que enfrentaram, e também influenciaram movimentos arquitetônicos, culturais, hábitos sanitários e, conseqüentemente, inspirando a criação de demais espaços urbanos ao redor do mundo. Nesse sentido, é possível afirmar que a forma como é planejada as cidades sempre foi um reflexo de tendências culturais e tecnológicas predominantes e até mesmo

de grandes crises. É importante salientar essas condições como forma de exemplificar que o meio urbano mudou conforme as necessidades da população e das questões sanitárias mais relevantes da época. O mesmo deve acontecer com os banheiros públicos das grandes cidades atuais, que devem suprir expectativas dos usuários ao mesmo tempo que garante condições salubres, higiene e conforto.

2.2.1 Pandemia da Covid-19

O primeiro caso de contaminação pelo vírus da Covid-19 foi reportado na cidade de Wuhan, na China, no início de dezembro de 2019 (WU et al., 2020; WANG et al., 2020; XIAO, 2020). Os sintomas de quem foi infectado pelo vírus podem variar de um resfriado, a uma síndrome gripal e até uma pneumonia severa (WHO, 2020a; CDC, 2020). A Covid-19 chegou à América Latina em 26 de fevereiro de 2020, quando o Ministério da Saúde do Brasil confirmou o primeiro caso da doença em São Paulo (BRASIL, 2020a). Completando dois meses do primeiro caso comprovado, o Brasil já tinha 62.208 casos registrados do novo Coronavírus e 4.244 óbitos (BRASIL, 2020b).

A partir da rápida proliferação da doença com disseminação em nível global, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, no dia 11 de março de 2020, a pandemia da COVID-19 (WHO, 2020b). No Brasil, em 20 de março, foi declarado, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do Coronavírus (BRASIL, 2020c). A Covid-19 foi um tema intensamente veiculado tanto na mídia como no meio científico. O Brasil e o mundo sofreram alterações na rotina de indivíduos, famílias, comunidades e organizações públicas e privadas, passando por grandes modificações, em diversos setores. Antes do início da vacinação contra o vírus da Covid-19, na tentativa de reduzir os impactos da pandemia e o número de mortes, alguns países adotaram medidas de efeito, entre elas: isolamento de casos suspeitos; fechamento de escolas e universidades; e quarentena de toda a população (BROOKS et al., 2020; FERGUSON et al., 2020).

Essa inquietação que o mundo vivenciou, a partir da repentina mudança de hábitos que a sociedade sofreu, expôs as dificuldades e disfunções encontradas em diversos ambientes construídos. Tornou-se necessário manter o mínimo de um metro de distância de qualquer pessoa em locais de uso coletivo, adotar um comportamento sem contato físico e fazer o uso constante da máscara facial. Também houve uma orientação geral para que os ambientes usassem majoritariamente a ventilação natural e a exposição solar, assim como, se possível, incluíssem a instalação de mecanismos sem necessidade

de contato físico como portas, torneiras e toalheiros ativados por sensores (WHO, 2020b; QUALLS et al., 2017; GARCIA; DUARTE, 2020; ANDERSON et al., 2020; ALLEN; MACOMBER, 2020).

Mesmo que a partir do início da vacinação as taxas de mortalidade tenham caído bastante, foi preciso recriar a consciência do quanto somos impactados pelos ambientes construídos que frequentamos e como suas disfunções, evidenciadas em um momento de crise, podem afetar inúmeros setores sociais, especialmente aqueles que se vinculam as edificações urbanas. Mesmo com a existência de normas técnicas, regras e padrões para projetar ambientes de uso coletivo, a pandemia chegou para revelar novas necessidades no quesito de recomendações de infraestrutura e higiene. Com a constante tentativa de projetar seguindo o ideal da adequação ao seu propósito, é preciso ter uma prévia noção do objetivo que se quer alcançar, mas também deve-se ter em mente que a sociedade, seus pensamentos e necessidades são mutáveis, o mundo muda e seus propósitos também (CARDOSO, 2016).

Dessa maneira, é importante que edificações de uso coletivo, sob administração pública, localizadas em grandes centros urbanos, sejam ser reanalisadas, afim de buscar condições estruturais que evitem a proliferação de vírus e esteja preparada para possíveis crises sanitárias futuras. Nessa situação, vale acentuar o exercício do designer na criação de estratégias do ambiente construído no combate a Covid-19, em locais com alta tendência a propagação de doenças, como é o caso de banheiro públicos. Portanto, o espaço precisa estar em constante sincronia com as primordialidades humanas, assim como ocorreu na história, essa crise sanitária também poderá deixar marcas de inovação no meio urbano.

3 ASPECTOS URBANOS

Após a revolução industrial houve um grande aumento no processo de urbanização no Brasil, uma vez que as populações das zonas rurais se deslocavam para áreas urbanas (GOBBI, 2015). Esse processo ficou conhecido como êxodo rural. Todavia, o crescimento e adequação das infraestruturas e serviços das cidades não acompanharam o ritmo do rápido crescimento populacional. Dessa maneira, muitos aspectos urbanos deixaram de ser considerados, o que gerou uma falta de organização e qualidade no meio urbano. Nesta seção serão abordados temas relacionados aos aspectos urbanos das cidades e como sua influência é determinante na qualidade de vida da população. Junto a isso, será apresentado a dependência entre as políticas públicas e a adequação da cidade.

3.1 AMBIENTE URBANO

Pode-se dizer que o ambiente urbano é conjunto de fatores e elementos presentes no espaço que se relacionam entre si, tais como as áreas verdes, pessoas, comunidades, residências, hospitais, comércios, estradas, ruas, mobiliários, automóveis, construções, calçadas, espaços públicos, praças, parques, etc. Esses elementos interagem e se influenciam mutuamente na vida cotidiana, sendo, em algum grau, determinantes ou condicionantes na qualidade de vida da população.

Um bom exemplo de ambiente urbano são as cidades. Segundo Lopes (2018), o meio urbano ou espaço urbano é definido como a área formada por um grupo populacional com habitações justapostas, como áreas residenciais (casas e edifícios) e industriais, com atividades e práticas econômicas, sociais e culturais.

É possível afirmar que os centros comerciais das cidades são os locais que mais possuem interação social, geração de empregos, atividades econômicas, bares e restaurante, clínicas e hospitais, isto é, os centros são o coração da vida urbana, onde, em algum momento, as pessoas terão a necessidade de ir até esses lugares. De acordo com Silva et al. (2016), os centros urbanos brasileiros sofreram significativas modificações durante o século XX em decorrência da industrialização e, com o reflexo da intensificação das atividades industriais, a população urbana cresceu expressivamente, visto que de acordo com o Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA (2011) e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), entre 1950 e 2010, a população urbana brasileira cresceu de 52 para 160 milhões de habitantes.

Os elementos do ambiente urbano têm uma grande influência sobre a qualidade do crescimento populacional. Principalmente aqueles elementos que não possuem controle e gerenciamento apropriado dos poderes responsáveis. De acordo com Londe e Mendes (2014), o tema sobre as questões urbanas tem sido alvo de diversas abordagens, sob diferentes prismas, desde a segunda metade do século XX. Essas abordagens e interesse no tema aconteceu, principalmente, pelo rápido crescimento dos centros urbanos e sua relação com uma série de problemas desencadeados, essencialmente, na infraestrutura, moradia, transporte, trabalho, saúde, educação e lazer. Isso ocorreu, pois, as cidades não estavam preparadas para acomodar uma massa populacional tão volumosa.

Entretanto, em várias regiões do Brasil, o investimento para o desenvolvimento do ambiente urbano ocorreu de forma distinta. Segundo Silva et al. (2016), as regiões sul e sudeste se desenvolveram mais rapidamente devido aos altos investimentos no setor econômico e aos benefícios políticos. Logo, os índices de crescimento urbano em alguns estados chegaram a atingir 95%, enquanto que nas regiões norte e nordeste a maior taxa de crescimento deste setor foi de 55%. Ainda de acordo com Silva et al. (2016), essas desigualdades são bastante prejudiciais, uma vez que além dos contrastes sociais, as áreas menos favorecidas são condenadas a estagnação do crescimento nos mais diversos âmbitos.

A partir disso, compreende-se que a geração de propostas para a melhoria na administração dos ambientes públicos, pode auxiliar no processo democrático de gestão urbana. Portanto, estudos que visam identificar e corrigir setores deficientes, responsáveis pelo gerenciamento de espaços no ambiente urbano são ainda mais relevantes para o contexto social do Brasil.

3.2 DESIGN URBANO

No final dos anos 40, com o fim da Segunda Guerra Mundial, vários países começaram a investir na construção de conjuntos habitacionais, como uma maneira de reconstruir suas cidades, todavia, a partir da década de 60, alguns especialistas em arquitetura e urbanismo começaram a criticar e discutir o modelo como o planejamento urbano pós-guerra foi gerado (CRUZ, 2018). Ainda de acordo com Cruz (2018), alguns desses especialistas destacavam que o planejamento urbano da época rejeitava a cidade e não favoreciam o bem-estar da comunidade, por isso houve a necessidade de encontrar o meio termo

entre a criação de edifícios e obras no geral e o planejamento urbano, com suas questões sócio-econômicas. Diante desse contexto, nasceu o Design Urbano (DU).

Pode-se compreender o DU como um fator que possibilita e facilita o desenvolvimento espacial urbano, especialmente o desenvolvimento do ambiente construído. Também é possível afirmar que Design Urbano é um campo interdisciplinar que utiliza os procedimentos e os elementos da arquitetura e outras profissões relacionadas, incluindo paisagismo, planejamento urbano, engenharia civil e engenharia municipal (ASSCHE et al, 2013).

A partir disso, é possível entender que as responsabilidades do Design Urbano se estendem desde o uso do solo até a infraestrutura do ambiente, podendo ser exemplificado como a ponte entre o planejamento urbano e o projeto arquitetônico. Seria o Design Urbano um sistema de desenhos integrados que trata de uma cidade, bairro, rua, centro ou outro local específico. De acordo com Hao e Xiao (2011), esse sistema pode melhorar a qualidade do ambiente urbano e a qualidade de vida das pessoas, tornando a cidade mais humanística ao trazer uma maior comodidade e conforto a população.

De acordo com Cruz (2018), o Design Urbano consiste em 4 atividades básicas: análise visual da área urbana; percepção do meio ambiente; identificação do comportamento ambiental; composição da morfologia urbana. Por isso sua relação direta com o planejamento urbano. Todavia, é válido citar que o DU é mais que um meio de alcançar as metas do planejamento, trata também de fazer conexões entre pessoas, lugares, ambiente construído, natureza e a totalidade do tecido urbano.

Por essas razões o DU desempenha um papel de grande importância na promoção da saúde e do bem-estar dos cidadãos, buscando harmonia entre o espaço construído e as interações humanas. É possível afirmar que um dos objetivos mais importantes do Design Urbano seria o de diminuir as pressões sofridas no ambiente, ao torná-lo mais resiliente. Já que, mais da metade da população mundial vive nas cidades e, ainda se espera que isso aumente ainda mais até 2050 (UNITED NATIONS, 2019). Outro fator importante é que o projeto de DU deve ter consciência da cultura urbana do local, para, dessa maneira, não projetar um espaço que fuja das características e identidade visual da cidade. De acordo com Wang e Yang (2012), a cultura urbana é o pilar espiritual do Design Urbano, logo, a falta desse espírito cultural faz com que o projeto não possua um bom design.

3.2.1 Critérios avaliativos do Design Urbano

Existem alguns estudos que servem como guias para projetos de Design Urbano. Esses estudos são especialmente voltados ao projeto de lugares bonitos, agradáveis e funcionais. Eles servem para auxiliar os projetistas, designers, engenheiros, arquitetos e outros profissionais da área na elaboração ou análise do espaço público e seu entorno. Abordando aspectos, principalmente, de segurança, acessibilidade, atratividade, durabilidade, qualidade, valorização, sociabilidade e conforto.

Para essa pesquisa foram estudadas duas referências que podem servir como guia para geração de Design Urbano eficiente: *National Design Guide* e o Projetos para Espaços Públicos (PPS). Essas propostas também podem ser aplicadas aos banheiros públicos e seu entorno.

3.2.1.1 *National Design Guide*

Como projeto do Ministério da Habitação, Comunidades e Governo Local da Inglaterra, o *National Design Guide*¹ (LONDRES, 2021), trata sobre a orientação prática de planejamento para lugares bonitos, duradouros e bem-sucedidos, fornecendo uma estrutura que pode ser usada para o conteúdo de políticas, guias e códigos de design locais. A orientação identifica como os planejadores precisam se concentrar além da aparência e detalhamento dos edifícios, para também pensar em questões relacionadas ao layout, forma e escala dos edifícios, paisagem e materiais.

O *Nacional Design Guide (NDG)* expõe que lugares bem projetados podem ser alcançados adotando uma abordagem proativa e colaborativa em todas as etapas do processo de planejamento, desde a formulação de políticas e planos até a determinação de pedidos de planejamento. Esta orientação explica os processos e ferramentas que podem ser usados por meio do sistema de gerenciamento e como envolver as comunidades locais de forma eficaz. Assim como, espera-se que as autoridades locais de planejamento envolvam efetivamente sua comunidade local ao desenvolver políticas de projeto. O *National Design Guide* propõe dez características que ajudam projetar um bom Design Urbano, são elas:

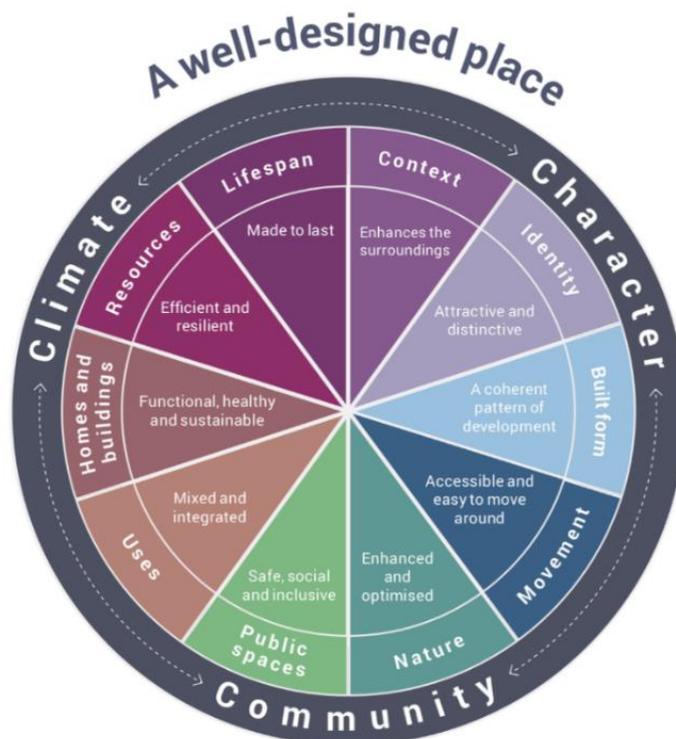
- Contexto – valoriza o ambiente.

¹ Guia Nacional de Design – em tradução livre.

- Identidade – atraente e diferenciada.
- Forma construída - um padrão coerente de desenvolvimento.
- Movimento - acessível e fácil de mover-se.
- Natureza – aprimorada e otimizada.
- Espaços públicos – seguros, sociais e inclusivos.
- Usos – mistos e integrados.
- Casas e edifícios – funcionais, saudáveis e sustentáveis.
- Recursos – eficientes e resilientes.
- Vida útil – feita para durar.

O NDG diz que lugares bem projetados possuem essas características individuais como componentes que trabalham juntos para criar seu **Caráter Físico**, sendo as dez características, citadas acima, um elemento importante que ajuda a nutrir e sustentar um senso de **Comunidade**, ao mesmo tempo que trabalha para abordar positivamente as questões ambientais que afetam o **Clima**. Com isso um *National Design Guide* faz uma relação entre o Caráter Físico², a Comunidade e o Clima (Figura 02), são esses, três fatores fundamentais para configuração de uma cidade.

Figura 2 - esquema das dez características e do Caráter Físico, Comunidade e Clima.



Fonte: *National Design Guide* (LONDRES, 2021).

² Que também pode ser compreendido, através dos fatos abordados por Wang e Yang (2012), como Cultura Urbana.

Somado a isso, o *National Design Guide* informa que existem políticas não estratégicas que podem desempenhar papéis importantes para estabelecer princípios de projeto mais detalhados para uma área. Esses tipos de política seriam mais eficazes porque são baseados em evidências específicas para aquele local, como seu caráter histórico, paisagístico e urbano. Logo, alguns aspectos desse guia podem ser aplicados aos banheiros públicos e seu formato de gerenciamento. Uma vez que instalações sanitárias são fortes demonstrativos de uma cidade democrática, limpa, sustentável e inclusiva. Devendo possuir características que garantam a funcionalidade apropriada e efetiva da cidade. Atributos como durabilidade, atratividade, acessibilidade, segurança e resiliência são fatores que banheiros públicos devem e podem apresentar.

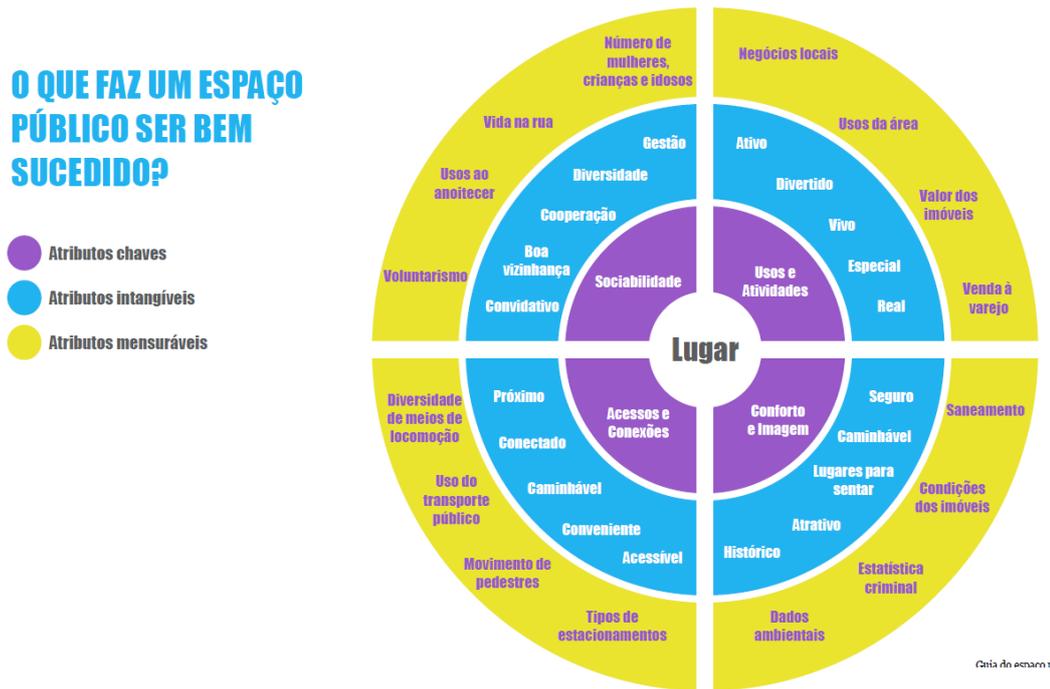
3.2.2.1 Projetos para Espaços Públicos

Vários aspectos para construção adequada de banheiros públicos precisam seguir algumas exigências para compreenderem um espaço construído habitável. No qual se inserem:

- Questões ambientais - configuração espacial, conforto ambiental, higiene e acessibilidade;
- Fatores socioculturais - atratividade, contexto, identidade local, sociabilidade, vandalismo e mal uso;
- Segurança – promoção e sensação de segurança;

Por essa razão, é importante apresentar o diagrama para projeto de espaços público, que aborda vários aspectos anteriormente citados. Esse projeto é realizado pelo Project for Public Spaces – PPS, no qual destacam atributos habitáveis do ambiente construído como apresentado na Figura 03.

Figura 3 - diagrama de atributos para espaços habitáveis.



Fonte: Heemann e Santiago (2015), adaptado de PPS (2005).

Segundo Takaki (2005), os **atributos chave** consistem em componentes essenciais para um lugar habitável (usos e atividades, conforto e imagem, acesso e conexões e sociabilidade), os **atributos intangíveis** são critérios gerais referentes à quantidade de vezes que determinada comunidade fala sobre seus problemas e necessidades e os **atributos mensuráveis** é aquilo que pode ser medido através de estatísticas.

O *Project For Public Spaces* também afirma que os espaços públicos bem-sucedidos têm quatro qualidades fundamentais que se referem aos atributos chaves (PPS, 2005; HEEMANN; SANTIAGO, 2015):

1. Acessível - Pessoas de todas as idades e condições físicas (inclusive aquelas que têm grande dificuldade para se locomover) conseguem chegar ao espaço e se locomover nele;
2. Ativo - Oferece diferentes atividades e formas de as pessoas usarem o espaço;
3. Confortável - O espaço tem lugares para sentar, uma vista agradável e outros atributos que o tornem mais convidativo;
4. Sociável - Um lugar onde as pessoas encontram amigos ou até conhecem novos amigos.

Nesse contexto, Heemann e Santiago (2015) se aprofundam nessas quatro qualidades, conformando junto a PPS (2005), perguntas a serem questionadas em cada dessas quatro fases analíticas do ambiente (Quadro 01, Quadro 02, Quadro 03 E Quadro 04). Essas perguntas ajudam a guiar o projeto de criação ou reforma do espaço público, nesse sentido, podem ser aplicadas diretamente aos banheiros públicos.

Quadro 1 - perguntas a serem consideradas em relação ao aspecto da acessibilidade.

ACESSIBILIDADE → Acessos e Conexões	
Um espaço público bem-sucedido é fácil de enxergar, de chegar e de ir embora; é visível tanto de longe quanto de perto. Espaços acessíveis têm alta rotatividade de estacionamentos e, idealmente, contam com forte presença de transporte público.	
1.	Você pode ver o espaço de uma distância considerável?
2.	Você vê o que acontece dentro do espaço mesmo estando longe dele?
3.	Há uma boa conexão entre o espaço e os edifícios ao redor, ou o espaço é cercado por paredes brancas?
4.	As pessoas dos edifícios ao redor usam o espaço?
5.	As pessoas podem caminhar facilmente até o local?
6.	Por exemplo: elas têm que se “jogar” entre os carros em movimento para chegar ao lugar?
7.	As calçadas levam para as áreas adjacentes?
8.	O espaço é acessível para pessoas com deficiência?
9.	As ruas e os caminhos do espaço levam as pessoas onde eles realmente querem ir?
10.	As pessoas podem usar uma variedade de opções de transporte – trem, ônibus, carro, bicicleta, etc. – para chegar ao local?
11.	Os semáforos estão convenientemente localizados próximos a destinos como bibliotecas, correios, entrada do parque/prça, etc.?

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Heemann e Santiago (2015), PPS (2005).

Quadro 2 - perguntas a serem consideradas em relação ao aspecto ativo.

ATIVO → Uso e Atividade	
Atividades são pilares básicos de construção de um lugar. Ter algo para fazer dá às pessoas uma razão para vir a um lugar e voltar. Quando não há nada para fazer, o espaço ficará vazio. O sucesso de um espaço depende do quão bem ele é gerenciado.	
1.	As pessoas estão usando o espaço ou ele está vazio?
2.	É usado por pessoas de diferentes idades?
3.	Há pessoas em grupos ou apenas pessoas sozinhas?
4.	Quantos tipos diferentes de atividades estão ocorrendo (pessoas andando, comendo, jogando futebol, xadrez, relaxando, lendo)?
5.	Quais partes do espaço estão sendo utilizadas e quais não estão?
6.	Há opções de coisas para fazer?

7.	Existe uma presença de gestão, ou você identifica que qualquer pessoa é responsável pelo espaço?
-----------	--

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Heemann e Santiago (2015), PPS (2005).

Quadro 3 - perguntas a serem consideradas em relação ao aspecto do conforto.

CONFORTÁVEL → Conforto e Imagem	
Um espaço confortável e bonito, que tenha um visual agradável, é a chave para o seu sucesso. Conforto inclui percepções sobre segurança e limpeza, bem como a disponibilidade de lugares para sentar.	
1.	A primeira impressão do espaço é positiva?
2.	Há mais mulheres do que homens?
3.	Existem lugares suficientes para sentar e são lugares convenientemente localizados?
4.	As pessoas têm uma escolha de lugares para sentar, seja no sol ou na sombra?
5.	São espaços limpos e sem lixo? Quem é responsável pela manutenção? O que eles fazem e quando?
6.	A área é segura? Existe seguranças no espaço? Se sim, o que eles fazem? Quando eles estão de plantão?
7.	As pessoas estão tirando fotos? Existem muitas oportunidades de fotos disponíveis?
8.	Os carros dominam mais que os pedestres, impedindo esses de chegar ao local?

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Heemann e Santiago (2015), PPS (2005).

Quadro 4 - perguntas a serem consideradas em relação ao aspecto da sociabilidade.

SOCIÁVEL → Sociabilidade	
Esse é um quesito difícil de conseguir em um espaço público, mas quando atingido, torna-se uma característica inconfundível. É quando as pessoas encontram os amigos no espaço, conhecem outras pessoas e cumprimentam os seus vizinhos.	
1.	Este é um espaço que você escolheria para encontrar seus amigos?
2.	Existem outras pessoas no espaço encontrando amigos?
3.	As pessoas estão em grupos? Eles estão falando um com o outro?
4.	As pessoas parecem se conhecer, por nome ou de vista?
5.	Será que as pessoas trazem seus amigos e parentes para ver o lugar ou mostrar alguma de suas características com orgulho?
6.	As pessoas estão sorrindo?
7.	Será que as pessoas fazem contato visual com o outro?
8.	Será que as pessoas usam o local regularmente e por escolha própria?
9.	Existe uma mistura de idades e grupos étnicos que geralmente refletem a comunidade em geral?
10.	As pessoas tendem a recolher o lixo quando o veem?

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Heemann e Santiago (2015), PPS (2005).

De acordo com o PPS (2022, a), com o uso das recomendações e diretrizes propostas pelo Project For Public Spaces é possível dar vida aos espaços públicos, planejando-os e

projetando-os com as pessoas que os usam todos os dias. Dessa maneira, torna-se possível criar espaços públicos movidos pela comunidade em todo o mundo.

3.2.2.1.1 Market Cities e PPS

Um das indagações do PPS (2022, b), é “e se cada cidade tivesse uma estratégia de mercado público?”. Segundo o projeto, os mercados públicos bem-sucedidos ajudam a construir comunidades enraizadas no bem-estar e com oportunidades equitativas. Nesse sentido, os mercados e feiras públicas de uma cidade podem representar mais que um centro comercial, isto, é, também se identificar como uma esfera de produção e representação sociocultural, elevando o grau de interesse turístico da cidade e contribuindo diretamente com a economia da comunidade.

Segundo o *Market Cities*³ (2021), existem enormes benefícios para cidade quando os mercados públicos são bem-sucedidos. Os mercados atuam como conectores entre a economia urbana e rural, ao mesmo tempo que se apresentam como centros de encontros originais que destacam a cultura local e acolhem indivíduos de todas as esferas da sociedade. Todavia, o *Market Cities* (2021), ainda alerta para as ameaças que esses tipos de ambiente estão sofrendo, uma vez que muitos mercados estão sendo mal desenvolvidos, possuem pouca capacidade gestão e conservam práticas de desenvolvimento que negligenciam as mulheres e outras minorias.

A partir disso, se evidencia os valores que um Mercado Público de qualidade por agregar a uma cidade. Nesse sentido, outros meios podem vir colaborar nesse setor, para tanto, o Quadro 05 exibe sete princípios para a cidade conseguir se transformar em uma “Cidade de Mercado” de uma maneira eficiente e eficaz⁴ (PPS, 2020).

Quadro 5 - sete princípios para se tornar uma Cidade de Mercado.

Embora essas questões exijam foco na política urbana, esse tipo de estratégia pode ser implementado em nível municipal, regional ou estadual. Os parceiros do setor cívico são importantes na definição de metas para ação e medição do impacto.

1. VARIEDADE

³ O *Market Cities* é uma parceria entre três organizações internacionais sem fins lucrativos: *Project for Public Spaces*; *HealthBridge Foundation of Canada*; e *Slow Food Internacional*.

⁴ Esses princípios foram desenvolvidos pelo *Project for Public Spaces* como parte do *Market Cities Program*, fazendo parceria com o *Slow Food Internacional* e a *HealthBridge Foundation of Canada*.

	Inclusão de uma ampla variedade de tipos de mercados em uma cidade como parte de um sistema integrado.
2.	COLABORAÇÃO
	Organização de diversos parceiros e partes interessadas que agem em conjunto para alcançar objetivos políticos comuns.
3.	MEDIÇÃO
	Medir e analisar o quão bem os mercados estão funcionando, ao mesmo tempo que identifica a qualidade das instalações físicas e o impacto econômico, social e de saúde pública dos mercados;
4.	RESILIÊNCIA
	Possuir redes de distribuição que priorizam e apoiam alimentos saudáveis, acessíveis e seguros, bem como outros bens produzidos na região.
5.	EXCELÊNCIA
	Investir regularmente nas instalações do mercado e na capacidade de gestão dos seus operadores.
6.	OPORTUNIDADE
	Apoiar os vendedores, especialmente aqueles que enfrentam injustiças sistêmicas, para iniciar um novo negócio ou expandir um já existente.
7.	LOCAL
	Reconhecer que seus mercados são espaços públicos que celebram o patrimônio cultural.

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de PPS (2020).

Com o entendimento desses sete princípios, é possível compreender os mercados públicos como organismos vivos de uma cidade, sendo capazes de atuar como infraestrutura econômica, social e de saúde pública nas comunidades. Isso ainda é somado ao fator de interação entre o setor urbano e rural que serve para impulsionar a economia e sociedade local. Todavia, essas questões só podem ocorrer quando há apoio e incentivo por meio de políticas, programas e investimentos públicos.

3.3 MOBILIÁRIO URBANO

De acordo com Pizzato (2013), mobiliário urbano é um conjunto de elementos de diferentes escalas inseridos na cidade com o objetivo de complementar a arquitetura urbana e paisagística do local. O mobiliário urbano é uma peça chave no projeto do Design Urbano, uma vez que o mesmo pode apresentar mais de uma característica, nesse caso, decorativa e funcional. A ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) considera mobiliário urbano "todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados" (ABNT, 1986, p.1).

Nesse sentido, entende-se o mobiliário urbano como um elemento que sempre esteve presente no espaço público. Em consequência disso, são necessários contínuos estudos que façam o mobiliário urbano acompanhar as necessidades provindas do crescimento urbano, permanecendo em constante evolução. São exemplos de mobiliário urbano: abrigos de ônibus; acessos ao metrô; esculturas; painéis; play-grounds; cabines telefônicas; postes e fiação de luz; lixeiras; quiosques; banheiros públicos; relógios e bancos; entre outros. O mobiliário urbano tem por objetivo, principalmente, fornecer um serviço que percorre através de diferentes esferas de utilidade para o usuário.

Logo, é importante evidenciar que a escolha do mobiliário urbano ultrapassa a beleza estética e o desejo de apenas decorar a cidade. Deve, também, preencher os requisitos da sua funcionalidade de modo a satisfazer completamente as necessidades da população, promovendo conforto, beleza e tranquilidade no cotidiano. Todavia, o gerenciamento dos mobiliários urbanos, principalmente dos banheiros públicos, são realizadas sem considerar o local que o mesmo está inserido. Muitas vezes são realizados projetos similares a outras cidades, seguindo uma moda estilística, "estas situações geram um acúmulo de esforços e inversões, sem que os resultados obtidos respondam as reais necessidades da cidade" (TRESSERRAS, 2011, p. 36). Dessa maneira, é importante ter cautela com o formato de criação, instalação e manutenção de banheiros situados em mercados e feiras públicas que, costumeiramente, já tem sua imagem ligada a negligência e insalubridade.

3.3.1 Banheiro Público

Apenas a nível de compreensão e difusão de conhecimento, foi esclarecido alguns fatos em relação a significação, história, utilidade e configuração de uso do banheiro público. De acordo com Delabrida (2010), o histórico do banheiro se confunde com o histórico dos comportamentos de higiene corporal e suas características psicológicas. Todavia, se considerar o banheiro como um local específico de evacuação de fezes e urina, é possível afirmar que esse tipo de local já existe a muito tempo. Segundo Vilar (2020), Vestígios arqueológicos encontrados na Índia, China, Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma Antiga, já revelam a existência de latrinas, onde existiam bancos de madeira ou de pedra, com buracos nos quais os dejetos eram liberados (Figura 04).

Figura 4 - exemplo de latrinas da época medieval.



Fonte: jmibathrooms.co.uk (2022).

Entretanto, Vilar (2020), afirma que foram os romanos que popularizaram as latrinas públicas, assim como, os banhos públicos. Ainda de acordo com o autor, as pessoas defecavam e urinavam uma na frente da outra, e até aproveitavam para conversar entre si (Figura 05, A e B).

Figura 5 - ilustração do uso (A) e imagem real das latrinas usadas na Roma Antiga (B).



Fonte: Vilar (2020).

A cidade de Roma tinha dezenas de latrinas públicas, elas consistiam em um banco de pedras rústicas, com vários buracos onde o usuário se sentava para evacuar, e sob o qual, passava uma pequena corrente de água que arrastava a matéria fecal (MDIG, 2013). Todavia, levando em consideração a época, em questão de higiene, o povo romano estava à frente da maioria dos outros povos. Porém, todos os pequenos avanços de salubridade propostos pelos romanos foram se desintegrando com o surgimento da Europa Medieval, onde era comum esvaziar penicos, jogar restos de comidas e até

mesmo deixar animais mortos pelas ruas (HOSSFELD, 2016). É provável que ao longo da história humana as práticas de higiene, ou seja, as formas de se lidar com a limpeza, com a sujeira e com a saúde, foram construídas cultural e socialmente.

Por se tratar de algo primordial na vida de uma população urbana, os banheiros públicos, aos poucos, foram voltando ao cotidiano das pessoas. Seu retorno começou primeiro em Paris, ainda no fim do século XVIII, consistindo em locais pequenos, de pouca privacidade, voltados na maior parte das vezes apenas para os homens (VILAR, 2020). Ainda segundo o autor, não havia vasos sanitários, latrinas, ou descargas, apenas mictórios, e poderiam ser encontrados em praças, parques ou nas ruas. De acordo com Vilar (2020), somente no século XIX é que os banheiros públicos começaram a se normalizar pela França, Alemanha, Itália, Inglaterra, Estados Unidos e alguns outros países.

Porém, a criação de um banheiro público, mais parecido com os atuais, foi iniciada na *The Great Exhibition of 1851*⁵, nas salas retiráveis do Palácio de Cristal, onde George Jennings instalou os primeiros banheiros compartilhados que foram altamente lucrativos, todavia, quando a exposição no Palácio de Cristal terminou os banheiros também foram fechados. Apresentando a ideia como fascinante, Jennings influenciou os organizadores do evento a manterem as instalações abertas. Após o sucesso, começaram a aparecer banheiros públicos nas ruas, o primeiro banheiro público do mundo só para homens, foi inaugurado na *Fleet Street*, em Londres (HOSSFELD, 2016; ONTHISDAY, 2022). Diferente dos “banheiros públicos” antigos, esse banheiro possuía alguns aspectos da salubridade vista atualmente, como descargas.

A partir disso, é possível afirmar que vários elementos e aspectos dos banheiros foram evoluindo e alterando com o passar do tempo, como o conceito, material e formato do vaso sanitário, o tipo do papel higiênico, a inclusão das pias para lavagem das mãos e, até mesmo, a instalação de chuveiros. De acordo com Paulillo (2017), pela influência da regulamentação sanitária, o banheiro adquiriu um aspecto asséptico, com ênfase na sua funcionalidade técnica. Nesse sentido, a mecanização e as inovações tecnológicas deveriam prestar-se do melhor modo possível no auxílio dessa condição, sobretudo para tornar o banheiro um sistema bem resolvido e acessível para as massas. Portanto, uma das principais conclusões dos banheiros públicos é a relação entre o usuário e o ambiente e como há interação entre ambos, um respondendo à demanda do outro e vice-versa.

⁵ A Grande Exposição de 1851 – Em tradução livre.

Também é relevante considerar a importância da instalação dos banheiros públicos sob o ponto de vista da saúde pública e limpeza das cidades, visto que na falta de banheiros nas ruas, as pessoas urinam em paredes e calçadas (ABRASPE, 2000; STANWELL-SMITH, 2010; DAHIYA et al., 2018). Dessa maneira, é possível afirmar que os banheiros públicos devem ser adequados ergonomicamente, bem higienizados e gerenciados. Ao mesmo tempo que devem ser fornecidos de acordo com a demanda da cidade, isto é, que a quantidade de banheiros esteja compatível com a necessidade da população.

Assim, os banheiros públicos inseridos adequadamente no meio urbano devem possibilitar uma maior qualidade de vida, assim como, imprimir na cidade um caráter diferenciador e uma identidade. São esses fatores que podem aumentar a atratividade dos mercados públicos, promovendo uma maior frequência de turistas e compradores nesses espaços. Já que banheiros públicos também funcionam como um componente vital na promoção de um espaço sustentável. Por isso, é primordial que o plano de gerenciamento de todos os mobiliários urbanos seja baseado no espaço e na comunidade que ele está inserido, levando em consideração as questões socioculturais e o índice de frequência do local, ao invés de ser apenas guiado por modelos e formatos de gerenciamento de outras cidades.

3.4 DADOS MUNICIPAIS

Os mercados têm grande importância no cenário econômico e social de uma cidade, sendo o principal ponto de encontro entre comerciantes, clientes e visitantes de qualquer comunidade urbana. De acordo com Cabral (2018), a cidade do Recife pode ser considerada como precursora do "movimento social" dos mercados públicos no Brasil. O mercado de São José, por exemplo, é o mais antigo do país, data de 1875, quando foi inaugurado. A cidade do Recife possui diversos mercados e feiras públicas, esses espaços estão ligados direta e indiretamente com a economia das comunidades e o índice turístico da região. Minnaert e Freitas (2010), trazem uma breve significação para o conceito de mercado e feiras públicas:

"Enquanto sistema de valores, o que é habitual em uma feira livre se constitui como um produto das estruturas objetivas e subjetivas de seus personagens sobre o modo de ser e pensar o seu cotidiano do trabalho, a sua sobrevivência nesse ambiente. As ações dos protagonistas desse espaço se revelam relacionadas com suas capacidades criativas que tornam natural as suas condições de vida e geram conhecimentos práticos em seu mundo cotidiano." (Minnaert; Freitas, 2010, p. 1608).

É possível afirmar que os mercados e feiras públicas compreendem um processo de comercialização, em que pode ser vendido e comprado bens ou serviços, além disso, o espaço ainda pode proporcionar eventos culturais e sociais. Esses ambientes podem ser descritos como locais de destaque na sociedade, possibilitando uma realidade cultural, econômica e democrática de interação social, seja na forma de comércio ou diversão. Os mercados públicos do Recife variam os serviços ofertados, mas mantêm a sua essência particular, se tornando uma parte viva da história e da cultura da cidade.

De acordo com a Lei Municipal Nº 18.890, de 05 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a administração e o funcionamento dos mercados públicos e seus anexos, informa que mercados públicos podem ser caracterizados como “espaços públicos, com estrutura predial e organização em boxes, de comercialização de produtos do setor agropecuário, extrativista, artesanais, manufaturados, alimentícios ou de utilidade doméstica...” (RECIFE, 2022, Art. 1).

A partir dos dados apresentados e da compreensão dos aspectos urbanos que são convenientes para a presente pesquisa, se faz necessário um breve levantamento dos dados municipais em relação aos mercados públicos de Recife. De acordo com Lins (2007), os mercados da cidade do Recife contam muito de suas transformações urbanas, levando quem os visita a uma experiência cultural, exibindo a alma dos residentes da cidade em sua forma mais pura. Logo, é possível perceber os mercados públicos como uma parte vital da socialização e turismo da cidade. Dessa maneira, os banheiros públicos presentes nesses espaços devem fornecer muito mais que um ambiente higiênico e organizado, mas também uma sensação de atratividade.

A cidade do Recife possui 13 mercados públicos (PREFEITURA DO RECIFE, 2022). Todavia, foram abordados como fontes de informação apenas o Mercado de São José, Mercado da Boa Vista, Mercado da Encruzilhada, Mercado da Madalena e o Mercado de Casa Amarela. Esses foram escolhidos por serem os mais antigos, os mais conhecidos e por fazerem parte da rota cultural da cidade (BEZERRA, 2019). Para melhor entendimento e organização dos dados foram produzidas as Tabelas 01, 02, 03, 04 e 05. Todos os dados presentes nessas tabelas correspondem a informações individuais de cada mercado, disponibilizadas pela Prefeitura do Recife (2022).

Tabela 1 - mercado de São José.

MERCADO DE SÃO JOSÉ

Um dos mais antigos mercados públicos do Brasil. Tem arquitetura em ferro típica do século XIX. O Mercado de São José ocupa uma área coberta de 3.541 metros quadrados (Figura 06). Possui mais de 500 boxes, oferecendo uma grande diversidade de comercialização de artesanato em barro, corda e palha, além de variedades de pescado.

Localização:	Bairro de São José, Recife-PE
Horários de funcionamento:	Segunda à sábado: 06h às 18h Domingo: 6h às 12h

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Prefeitura de Recife (2022).

Figura 6 - entrada do mercado de São José.



Fonte: Diário de Pernambuco (2018).

Tabela 2 - mercado da Boa Vista.

MERCADO DA BOA VISTA	
O Mercado da Boa Vista é tão antigo quanto o de São José (Figura 07). Foi construído por volta de 1822. Possui 63 boxes, que comercializam cereais, verduras, frutas e legumes, carnes, aves e frios, além de ervas e armarinhos. Há nove bares, que servem comida regional no café da manhã, almoço e jantar.	
Localização:	Rua de Santa Cruz, Bairro da Boa Vista, Recife-PE
Horários de funcionamento:	Segunda à sábado: 06h às 18h Domingo: 6h às 15h

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Prefeitura de Recife (2022).

Figura 7 - entrada do mercado da Boa Vista.



Fonte: Prefeitura de Recife (2022).

Tabela 3 - mercado da Encruzilhada.

MERCADO DA ENCRUZILHADA	
Modelo de obra arquitetônica do gênero no Brasil da década de 50 (Figura 08). Possui 214 boxes, sendo comercializado neles frutas, verduras, cereais, miudezas em geral, artesanato, frios, carnes e aves. Dispõe de 17 restaurante, divididos entre as alas sul e norte. Servem comidas típicas no café da manhã e almoço comercial.	
Localização:	Rua Dr. José Maria, Encruzilhada, Recife-PE.
Horários de funcionamento:	Segunda à sábado: 06h às 18h Domingo: 6h às 12h

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Prefeitura de Recife (2022).

Figura 8 - entrada do mercado da Encruzilhada.



Fonte: Prefeitura de Recife (2022).

Tabela 4 - mercado da Madalena.

MERCADO DA MADALENA	
A construção do mercado teve início em 6 de fevereiro de 1925, e a inauguração se deu no mesmo ano (Figura 09). Possui 180 compartimentos, que oferecem alimentos variados. A parte onde funciona a administração conserva a estrutura original. Alterou-se, apenas, a parte térrea, onde funcionavam os sanitários e o depósito.	
Localização:	Rua Real da Torre, Madalena, Recife-PE.
Horários de funcionamento:	Segunda à sábado: 06h às 18h Domingo: 6h às 12h

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Prefeitura de Recife (2022).

Figura 9 - entrada do mercado da Madalena.



Fonte: Prefeitura de Recife (2022).

Tabela 5 - mercado de Casa Amarela.

MERCADO DE CASA AMARELA	
O Mercado de Casa Amarela foi inaugurado em novembro de 1930. A área originalmente construída é de 817 metros quadrados (Figura 10). Abriga 100 boxes. Os bares e restaurantes populares, localizados na parte externa do mercado, são as principais atrações, servem comida regional no café da manhã, almoço e jantar.	
Localização:	Estrada do Arraial, 1930, Casa Amarela, Recife-PE.
Horários de funcionamento:	Segunda à sábado: 06h às 18h Domingo: 6h às 12h

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Prefeitura de Recife (2022).

Figura 10 - entrada do mercado de Casa Amarela.



Fonte: Visit. Recife (2018).

De acordo com Lopes e Vasconcelos (2015), se reconhece os mercados enquanto espaços de sociabilidade, uma vez que estes constituem no processo de interação entre os usuários. Logo, todos os aspectos e elementos situados dentro e no entorno de um mercado público tem que favorecer e promover a melhor socialização possível das pessoas, isto é, desde os pontos comerciais individuais até os banheiros públicos devem atender satisfatoriamente as reais necessidades dos usuários. Conforme Cabral (2018), o crescimento dos bairros da cidade do Recife tem influenciando os ambientes e direcionado os investimentos públicos a outros setores, com isso, os mercados assumiram aos poucos um perfil mais social, adotados como um local de reunião e encontros tanto sociais, como comerciais. Somado a isso, em 2017, o governo municipal de Recife começou o Projeto Viva o Mercado, que teve como objetivo uma requalificação dos mercados da cidade, juntamente com melhores condições de acessibilidade, reforma estética e restauração dos banheiros (RECIFE, 2017).

De toda forma, é possível perceber os mercados públicos como grandes centros de sabores e cores, oferecendo diversos produtos e alimentos dentre os mais típicos do estado. É uma das essências do setor turístico da região, que envolve cultura, história e gastronomia. São espaços atrativos, catalizadores do desenvolvimento econômico da cidade e, principalmente, das comunidades locais. Portanto, dada sua importância regional e turística, é primordial que os fundamentais aspectos dos ambientes estejam adequados a utilização dos usuários e visitantes. Fornecendo uma infraestrutura segura a todos, sem distinção. Possuindo uma estética agradável e alusiva a cultura da cidade,

ao mesmo tempo que entrega um ambiente limpo e higiênico. É válido salientar que todas essas questões devem ser tratadas pelo município, através de políticas públicas, sendo administrada pelos gestores urbanos responsáveis.

3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO URBANA

É importante destacar que as políticas públicas afetam todas as pessoas, independente do gênero, raça, religião, faixa etária, nível social, hábitos culturais ou escolaridade. Se o indivíduo interage, em qualquer âmbito, com a cidade, seja utilizando ruas, calçadas, sistema de saneamento, hospitais ou escolas, esse indivíduo se relaciona com a política pública. Todavia, alguns autores afirmam que não existe um consenso sobre o conceito de política pública (SOUZA, 2006; BIRKLAND, 2015). De acordo com Agum et al. (2015), trabalhar com definições de políticas públicas concretas é assumir o risco de limitar o papel dessas ações. Isto é, uma política para ser implementada passa por fases e processos sociais e não tem como definir, especificamente, em um breve conceito, todas as fases e processos.

Entretanto, outros autores tentaram identificar alguns processos da política pública, sendo muitas vezes descrita como o anseio de transformar uma realidade ruim em aceitável. Segundo Moura e Barreto Filho (2017), o termo política pública trata do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões. De acordo com Peters (2015), política pública é a soma de ações do governo, diretas ou indiretas, que influenciam na vida dos cidadãos. Consoante com Novo et al. (2019), a ideia de política pública se compreende em uma construção de propostas, feitas pelos poderes responsáveis, em função de interesses nem sempre visíveis. Há, também, pesquisadores mais antigos que afirmam que a política pública se atém a diretrizes estruturantes, sendo seus desdobramentos apenas ações operativas (COMPARATO, 1997; BUCCI, 2006). Dessa forma, entende-se que a política pública é uma ideia intangível que se concretiza através elementos variáveis. Lima et al. (2018, p. 36), conclui, portanto, que "toda política pública se legitima a partir do enfrentamento de um dado problema social: algo que é considerado indesejável e que desperta uma ação em contrapartida".

Mesmo que a definição do conceito de políticas públicas não seja clara, é importante destacar que com o exercício da democracia sendo difundido e exigido por todas as

classes sociais, os processos de formulação das políticas públicas têm que promover qualidade em todos os âmbitos da sociedade. De acordo com Capella (2018), o processo de formulação de políticas públicas compreende dois elementos principais: definição da agenda (direcionamento da atenção em torno de questões ou problemas específicos) e definição de alternativas (exploração e o desenho de um plano possível para a ação). Agum et al. (2015), completa que é possível perceber que as formulações de políticas públicas irão se converter em projetos, planos e programas que necessitam de acompanhamento e análise constante.

Logo, é válido afirmar que as políticas públicas estão relacionadas com a percepção dos problemas públicos, os *modus operandis* para a resolução dos problemas e aplicação das soluções. De acordo com Agum et al. (2015), para os problemas públicos serem solucionados e concretizados em políticas públicas, é preciso encontrar o equilíbrio entre o que é tecnicamente eficiente e também o que é politicamente viável. Alguns autores tentaram sistematizar a complexidade relacionada as políticas públicas, elencando pelo menos cinco elementos que podem ser utilizados para delimitar uma melhor definição. Lima et al. (2018), apresentou os seguintes elementos:

- Processo – Conjunto de interpretações, decisões, ações e avaliações.
- Finalidade – Resposta política à percepção de um problema social.
- Substância – Orientadas por valores, ideias e visões de mundo.
- Dinâmica – Interação e conflito entre os atores.
- Consequência – Transforma uma ordem local.

Para uma cidade cumprir com as prerrogativas impostas e exigidas pelos cidadãos, é imprescindível que o município seja capaz de gerenciar Políticas Públicas eficazes e eficientes. Para isso, como citado anteriormente, é necessário que além da formulação da política pública, a mesma permaneça sob acompanhamento e análise constante. Dentro desse contexto, existem os atores sociais que são os indivíduos responsáveis por essa formulação e/ ou acompanhamento. De acordo com Lima et al. (2018), podem existir diversos atores sociais que realizam tarefas específicas, por exemplo, na política de segurança pública pode-se encontrar juízes, advogados, a polícia, os grupos de direitos humanos. Na política de saúde identifica-se os hospitais, médicos, enfermeiros, etc. (LIMA et al., (2018). Cada ator social possui características específicas quanto à capacidade de influenciar a produção das políticas que, a grosso modo, pode-se sistematizar em termos de recursos de poder e repertórios de ação (MULLER; SUREL, 2002).

Um dos atores sociais que mais se tornam relevantes e conhecidos são os políticos eleitos, sendo representantes oficiais do coletivo populacional. Assim que eleito, é extremamente comum os políticos alocarem pessoas de sua confiança para executar “funções de chefia, direção e assessoramento da administração pública” (LIMA et al., 2018, p. 43). Dentro desses “designados políticos” existem áreas e subáreas que correspondem ao funcionamento das políticas públicas, por exemplo: burocratas, grupos de interesse, meios de comunicação, beneficiários e agências reguladoras (Figura 11). Ainda segundo Lima et al. (2018), as agências regulamentadoras podem ser autarquias vinculadas ao poder executivo, funcionando como instrumentos de descentralização administrativa e fornecendo ambiente político estável.

Figura 11 - entrada do mercado de Casa Amarela.



Fonte: Lima et al. (2018).

Muitas vezes, dentro das agências reguladoras encontrasse os gestores que são responsáveis pela gestão urbana. A gestão urbana abrange tanto os aspectos sociais, como as relações políticas e econômicas. Em termos ideais, a gestão urbana deveria se vincular a todas as fases da política pública. Desde o entendimento do problema social (compreendendo a situação), monitorando toda a implementação (gerenciando a resolução do problema) e por fim, verificando se a política pública cumpriu com seu objetivo, isto é, em que medida ela afetou o problema social que justificou sua criação. Dessa maneira, seria possível ampliar a visão do problema até a sua melhoria,

observando se que as expectativas dos beneficiários foram cumpridas e se gerou o aumento da qualidade de vida dos mesmos.

A partir disso e da compressão dos problemas sociais atuais, percebe-se que o formato de planejamento urbano e gestão urbana, são uma problemática geral das políticas públicas. De acordo com Cavalcanti (2015), a gestão urbana pode ser compreendida como um instrumento de atuação do poder público, sendo um processo de regulação, intervenção e mediação, que se desenvolve nos espaços urbanos com múltiplas funcionalidades. Já o planejamento urbano trata sobre o processo de idealização, de soluções que visam melhorar ou requalificar certos elementos ou setores do espaço urbano. Vale salientar que a gestão e o planejamento urbano são questões sociais que estão intimamente ligadas a elaboração e gerenciamento das políticas públicas urbanas. Compreendendo-se assim, um sistema que é formado pelo planejamento como uma ação administrativa pública e a gestão urbana como a administradora dessa ação. Sendo de responsabilidade desse sistema o de pontuar e indicar soluções.

Nesse sentido, o inciso III do art. 4º do Estatuto da Cidade prevê que a execução do planejamento municipal deva ser pautada pelos seguintes instrumentos: plano diretor; disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; zoneamento ambiental; plano plurianual (PPA); diretrizes orçamentárias e orçamento anual (LDO e LOA); e gestão orçamentária participativa; planos, programas e projetos setoriais. É possível perceber que esses fatores se interligam e funcionam como um conjunto de agentes necessários para elaboração de políticas públicas. Em alguns aspectos, coincidem em uma esquematização complexa que necessita ser gerida de perto.

Conforme Silva e D'Ascenzi (2018), os gestores podem se indagar sobre como operacionalizar a gestão diante de todo aparato jurídico e urbanístico, formulando questões como:

- De que maneira irá se manifestar os problemas urbanos prioritários que necessitassem de intervenção?
- Como conhecer a realidade de cada porção administrativa, para planejar e propor ações mais eficazes?
- Como seria possível dimensionar o grau dos problemas urbanos?

Os autores informam que as resoluções dessas indagações podem ser feitas a partir da maior utilização de metodologias calçadas pela racionalidade científica, "sendo este o caso, um dos instrumentos mais comuns ao gestor público é o uso de indicadores, construídos a partir das mais diversas áreas do conhecimento" (SILVA; D'ASCENZI, 2018, p. 108). A partir disso, entendeu-se que pesquisas que possam auxiliar o gestor público no desempenho de suas atividades, são de grande valia para as políticas públicas dos municípios e estados. Nesse sentido, é necessário considerar fatores e etapas que podem atuar beneficiando a gestão urbana, para esta acontecer de forma eficaz, efetiva e eficiente. Dessa maneira, Ignarra (2013) apontam algumas etapas:

- Realização de um diagnóstico: qual a situação atual?
- Realização de um prognóstico: elaborar cenários futuros.
- Estabelecimento de objetivos: traçar objetivos e metas que se pretende atingir.
- Escolha de estratégias: qual o melhor caminho para alcançar os objetivos?
- Previsão de ações a serem executadas em um determinado período de tempo: passo a passo de como alcançar os objetivos junto a uma equipe multidisciplinar.
- Acompanhar os resultados: o que foi previsto no plano está sendo bem executado?

É importante destacar que novas propostas para o planejamento e gestão urbana evoluem através de uma percepção sistemática, envolvendo os setores políticos, a interação com a sociedade e a qualidade no projeto urbano, ao mesmo tempo que compreende e mantém as especificidades locais, como as questões econômicas, sociais e ambientais (LIMA et al., 2019). De toda forma, políticas de melhorias implantadas em qualquer setor de uma cidade precisam ser geridas corretamente. Para que todos os insumos e serviços da implementação daquela política pública não sejam gastos desnecessariamente, ocasionando em frustração dos beneficiários diretos e indiretos e retaliação frente aos poderes públicos.

4 AMBIENTE CONSTRUÍDO

Os ambientes devem suprir as expectativas dos usuários na realização das tarefas por eles desenvolvidas, do mesmo modo que deve considerar as limitações e capacidades das Pessoas com Deficiência (PcD), principalmente no ambiente construído de uso público. Nesse sentido, é importante entender como o espaço se apresenta e se gera riscos ou conforto aos indivíduos. Também vale salientar a importância de o ambiente construído urbano ser acessível para todas as pessoas com deficiência, uma vez que espaços públicos devem gerar igualdade e equidade a todos. O IBGE (2010), informa que mais de 38 milhões de pessoas com deficiência se encontram em áreas urbanas, sendo a região Nordeste do Brasil, a região que concentra os municípios com os maiores percentuais de PcDs. Esta seção busca compreender as inter-relações entre o ser humano e o ambiente, e como esses fatores contribuem para a formação e configuração do espaço urbano. Também será apresentada considerações sobre os usuários diretos dos banheiros situados nos mercados públicos de Recife.

4.1 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

A estrutura populacional em rápido crescimento cria desafios para desenvolvedores e designers projetarem instalações para comunidade. Em consequência, muitas cidades enfrentam os desafios para construção de instalações urbanas, uma vez que essas, devem servir a uma sociedade que é composta por usuários com diversas necessidades específicas, principalmente para aqueles que possuem alguma limitação.

Conforme Pérez-delHoyo et al. (2018), compreender o funcionamento dos ambientes urbanos é fundamental para o planejamento e design das cidades, dado que, constantemente, os esforços de gerenciamento urbano são propensos a inconvenientes inesperados. Isso ocorre, principalmente, pelo fato de a maioria das iniciativas do município serem realizadas sem ter dado real importância a influência direta do ambiente urbano na vida da população. Em concordância com Siu et al. (2019), os espaços públicos devem ser visíveis nas vias públicas e concebidos a partir dos requisitos de acessibilidade. Todavia, alguns desses fatores são ignorados no projeto de ambientes construídos. Se tratando dos banheiros situados dentro dos mercados públicos do Recife, esses não podem ser visíveis nas vias públicas, mas é imprescindível que o mercado tenha, nos pontos principais, sinalização de fácil entendimento que apontem corretamente a localização dos banheiros.

Isto exposto, para se adequar um determinado espaço ao usuário é necessário observar os requisitos e restrições do sistema estudado, assim como as limitações e capacidades físicas dos usuários. Não obstante, é importante que os indivíduos que fazem uso direto do ambiente possam fornecer sua opinião e apresentar as expectativas em relação ao espaço. Para auxiliar no entendimento e requalificação desses espaços é importante que seja implementada a ergonomia. Segundo Costa et al. (2012), a Ergonomia envolve diversas questões relacionadas ao ambiente, tais como: dimensões, distâncias, pegas, riscos, sinalização, conforto, avaliações gerais, qualidade percebida, dentre outras coisas. Possuindo assim, em seu escopo, uma variedade de metodologias do ambiente construído, que contribuem para o estudo ergonômico. Salientando que é de responsabilidade dos gerenciadores do espaço fiscalizarem como o ambiente se apresenta aos usuários e quais são as dificuldades que as pessoas enfrentam ao utilizarem esses locais.

No momento de interação com o ambiente físico, o comportamento humano sofre interferências dos fatores que compõem estes ambientes, ou seja, se o ambiente não é acessível ele influenciará negativamente o seu uso por parte da PcD, gerando riscos e/ou constrangimentos. Porto (2015), afirma que a questão da acessibilidade transcende a questão das barreiras arquitetônicas. Portanto, todos os componentes necessários para idealização de um ambiente acessível devem ser considerados no projeto. Leva-se em consideração que, mesmo tendo uma deficiência física, a pessoa poderá preservar sua autonomia, sendo capaz de tomar suas próprias decisões em relação à sua vida (PORTO, 2015).

Dessa maneira, embora a acessibilidade tenha ganhado importância e interesse para atender às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida e pessoas deficientes, ainda existem algumas lacunas a serem preenchidas. É determinante compreender a relação do ambiente urbano e dos elementos que o caracterizam, pois são esses fatores que irão conformar, de maneira decisiva, a percepção dos cidadãos sobre um espaço e, conseqüentemente, o uso que fazem deles.

Um ambiente desconfortável ou não acessível causa um comportamento imprevisto dos indivíduos, uma questão importante que quando observada tem a ver com a empatia social. Segundo Pérez-delHoyo et al. (2018), não apenas as pessoas com deficiência não usam certas instalações e serviços porque estão localizadas em ambientes desconfortáveis ou inacessíveis, mas também a sociedade em geral rejeita esses

ambientes e evita o uso desses edifícios que têm investimentos públicos. O respeito pelas diferenças é, sem dúvida, uma das características da atualidade, cada vez mais consciente da importância da acessibilidade e da igualdade de oportunidades. Portanto, um ajuste ideal entre pessoa e ambiente construído, é essencial para melhorar a participação das pessoas com deficiência no meio social.

4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS USUÁRIOS

Um dos principais focos da presente pesquisa é o ser humano e como a análise do sistema humano-atividade-ambiente podem contribuir para adequação do espaço, de forma que facilite e aumente a qualidade de vida dos usuários. Com efeito, se observa no contexto urbanístico contemporâneo das cidades brasileiras a falha e negligência do Estado em seu papel como provedor de políticas públicas, especialmente, no meio urbano (Brenner, 2016). Todavia, quando os poderes responsáveis não suprem as expectativas e necessidades da população em relação aos ambientes urbanos, criam, nas maiores das vezes, uma ação negativa sobre a vida das pessoas e seus comportamentos nos espaços públicos. Nessa relação, são os usuários que saem prejudicados pela falta de adequação dos locais.

Todavia, os espaços públicos deveriam servir para conectar pessoas, apresentar a cultura da cidade e agregar positivamente a economia local. De acordo com Alomá (2013), todas estas questões objetivas e subjetivas sobre o ambiente público contêm, principalmente, um atributo primordial, nesse caso, o de permitir a conexão de espaços e pessoas. Todos os indivíduos que transitam na cidade podem ser usuários dos espaços públicos situados no meio urbano, nesse sentido, qualquer pessoa pode entrar e fazer uso dos mercados públicos e de todos os setores nele disponível. Logo, compreende-se o banheiro público como um espaço público, ou seja, além de um local essencialmente democrático, ele deve facilitar a relação do ambiente com quaisquer indivíduos, independentemente da idade, gênero, nacionalidade ou questões socioculturais.

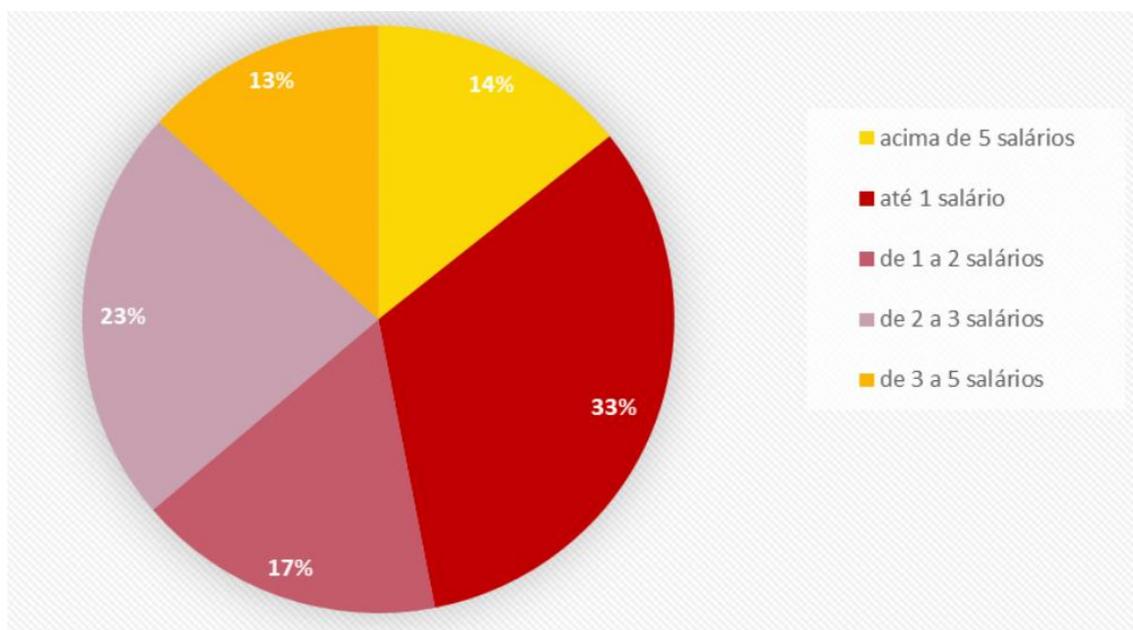
4.2.1 Usuários diretos

A Constituição Federal diz que a locomoção do cidadão é livre em todo território nacional (BRASIL, 1988, Art. 5º). Desta forma, subentende-se que todo e qualquer cidadão tem direito de se locomover de forma livre nas ruas, praças e espaços públicos. Assim, é

possível afirmar que os usuários diretos dos banheiros dos mercados públicos da cidade do Recife podem ser caracterizados na maior diversidade viável, tais como: mulheres; pessoas gestantes; homens; crianças; idosos; pessoas com mobilidade reduzida; pessoas com deficiência motora; pessoas com deficiência sensorial; pessoas com deficiência cognitiva; pessoas com deficiências múltiplas; turistas; residentes; comerciantes; ambulantes; pessoas em situação de rua; visitantes; entre outros. Com efeito, percebe-se que qualquer pessoa que seja considerado um cidadão brasileiro ou turista do exterior que esteja de forma legalizada no país, é um possível usuário direto do banheiro público.

Alguns pesquisadores já formularam pesquisas sobre os usuários diretos dos mercados públicos do Recife. Esse foi o caso de Gomes (2019), que analisou o Mercado da Encruzilhada (um dos objetos de estudos da presente pesquisa) e apresentou um gráfico sobre a faixa de renda dos usuários do mercado (Gráfico 01). A autora ainda relatou dados sobre os frequentadores desse espaço, informando que é integrado por pessoas acima de 50 anos e é bem distribuído entre homens (51%) e mulheres (49%) entrevistados.

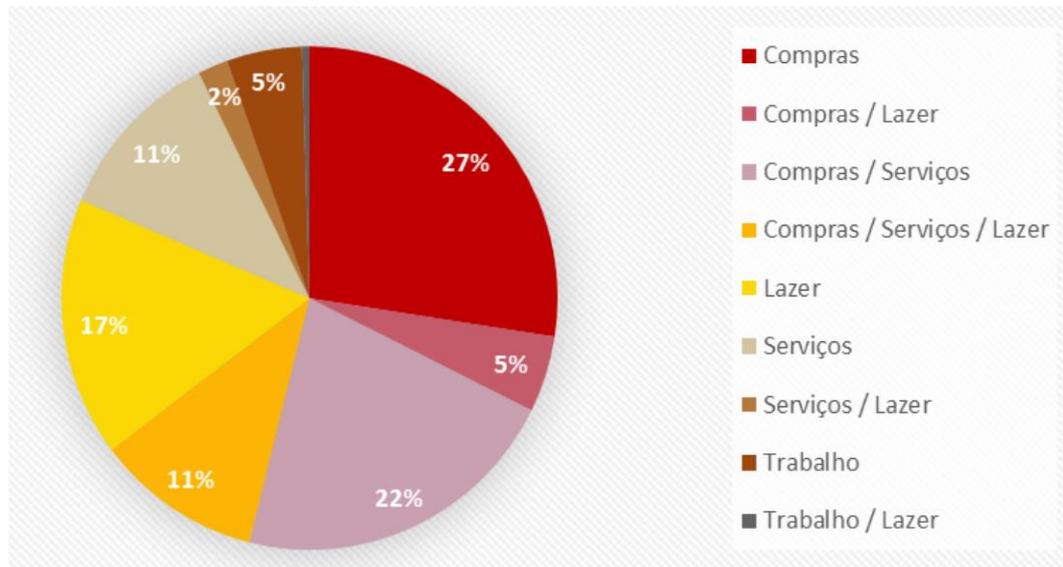
Gráfico 1 - faixa de renda dos frequentadores do Mercado da Encruzilha.



Fonte: Gomes (2019).

Gomes (2019), também focou no objetivo das visitas dos frequentadores do Mercado da Encruzilhada, tanto dos antigos frequentadores quanto dos consumidores que vão pela primeira vez ou raramente ao equipamento urbano (Gráfico 02).

Gráfico 2 - objetivos dos frequentadores do Mercado da Encruzilha.



Fonte: Gomes (2019).

Esses fatores são importantes para o corrente estudo, uma vez que percebe-se que os usuários, em sua maioria, não frequentam esses locais como passagem para outras ruas ou, até mesmo, para trabalhar (visto que esses, tem banheiros próprios). A maioria dos usuários estão nos mercados para compras, serviços e lazer. A partir disso, subentende-se que em algum momento a maioria das pessoas presentes no mercado público podem fazer uso dos banheiros. Nesse contexto, Gomes (2019) também fez alguns breves levantamentos sobre as instalações sanitárias:

- Esclareceu que alguns dos comerciantes reclamaram da constante sujeira, insuficiente manutenção e falta de fiscalização;
- Confirmou que ao longo da execução de sua pesquisa, alguns dos usuários relataram que vão ao mercado apenas para utilizarem o banheiro público, dado que o mesmo é o único existente naquela região;
- Relatou que nas visitas realizadas durante sua pesquisa, percebeu-se uma frequente falta de limpeza do ambiente e a ausência de artigos de higiene para os usuários;
- Informou que os comerciantes reclamaram da falta de uma equipe de segurança no interior do mercado e, muitas vezes, são os próprios que fazem a contratação de seguranças particulares para o interior do equipamento.

Compreende-se assim, que as instalações sanitárias são de reais importância para o funcionamento ideal dos mercados. Fatores como segurança, higiene e manutenção se

ressaltam como problemas que se difundem a anos dentro dos mercados públicos. Os mercados e feiras, em sua essência, são espaços que agregam a economia da cidade e, principalmente, na comunidade local. No momento que a interpretação dos usuários percebe o ambiente como apropriado em termos de salubridade, o mercado tem efeito transformador em questões na qualidade no bairro em que se situa e influencia a construção de outros comércios em seu entorno. Surge daí um efeito progressista e evolucionário a cidade. Portanto, compreender as necessidades e características dos usuários é relevante para o projeto de espaços urbanos. No entanto, para garantir a provisão de banheiros públicos adequados às expectativas da população, convém examinar o gerenciamento e manutenção desses espaços. Assim como, entender como esses fatores influenciam no *status quo* dos banheiros.

4.2.1.1 Pessoa com Deficiência

A escassez de fiscalização rígida e a alta densidade populacional dificultam o acesso seguro e contínuo, sem barreiras, em muitos ambientes urbano das cidades brasileiras. Certas diretrizes de planejamento, leis e regulamentos relacionados a ambientes acessíveis foram promulgadas para construir uma sociedade inclusiva e, em muitas áreas urbanas, foram desenvolvidos padrões para instalações, espaços e serviços com conteúdo detalhado. No entanto, Siu et al. (2019) destaca que a implementação e o gerenciamento dessas instalações costumam ser bem diferentes de sua finalidade original. Além do fato, que boa parte das políticas de inclusão concentra-se em indivíduos com problemas de mobilidade. Deixando de oferecer a devida atenção às pessoas com deficiências sensoriais, como os deficientes visuais (FARUK et al., 2008). De acordo com Siu e Wong (2013), é importante ter instalações de fácil acesso para suprir as necessidades das pessoas com deficiência.

Junto a isso, devido à falta de atenção generalizada para todos os indivíduos com necessidades específicas, a maioria dos espaços abertos foram projetados para pessoas com condicionamento físico "médio" (BURTON e MITCHELL, 2006). Evidenciando assim, a falta de locais acessíveis também para pessoas obesas, com nanismo, gestantes, pessoas com carrinho de bebê ou acompanhada de criança pequena, pessoas com colostomia, pessoas com baixa visão, etc.

As políticas adotadas por um órgão público podem facilitar a formação de leis, regulamentos e regras pelas autoridades locais. No entanto, mesmo existindo no Brasil a

NBR 9050 (2015), que trata a respeito da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos não é suficiente para garantir a implementação efetiva dos requisitos. As normas devem incluir requisitos específicos para as pessoas seguirem, em vez de criar requisitos obrigatórios gerais, por exemplo, as ordenanças e regras relativas ao espaço aberto inclusivo devem abordar os padrões e a extensão de sua aplicação. Exemplos e ilustrações podem ajudar designers e construtores a implementar os requisitos adequadamente (SIU et al., 2019). Destacando a importância de abranger um conjunto de regras desde o espaço em si, como as das vias principais de acesso ao local, que devem contemplar a mobilidade de todas as pessoas com e sem deficiência.

O gerenciamento é um estágio chave que garante a eficácia de espaços abertos inclusivos (SIU et al., 2019). No sentido mais amplo do termo, abrange manutenção, avaliação, supervisão e participação. Espaços públicos inclusivos no meio urbano podem ser usados após o estágio de execução, no entanto, ainda enfrenta desafios durante o estágio de gerenciamento.

A manutenção realizada no tempo certo pode garantir a qualidade de espaços públicos acessíveis e ajudar os usuários a manter a confiança nos serviços públicos. De acordo com Silva et al. (2011), as políticas públicas urbanísticas devem ter como objetivo a preservação do patrimônio e melhoria da manutenção da infraestrutura, contemplando a qualidade ambiental, a melhoria das condições de mobilidade e segurança.

As conexões entre os diferentes edifícios, equipamentos e áreas verdes que compõem a cidade são estabelecidas através do tecido urbano (PÉREZ-DELHOYO et al., 2018). É por isso que os resultados de qualquer intervenção na cidade serão influenciados por seu contexto urbano com diferentes escalas, sendo a acessibilidade, para todos os usuários, um fator chave para evitar consequências inesperadas. Portanto, os cidadãos têm objetivos e necessidades diferentes, e conhecer suas expectativas é o primeiro passo para evitar comportamentos inesperados (BRENNER et al., 2012).

Todas as pessoas têm o direito de ir e vir, sendo de responsabilidade dos gestores públicos instituírem ações para inclusão, dentre as quais a criação de programas de gerenciamento da acessibilidade (FERREIRA et al., 2013). O Brasil, como um país que assinou a Carta das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNITED NATIONS, 2006), precisa monitorar e reforçar essa política para garantir que as instalações e equipamentos públicos sejam acessíveis a todos na sociedade (UNITED NATIONS, 2015).

4.2.2 Usuários indiretos

Se tratando de banheiros públicos, os usuários indiretos podem ser caracterizados como os sujeitos que também frequentam o espaço, porém, sendo pessoas com funções e não com intenções diretas de uso. Nesse sentido, os usuários indiretos seriam as pessoas que trabalham rotineiramente nesse ambiente, fazendo a limpeza, higienização ou manutenção dos elementos e componentes presentes no local, tais como: auxiliar de limpeza, auxiliar de serviços gerais, eletricitistas, encanadores, pedreiros, entre outros. Todavia, dada o dimensionamento da pesquisa, esses não foram considerados como foco do estudo.

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE DESIGN UNIVERSAL

De acordo com Moreira (2021), apenas o fornecimento de banheiros públicos não é suficiente para se obter a criação de cidades sustentáveis, pois é necessário que além de fornecer, o ambiente seja efetivamente acessível a todos. É primordial que o banheiro público seja analisado em sua totalidade, indo desde sua infraestrutura até os seus principais acessos. É possível dizer que não adianta projetar um banheiro acessível se a pessoa com deficiência não vai, sequer, conseguir chegar até ele. Existem numerosos obstáculos a serem superados no planejamento urbano, porque o caminho de acesso a banheiros públicos geralmente contém escadas, degraus ou espaços estreitos, impossibilitando o acesso de pessoas com deficiência física ou visual, idosos, cadeirantes ou mesmo pais com carrinhos de bebê (MOREIRA, 2021; GREED, 2003; TIJM et al., 2011; FAKTOR, 2011; DAVEY et al., 2015; CAO et al., 2019). Para tanto, vale considerar sistemas e conceitos que possam vir colaborar no fornecimento e gerenciamento de espaços públicos compatíveis com toda população, promovendo acessibilidade.

A aplicação do Design Universal, pode criar um ambiente no qual todos os usuários possam realizar quaisquer tipos de experiências urbanas, garantindo que todos os indivíduos que moram na cidade tenham acesso integralmente a essas áreas. O conceito foi descrito de forma mais ampla pelo *European Institute for Design and Disability*⁶ em termos da filosofia "Design for All", que visa obter acessibilidade e conveniência para

⁶ Instituto Europeu de Design e Deficiência em tradução livre.

todos os membros da sociedade e capacidade de resposta à evolução da diversidade no ambiente construído, objetos cotidianos, serviços, cultura e informação (EIDD, 2004).

A abordagem do Design Universal tende a estender as potencialidades dos ambientes construídos, para um maior número de pessoas possíveis de características diferentes. Dessa maneira, os critérios do Design Universal sendo implementados corretamente, pode garantir que os espaços e equipamento urbanos sejam usados por todos em igualdade de condições. O Design Universal promove a saúde pública e o bem-estar, minimizando os riscos e acomodando as pessoas com uma série de funções sensoriais, físicas e cognitivas como membros ativos e relevantes da sociedade (FARAGE et al., 2012).

A OMS apoiou a adoção do Design Universal como um meio de celebrar a diversidade humana, identificando facilitadores para a independência funcional (WHO, 2011). Nesse sentido, compreende-se os ambientes urbanos construídos como um fator que influencia diretamente a participação do indivíduo na vida urbana. Segundo Gören e Berköz (2018), a relação entre o ambiente urbano, o indivíduo e a sociedade é uma relação complexa e abrangente, assim, os princípios do Design Universal e os critérios de acessibilidade são cruciais para garantir a continuidade desses relacionamentos.

Os sete Princípios do Design Universal fornecem critérios gerais para uso, em decisões orientadoras em muitos contextos de design (CARR et al., 2013; STORY, 1998) e, portanto, fornecem uma estrutura teórica para avaliação do ambiente construído. O Center for Universal Design (1997), definiu os seguintes princípios:

1. Uso equitativo
2. Flexibilidade de uso
3. Uso simples e intuitivo
4. Informações perceptíveis
5. Tolerância ao erro
6. Baixo esforço físico
7. Dimensionamento para acesso e uso

Embora a integração do Design Universal e da acessibilidade possa ser definida como processo de comunicação com base na funcionalidade entre usuário e ambiente, ela pode ser definida também como um meio de fortalecer os vínculos entre o ambiente, o indivíduo, a comunidade e o meio urbano (GÖREN; BERKÖZ, 2018). O cidadão cujas

necessidades não podem ser atendidas, conseqüentemente, não pode se sentir parte da comunidade e nem da cidade, surge assim, situações segregadoras em que limitam quais usuários poderão ou não fazer uso do ambiente público urbano.

Dentro desse contexto, as áreas urbanas são espaços importantes que tem o dever de atender às necessidades sociais dos usuários, como o fornecimento adequado de parques, estradas, banheiros, escolas, hospitais, e áreas de entretenimento. Essas áreas são onde as pessoas podem ser um membro ativo da cidade. Por esse motivo, ao projetar qualquer ambiente público no meio urbano, deve-se considerar, primordialmente, as necessidades de seus usuários.

4.3.1 Critérios avaliativos para promoção de acessibilidade

De acordo com Leite (2016), os setes princípios do Design Universal podem ser aplicados diretamente aos banheiros públicos, dessa maneira, a autora criou uma lista de recomendações usando como base o Design Universal, apresentado no Quadro 06. Essas recomendações visam garantir a acessibilidade e a segurança dos usuários dos banheiros públicos.

Quadro 6 - requisito projetuais aplicados a banheiros públicos utilizando o DU.

Uso Equitativo (igualitário)
O atendimento desse princípio seria a oferta de um único ambiente adequado a todos os usuários, não existindo diferenciação entre “banheiro acessível” e “banheiro comum”.
Bacia sanitária com descarga acionada por mecanismo de sensor
Modelo de papeleira que libera folhas individuais, fácil de ser utilizada por pessoas com uma única mão ou movimentos reduzidos
Lixeira com abertura suficiente para receber, por exemplo, bolsas de incontinência descartadas, bolsas de estoma ou de cateter.
Flexibilidade no Uso (adaptável)
Um exemplo de aplicação é, na existência de mais de um banheiro, somado ao posicionamento de peças e barras em lados diferentes, a fim de possibilitar uso e transferência de destros e canhotos, ou qualquer de PcD.
Bacia sanitária com opções de assentos com aberturas diferenciadas, podendo ser utilizada por pessoas com diversos padrões corporais.
Bacia sanitária com regulagem de altura, por meio de sobreposição de assentos ou por mecanismo manual ou automático.
Peças sanitárias e acessórios vinculados a um sistema de barras, que permite o ajuste conforme as necessidades dos usuários.
Uso simples e intuitivo (de fácil entendimento)
Esse princípio pode ser aplicado através de um design de banheiros fácil de entender, fácil de identificar e fácil de usar.

Disponibilização de comandos de alavanca ou equivalentes em detrimento de mecanismos de sensor, muitas vezes de difícil compreensão.
Descarga com duas opções de fluxos de água indicados por símbolos diferentes.
Em torneiras ou chuveiros com diferentes temperaturas de água, a indicação de como deixá-la mais quente ou fria com cores e letras.
Informação perceptível (fácil comunicação)
Para atingir esse objetivo, é essencial utilizar diferentes modos (pictórico, verbal e tátil) dentro dos banheiros públicos, para apresentação redundante de informação a fim de maximizar a sua legibilidade.
Garantir o nível mínimo de luminância (200 luxes) exigido para o desempenho das atividades.
Oferecer contraste entre comandos, equipamentos, paredes, portas e piso do ambiente, a fim de que sejam facilmente percebidos, inclusive por pessoas com baixa visão.
Ao ofertar qualquer tipo de sinalização, é essencial provê-la das três formas acima mencionadas.
Tolerância ao erro (seguro)
Um exemplo de estratégia a ser empregada é a organização dos elementos de modo que os mais utilizados sejam mais acessíveis, enquanto que os mais perigosos sejam eliminados ou isolados.
Revestimento de piso antiderrapante e sem brilho.
Barras de apoio e bancadas em formato arredondado.
Suporte de sabonete líquido posicionado em cima de bancada ou prateleira de modo a evitar que o produto caia no chão e cause acidentes;
Assento contínuo, sem interrupções, na bacia sanitária;
Fita de pânico para ser acionada em caso de emergência, como quedas.
Baixo esforço físico (menor fadiga)
Para atender esse princípio é importante que os banheiros públicos possuam mecanismos voltados a pessoas idosas ou com baixa mobilidade, ou seja, mecanismos que demande o mínimo esforço.
Bacia sanitária com encosto para que o usuário apoie as costas.
Puxador horizontal na face interna da porta a fim de facilitar o seu fechamento.
Dispositivos para secagem de mãos que dispensam a movimentação constante próximo ao sensor para seu funcionamento.
Comandos de torneiras e duchas do tipo alavanca, que minimizam esforço e torção das mãos para seu acionamento.
Dimensionamento para acesso e uso (uso abrangente)
É primordial que o banheiro público possua tamanho e espaço adequado para viabilizar aproximação, alcance, manipulação e uso do local/objeto, independentemente do tamanho do corpo do usuário, sua postura, ou condição de mobilidade.
Porta com vão livre mínima de 0,80 m por 2,10 m e áreas livres para aproximação frontal ou lateral (conforme o caso) para possibilitar a sua abertura;
Lavatório com espaço livre inferior suficiente para permitir a utilização por usuários em pé ou em cadeira de rodas.
Ducha com cabo flexível e extenso para possibilitar maior movimentação pelos usuários;
Banheiro com dimensões suficientes para permitir a instalação de bacia sanitária, lavatório e chuveiro, ao mesmo tempo que garanti espaços livres para áreas de manobra e transferência de cadeira de rodas ou pessoas acompanhadas de cão-guia e carrinho de bebê.

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Leite (2016).

Consoante com Leite (2016), estudos que exemplificam as práticas dos princípios do Design Universal tem grande importância para o aumento do repertório e compreensão do tema. O Design Universal compreende a acessibilidade em um formato que beneficia as pessoas com deficiência, ao mesmo tempo que integra outras soluções para pessoas sem deficiência. Todavia, projetar um ambiente que seja, integralmente, utilizado por todos é uma prática mais complexa. Diante disso, os profissionais recorrem às normas técnicas, que constituem referenciais mínimos para garantir funcionalidade, embora nem sempre promovam qualidade e conforto (CAMBIAGHI, 2007). Como norma técnica amplamente utilizada no Brasil, se tem a NBR 9050.

4.3.1.1 NBR 9050

A NBR 9050 é uma norma reguladora, criada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que define os aspectos de acessibilidade que devem ser observados nas construções urbanas. A norma trata da promoção da acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação (ABNT, 2020). Ela serve como um instrumento para instruir designers, arquitetos, construtores, engenheiros e outros profissionais da área. Algumas das orientações da NBR 9050 dizem respeito à:

- Sinalização horizontal e vertical;
- Banheiros Acessíveis;
- Tecnologia Assistiva;
- Características dos pisos;
- Espaço de circulação adequado para uma cadeira de rodas;
- Informações em braile;
- Estacionamentos acessíveis;
- Rampas de acesso;

Em relação, especificamente, aos banheiros acessíveis a NBR 9050 trata sobre:

- Requisitos gerais;
- Tolerâncias dimensionais;
- Localização;
- Quantificação e características;

- Dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível;
- Barras de apoio;
- Bacia sanitária;
- Áreas de transferências;
- Instalação de lavatório e barras de descarga;
- Mictórios;
- Acessórios para sanitários acessíveis e coletivos;
- Espelhos, Prateleiras, Cabides;

Mesmo que a ABNT tenha sido criada por um órgão privado e por isso não é caracterizada como uma norma obrigatória, é indispensável sua utilização em ambientes públicos urbanos. Salientando que, norma regulamentadora não é lei, mas por força da lei, ela pode ser obrigatória. Por exemplo no Código de Defesa do Consumidor, Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na Seção IV, que trata das Práticas Abusivas, no Art. 39, inciso VIII estabelece que “é vedado ao fornecedor de produtos e serviços colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela ABNT, ou outra Entidade credenciada pelo CONMETRO”.

4.4 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E ACESSIBILIDADE

Em relação aos conceitos dos aspectos urbanos, é importante compreender a relação das leis urbanísticas voltadas aos banheiros públicos da capital do estado de Pernambuco, principalmente, no que tange a equidade e igualdade da pessoa com deficiência (PcD). Nesse seguimento, foi feita uma breve análise das leis estaduais que dispõem a respeito de banheiros públicos acessíveis e seu gerenciamento. Vale salientar que essa análise foi feita em dezembro de 2020.

Ao acessar o site ALEPE LEGIS (Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco), onde fornece todas as legislações do estado, são encontradas poucas leis que tratam sobre o local a ser estudado. A presente pesquisa usou os termos “banheiros públicos” e “sanitários públicos” no intuito de encontrar leis e regulamentos para construções desses espaços, contudo, apenas três leis foram achadas:

- LEI Nº 14.286, de 18 de abril de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade de

instalação de banheiros químicos adaptados às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida em eventos ou espetáculos realizados nos espaços públicos, no âmbito do Estado de Pernambuco.

- LEI Nº 16.436, de 24 de outubro de 2018, que obriga os estabelecimentos privados comerciais, no âmbito do Estado de Pernambuco, que possuem ou venham possuir banheiros adaptados ao uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, a disponibilizar alarme de emergência e dá outras providências.
- LEI Nº 16.792, de 27 de dezembro de 2019, que ordena sobre a instalação de equipamentos de esporte e lazer desenvolvidos para utilização de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em parques, praças e outros locais públicos, a fim de fixar percentual mínimo de brinquedos e de equipamentos de esporte e de lazer adaptados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Todavia, nenhuma dessas leis tratam sobre as diversas deficiências e necessidades específicas dos indivíduos, sendo de quase exclusividade a projeção desse tipo de construção baseada apenas na deficiência física. Ressaltando que não é incluído e nem citado recomendações ou normas para as vias de acesso aos banheiros e/ou fiscalização e manutenção dos mesmos. Por mais que a terceira e última lei citada, trate sobre instalações e equipamentos apenas de esporte e lazer, é a única que destaca, no decorrer do seu texto, a deficiência visual, além das de mobilidade. Juntamente, é necessário fazer uma subjetiva integração, mesmo que apenas por parte do leitor, de instalações acessíveis de higiene pessoal nos ambientes que estão dispostos nessa lei (parques, praças e outros locais públicos). Uma vez que existe uma indispensabilidade de banheiros públicos, próximo a praças, áreas de comércio, parques, feiras, demais espaços reservados ao lazer e esportes, e próximo a pontos turísticos.

Nesse sentido, salientando a Lei de Acessibilidade, Nº 10.098/2000, a mesma estabelece que os banheiros de uso público em parques, praças, jardins e espaços livres públicos devem ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (BRASIL, 2000). Somado a isso, em 2019, foi aprovada a Lei Nº 13.825/2019 que altera a Lei de Acessibilidade ao adicionar que em todo evento público ou privado 10% dos banheiros químicos disponíveis sejam destinados a pessoas com deficiência física ou dificuldade motora (BRASIL, 2019).

É útil destacar que a compreensão de que banheiros públicos são serviços relacionados as políticas públicas essenciais de uma cidade não são feitas de forma clara, logo, fica a critério de cada município promover-las, adequando-se às necessidades da população e às características locais. Portanto, foi feita uma análise mais específica em relação as leis municipais da cidade do Recife. O corrente estudo, também usou os termos "banheiros públicos" e "sanitários públicos". No site Leis Municipais, que abrange todos as cidades do Brasil, foram achadas oito leis que autorizavam a construção de banheiros/lavadouros e sanitários públicos, sete entre os anos de 1953 e 1985, e uma em 2012, sendo elas respectivamente: LEI Nº 2112, de 12 de março de 1953; LEI Nº 2607, de 23 de novembro de 1953; LEI Nº 2615, de 24 de Novembro de 1953; LEI Nº 2646, de 3 de dezembro de 1953; LEI Nº 2687, de 7 de dezembro de 1953; LEI Nº 4358, de 18 de julho de 1956; LEI Nº 14.800, de 31 de outubro de 1985; LEI Nº 17.835/2012, de 9 de novembro de 2012. Em 17 de novembro de 2006, foi disposta a LEI Nº 17.270/2006, que estabelece a obrigatoriedade para os banheiros destinados ao público em geral, localizados na cidade do Recife, de afixarem em local visível e com destaque.

Dentre outras pesquisas, não foi encontrado mais nenhuma lei que autorizasse construções de demais sanitários, no entanto, na página oficial da prefeitura do Recife, foi achada uma notícia a respeito da intervenção e reforma dos banheiros do Mercado da Encruzilhada (PREFEITURA DO RECIFE, 2018). Esta breve pesquisa no legislativo, mostrou como é vaga e deficiente a propagação de leis, normas e regulamentos específicos para banheiros públicos no estado de Pernambuco, sobre foco, a cidade do Recife. Todavia, é importante informar que não existe uma legislação específica sobre o assunto nem uma legislação que estabeleça de quem é a competência no fornecimento e regulação desses serviços (MOREIRA, 2021). Portanto, a partir de todo diagnóstico previamente realizado e entendendo a importância e a atualidade deste tema, compreende-se que a busca por soluções que venham tornar o planejamento e gerenciamento de banheiros públicos eficientes, eficazes e satisfatórios para todos os usuários, torna-se um meio capaz de minimizar a ocorrência de acidentes, incidentes e constrangimentos.

4.5 ATRATIVIDADE NO AMBIENTE

Outros pontos também estão relacionados ao ambiente, como a atratividade. Questões estéticas, principalmente aquelas que se relacionam com a cultura local, influenciam

fortemente a interação dos usuários. Numa perspectiva de política pública, a atratividade urbana pode ser entendida como uma estratégia de caracterização do espaço, para que este ultrapasse sua funcionalidade e reúna mais aspectos cativantes. De acordo com Scalcon (2019), uma cidade atrativa é aquela que oferece boa qualidade de vida aos seus habitantes, não somente a população residente, mas também para novos moradores, turistas e empresas. É importante salientar que vários fatores devem estar conectados harmoniosamente para o fornecimento de espaço públicos atrativos, já que a qualidade dos aspectos físicos e estéticos, da acessibilidade e da segurança estão diretamente ligados à qualidade de vida da população.

Entretanto, de acordo com Fabiani et al. (2018), um dos maiores problemas relacionados diretamente aos espaços públicos é a deterioração desses locais por parte dos habitantes. Segundo Alomá (2013), quando o espaço público está visivelmente degradado, provoca uma rejeição imediata por parte dos usuários. Ainda de acordo com o autor, se o ambiente não está bem iluminado e se não possui atividade noturna, será percebido como perigoso; se os edifícios que o circundam possuem funções inapropriadas a frequência nesses espaços também irá diminuir. Conforme a ONU-HABITAT (2016), diversos fatores podem estar envolvidos na relação que favorecem a depredação e o vandalismo, tais como: acessos com pouca visibilidade; falta de manutenção e de investimento; estruturas sem funcionalidade; falta de mobiliário e instalações inadequadas; apropriação do espaço por um setor da comunidade, excluindo o restante da população. O autor ainda confirma que tais fatores geram o abandono dos locais, além de estimular condutas antissociais, já que no momento que os usuários percebem os locais como inseguro, eles optam por não os frequentar mais.

Com efeito, se compreende que a forma como ambiente se apresenta é algo de suma importância para a frequência do espaço, assim como, o comportamento dos usuários. De acordo com Sales (2021), se enganam aqueles pensam que o problema está apenas na ausência da qualidade estética, já que o problema, muitas vezes, está na relação entre a estética criada e o público ao qual ela foi direcionada, de quem foram as expectativas consideradas no momento de criação e de onde vieram os parâmetros para determinar se o local estava ou não esteticamente agradável.

Logo, é importante que além de esteticamente agradáveis, os ambientes públicos sejam seguros e resilientes. Nesse sentido, subentende-se que para essas questões ocorrerem, é primordial o gerenciamento constante desses espaços, assim como requalificações

necessárias. Contudo, em concordância com Fabiani et al. (2018), nem todas as intervenções exibem bons resultados e atratividade, sendo essencial avaliar como as recomendações e estratégias adotadas impactam nos usuários. De acordo com Gehl (2015), existem espaços que demonstram qualidades visuais, isso faz com que esses ambientes se tornem altamente convidativos. Tais qualidades estéticas podem induzir o deslocamento dos indivíduos para o local e estimular sua permanência (GEHL, 2015).

Assim, é observado que diversos fatores do ambiente irão interagir com o usuário, ficando a critério dos responsáveis por esses espaços a criação de um projeto que seja atrativo. Nesse sentido, Alomá (2013), cita alguns aspectos gerais, que podem ser aplicados aos banheiros e mercados públicos, na intenção de reapropriar o ambiente as reais necessidades dos usuários, são esses:

- Consolidar a segurança cidadã, não só através de ações repressivas, mas sobretudo com ações dissuasivas (iluminação pública, uso do espaço público com animação diurna e noturna, heterogeneidade de usos e acessibilidade);
- Garantir mobilidade física e virtual que permita conectividade efetiva e fluxo eficiente de pessoas e informações;
- Considerar o espaço público como o lugar por excelência para interagir com a arte em geral;
- Prestar especial atenção ao desenho do mobiliário urbano, sinalização e informação, como elementos não só funcionais, mas também de fruição estética;
- Garantir um tratamento adequado das fachadas, com as consequentes ações essenciais no interior dos edifícios, e na imagem urbana em geral;
- Garantir a acessibilidade universal, com base na eliminação de barreiras de todo o tipo para pessoas com deficiências;

Junto a isso, é importante não somente considerar o ambiente em si, mas a facilidade de encontra-lo e de chegar até ele. A sinalização é um elemento relacionado à acessibilidade, já que auxilia os novos usuários na interação com o local, promove a identificação dos equipamentos e auxilia na segurança, assim, se apresenta como um qualificador do espaço público (LYNCH, 1997; GEHL, 2015). Vale salientar que é sabido a muito tempo que os espaços públicos são importantíssimos para a sociabilidade e contribuição da qualidade de vida nas cidades, todavia, nem sempre esses espaços possuem os requisitos de atratividade, que garantem a permanência, conforto e bem-estar daqueles que o utilizam (SGARBOSSA, 2016).

A partir dessas considerações, em relação ao ambiente construído, foi percebido pontos importantes na estruturação da atratividade de um espaço: segurança, estética, iluminação e questões socioculturais. Esses podem ser considerados como fatores gerais para qualificação do espaço urbano, possuindo o objetivo de facilitar o acesso, função e adequação. Nesse sentido, é dever do ambiente construído fornecer agradáveis experiências sensoriais e possibilitar a liberdade de escolha, seja para caminhar ou permanecer seguro no espaço (GEHL, 2015; BECK, 2009; BENTLEY ET AL., 1985).

4.5.1 Critérios avaliativos de atratividade

A partir das questões levantadas, é possível afirmar que a atratividade afeta a percepção da cidade e o tipo de uso que a população realiza nela. Valendo salientar que os aspectos da atratividade são cíclicos. Isto é, quando um espaço público não apresenta insumos que atraiam pessoas – esses espaços ficam vazios – espaços vazios tendem a ser vistos como inseguros – locais inseguros não são frequentados. Dessa maneira, entende-se a atratividade ambiental como fator primordial na formulação de ambientes públicos urbanos. Alguns autores elaboraram critérios considerados como qualificadores do espaço público, o qual apresentam níveis de adequabilidade, servindo de referência para o grau de atratividade (SIQUEIRA, 2021; FABIANI et al., 2018; FABIANI et al., 2019). Siqueira (2021), definiu características e critérios tanto materiais, quanto imateriais, cada um desses fora baseado em conjuntos de referências reunidos pela autora (Tabela06).

Tabela 6 - critérios e características de atratividade de acordo com Siqueira (2021).

CRITÉRIO	CARACTERÍSTICAS	REFERÊNCIAS
Acessibilidade física	Áreas de fácil alcance e sem obstáculos.	Guedoudj et al., (2020); Çolpa, (2015); Fernandes, (2012); Alves, (2003); Brandão (2002); Project for Public Spaces (2000).
Adaptabilidade	Espaços flexíveis capazes de suportar usos diversos; possuem grande capacidade de adaptação.	Çolpa, (2015); Beck (2009); Brandão, (2002); Seixas, (2001); Lynch, (1960);
Espaço natural	Presença de vegetação robusta e jardins.	Fabiani et al., (2019); Carmona et al., (2010); Alves, (2003);
Espaços para caminhar	Caminhos de fluxos livres, espaçosos, agradáveis e sombreados	Gehl (2013); Oliveira & Mascaró (2007); Gemzoe & Gehl (2006);
Espaços de permanência	Possibilidade de interação social em ambiente agradável.	Çolpa, (2015); Gehl (2013); Oliveira & Mascaró (2007); Gemzoe & Gehl (2006);

Infraestrutura e mobiliário urbano	Funcionalidade dos espaços: lixeiras, postes de iluminação, bancos, sistema de drenagem, quiosques, dentre outros.	Fabiani et al., (2019); Gehl, (2013); Beck, (2009); Gemzoe & Gehl (2006); Seixas, (2001);
Limpeza	Condição de saneamento, organização do espaço para o bem-estar.	Guedoudj et al., (2020);
Permeabilidade física	Liberdade de escolha entre caminhos dentro do espaço.	Fernandes, (2012); Brandão, (2002); Bentley et al., (1985);
Personalização	Possibilidade de os usuários transformarem o espaço de acordo com suas escolhas pessoais. Introdução de características únicas ao lugar.	Silva, (2009); Bocca, (2009); Lossau, (2009); Cartaxo, (2009); Carr et al., (1992); Bentley et al., (1985);
Resistência e Durabilidade	Qualidade dos materiais e lugares resilientes.	Brandão, (2002);
Variedade	Mistura de usos, atividades e diversidade na oferta de serviços.	Carmona, (2015); Çolpa, (2015); Carmona et al., (2010); Brandão (2002); Bentley et al., (1985);
Acessibilidade	Ausência de barreiras visuais, livre acesso ao espaço e às informações contidas nele.	Carvalho, (2019); Çolpa, (2015); Fernandes, (2012); Silva, (2009); Genzoe & Gehl, (2006); Serpa, (2004); Brandão, (2002); Project for Public Spaces, (2000);
Conforto e Usufruto	Qualidade térmica, física e funcional.	Guedoudj et al., (2020); Fabiani et al., (2019); Carmona, 2015; Silva, (2009); Beck, (2009); Brandão, (2002);
Identidade e Patrimônio	Valor histórico e cultural, senso de pertencimento e caráter local.	Pereira & Vidal, (2018); Ponte et al., (2017); Scannell & Gifford, (2017); Nielsen et al., (2016); Çolpa, (2015); DevineWright, (2013); Lengen & Kistemann, (2012); Nunes, (2011); Carmona et al., (2010); Brown & Raymond, (2007); Brandão, (2002);
Imagem e simbologia	Leitura visual e interpretação do desenho urbano.	Guedoudj et al., (2020); Gehl, (2013); Carmona et al., (2010); Silva, (2009); Alves, (2003); Project for Public Spaces, (2000); Lynch, (1960).
Segurança	Segurança visual, física e perceptiva. Autopolicimento através do alcance dos olhos, permitido através do desenho.	Tavares, (2020); Fabiani et al., (2019); Wolkart, (2019); Çolpa, (2015); Gehl, (2013); Cardoso et al., (2013); Corrêa, (2010); Carmona et al., (2010); Silva, (2009); Beck, (2009);
Vitalidade	Presença ativa de pessoas no espaço. Fluxos de usos e atividades.	Tran et al., (2020); Sepe, (2017); Nielsen et al., (2016); Gehl, (2013); Oktay & Jalaladdini, (2012); Jacobs, (1961); Lynch, (1960);

Fonte: Siqueira (2021).

Além de também elaborar uma tabela de critérios e características de atratividade baseado em conjuntos de referências reunidos e analisados (Tabela 07), Fabiani et al. (2018), estabeleceu um percentual de adequabilidade para cada conjunto de critérios

listados. Dessa maneira, o maior grau de adequabilidade refletirá no maior grau de atratividade, conforme indica a Tabela 08.

Tabela 7 - critérios e características de atratividade de acordo com Fabiani et al. (2018).

CRITÉRIO	CARACTERÍSTICAS	REFERÊNCIAS
Pavimentação	Diversidade e adequação no uso; paginação de piso; dimensionamento; variedade de materiais de revestimento (cores e formas); estado de conservação; estímulo ao fluxo interno e à acessibilidade.	Lynch (1997); Gehl (2015);
Arte no espaço	Qualidade estética; importância e identificação social, cultural e histórica; percepção visual e paisagem urbana.	Lynch (1997); Gehl (2015);
Presença da água	Contraste com o ambiente urbano; gestão e preservação ambiental; contemplação da paisagem; qualidade estética.	Lynch (1997);
Bancos	Quantidade e distribuição espacial; conforto; estado de manutenção e conservação; promoção de relações sociais e contemplação da paisagem; estímulo à permanência.	Car et al (1992); Gehl (2015);
Equipamentos de lazer/ esportes	Quantidade e variedade de atividades e equipamentos; distribuição espacial; estado de manutenção e conservação.	Car et al (1992); Gehl (2015); Whyte (2009);
Mobilidade/acessibilidade	Transporte público; estacionamento; rampas e piso tátil; facilidade de acessos e deslocamentos internos; estado de conservação e manutenção.	Silva (2009); Gehl (2015); Serpa (2007);
Redes de infraestrutura	Estado de manutenção e conservação; oferta de serviços básicos; compatibilidade com a demanda; funcionalidade do local.	Silva (2009); Serpa (2007);
Iluminação	Quantidade e distribuição espacial; estado de manutenção e conservação; validade de luminárias e lâmpadas; qualidade estética; promoção da segurança.	Serpa (2007); Car et al (1992);
Equipamentos públicos	Qualidade e distribuição espacial; estado de manutenção e conservação; variedade de oferta.	Car et al (1992); Whyte (2009)
Cercamento	Quantidade de distribuição de acessos; promoção de segurança; proteção das áreas preservadas.	Car et al (1992); Santos (1987)
Construções de apoio	Variedade e diferentes usos; qualidade estética; oferta de serviços básicos; estado de manutenção e conservação.	Car et al (1992); Gehl (2015);
Sinalização ou Comunicação visual	Quantidade e distribuição espacial; estado de manutenção; orientação espacial; identificação de equipamentos e usos promoção da segurança	Lynch (1997); Gehl (2015);
Vegetação	Quantidade, diversidade e distribuição espacial; conforto ambiental; qualidade estética; estado de manutenção e conservação.	Mascaró (1996); Lynch (1997);

Fonte: Fabiani et al. (2018).

Tabela 8 - atribuição do percentual para o grau de atratividade.

Grau de atratividade	Percentual de adequabilidade
----------------------	------------------------------

Alto	66,6% - 100%
Médio	33,3% - 66,6%
Baixo	0 - 33%

Fonte: Fabiani et al. (2018).

Fabiani et al. (2019), também estabeleceu mais critérios de avaliação com base em um conjunto de autores analisados, realizando a correlação dos aspectos mais significativos e sua influência no potencial de atratividade (Tabela 09).

Tabela 9 - critérios e características de atratividade de acordo com Fabiani et al. (2019).

CRITÉRIO	CARACTERÍSTICAS	REFERÊNCIAS
Frequência e permanência	Maior frequência no uso (período do dia, semana e regularidade de visitação); maior tempo de permanência; distância no deslocamento e meio de locomoção.	Whyte (2009); Carr et al. (1992); Gehl (2015); Lynch (1997); Marcellino (1983);
Uso e atividades	Companhia para uso; principais atividades desenvolvidas e a compatibilidade com a proposta do parque; solicitação de equipamentos e atividades faltantes.	Carr et al. (1992); Gehl (2015); Whyte (2009); Santos (1987);
Percepção e comportamento	Nível de satisfação; apreensão espacial (facilidade de locomoção e localização dos espaços); benefícios e melhorias percebidos e a compatibilidade com a proposta do parque.	Lynch (1997); Gehl (2015); Whyte (2009); Jacobs (2000);
Qualidades específicas	Satisfação quanto à quantidade, distribuição espacial e conforto dos elementos presentes (dimensões espaciais, acessibilidade, �rvores, APP, lixeiras, bancos, sinalização, iluminação, bicicletários, transporte público, edificações de apoio).	Gehl (2015); Whyte (2009); Carr et al. (1992);
Manutenção e conservação	Satisfação quanto � manutenção, conservação e funcionamento dos elementos presentes (caminhos, vegetação, luminárias, bancos, lixeiras, banheiros, playground, monumentos, limpeza).	Gehl (2015); Lynch (1997); Carr et al. (1992);
Seguranç�a e proteção	Satisfação com a seguranç�a no local.	Gehl (2015); Lynch (1997); Santos (1987);
Aparência e status	Satisfação com a aparência estética e status do parque e entorno (bairros).	Whyte (2009); Gehl (2015); Lynch (1997)
Avaliação comportamental	Diversidade de atividades exercidas; diversidade de faixas etárias; intensidade de uso; fluxo na ocupação espacial.	Rheingantz et al. (2009);

Fonte: Fabiani et al. (2019).

Com a análise dessas tabelas foi possível identificar características e critérios que são compatíveis com o ambiente do banheiro público. A partir dessas considerações, foi selecionado os critérios que mais se adequam ao ambiente estudado e como forma de facilitar a aplicação desses critérios, também foi personalizada uma tabela para medir o grau de atratividade das instalações sanitárias. Para isso, a corrente pesquisa, além de se

basear nas tabelas de Siqueira, (2021), Fabiani et al., (2018) e Fabiani et al., (2019), também se baseou na figura de atribuição do percentual para o grau de atratividade de Fabiani et al., (2018). Dessa maneira, sendo possível analisar e classificar o grau da atratividade dos banheiros públicos em baixo, médio e alto. Vale salientar que essa pesquisa precisou adequar as tabelas, anteriormente apresentadas, uma vez que existem parâmetros que não se enquadram em uma análise do banheiro público, tais como: espaço natural, adaptabilidade, espaços para caminhar, personalização, variedade, presença de água e vegetação, entre outros. Dessa maneira foi constituída a tabela com 12 critérios que podem ser classificados de 1 até 6 em níveis de adequabilidade, sendo 1 - nada adequado e o 6 – completamente adequado (Tabela 10).

Tabela 10 - características e critérios de atratividade para banheiros públicos.

	CRITÉRIO	CARACTERÍSTICAS	ADEQUABILIDADE					
			1	2	3	4	5	6
01	Acessibilidade física	Fácil alcance; Inexistência de obstáculos; Facilidade de acessos, de uso e de deslocamentos para todos os usuários; Rampas e piso tátil; Banheiro para criança.						
02	Sinalização/ Acessibilidade visual	Ausência de barreiras visuais; Informações úteis de acesso; Advertências expostas; Sinalização para todo os tipos de deficiência; Orientação espacial; Identificação de equipamentos e usos.						
03	Funcionalidade do espaço	Lixeiras com tampa, pias, torneiras, sistemas de descarga, dispenser de detergente e papel toalha, ralos, sanitários completos; tomadas; Espelhos; Bancadas para disposição de objetos; Lavatórios espaçosos; Fraldário.						
04	Limpeza	Condição de salubridade; Odor agradável; aspectos visíveis de higiene; Organização do espaço; Sensação de bem-estar.						
05	Dimensão	Liberdade de escolha de caminhos; Espaço confortável entre os usuários.						
06	Resistência/ Durabilidade	Qualidade dos materiais; Durabilidade dos revestimentos; Resiliência a vandalismo;						
07	Conforto	Iluminação adequada e suficiente; Qualidade estética; Qualidade térmica, física e funcional.						
08	Identidade e Patrimônio	Valor histórico e cultural; Senso de pertencimento e caráter local; arte; Qualidade estética; Identificação social e percepção visual;						
09	Segurança	Segurança visual, física e perceptiva. Autopoliciamento através do alcance dos olhos; Presença ativa de pessoas no espaço. Fluxos de usos e atividades; Portas com trava;						
10	Infraestrutura	Variedade de materiais de revestimento (cores e formas); Estado de conservação; Estímulo ao fluxo interno e à acessibilidade.						
11	Percepção/ Comportamento	Nível de satisfação; Melhorias percebidas; Compatibilidade com a proposta; Uso						

		confortável; Possibilidade de interação social em ambiente agradável;							
12	Manutenção e conservação	Satisfação quanto à manutenção, conservação e funcionamento dos elementos presentes;							
			Soma de cada coluna						
			Soma das colunas divididas pelo número de critérios						
			XX ÷ 12						
			MÉDIA GERAL						
QUADRO DE REFERÊNCIA DO GRAU DE ATRATIVIDADE									
BAIXO		MÉDIO		ALTO					
1,0 – 2,66		2,67 – 4,33		4,34 – 6,0					

Fonte: elaborado pela autora adaptado de Fabiani et al. (2018), Fabiani et al. (2019), Siqueira (2021).

O quadro de referência se baseou nos três níveis de atribuição do percentual para o grau de atratividade de Fabiani et al. (2018), sendo eles o baixo, médio e alto. A tabela funciona apenas com o uso da matemática básica, só sendo necessário tirar a média geral para obter o resultado. Isto é, após medir o nível de adequabilidade de cada critério, é necessário fazer a soma de cada coluna individualmente, depois somar a nota geral e dividir essa nota pela quantidade de critérios, a equação será $XX \div 13$. A nota final permanecerá entre os valores 1 e 6. Toda nota que permanecer entre 1,0 e 2,66 será compreendida como baixo nível de adequabilidade, portanto, baixo grau de atratividade. Toda nota que permanecer entre 2,67 e 4,33 será compreendida como médio nível de adequabilidade, portanto, médio grau de atratividade. A mesma coisa acontece com as notas que ficarem entre 4,34 e 6,0, sendo compreendidas como alto nível de adequabilidade, logo, alto grau de atratividade. Vale salientar que essas notas foram atribuídas a cada grau de atratividade pois permitem igualmente uma variação de 1,6 pontos entre cada nível.

Vale evidenciar que a utilização dessa tabela não identifica de forma exata e/ ou sem variáveis o grau de atratividade dos banheiros públicos. Percebe-se que é necessário mais aprofundamento no tema para o desenvolvimento mais adequado dessa ferramenta. Todavia, a mesma servirá apenas como um informativo geral de como os banheiros situados nos mercados públicos do Recife proporcionam atratividade aos seus usuários. Destaca-se que a tabelas que originaram essa pesquisa foram baseadas, essencialmente, em Gehl (2015), Lynch (1997) e Silva, (2009).

5 DELIMITAÇÕES E PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

No primeiro semestre de 2018, como requisito necessário à aprovação na Disciplina de Ergonomia Aplicada ao Design de Interiores, no curso de Design, na Universidade Federal de Pernambuco – Campus Agreste (UFPE – CA), realizou-se um estudo sobre ambientes públicos construídos, no qual, foi feita uma análise preliminar em um banheiro público feminino situado na Feira da Sulanca, na cidade de Caruaru. Nesta análise preliminar foi diagnosticado e identificado erros técnicos e estéticos do ambiente. A partir desse projeto anterior se originou a presente pesquisa de dissertação e, também, demais pesquisas sobre o mesmo objeto de estudo. Nesta seção será apresentado partes relevantes do projeto primário e uma revisão sistemática da literatura que foi realizada afim de reunir recomendações projetuais, essas auxiliaram na discussão dos resultados e na elaboração do terceiro objetivo específico⁷ da presente pesquisa. As recomendações da RSL foram divididas em três quadros: 1- infraestrutura, localização/ sinalização; 2- gestão/ manutenção/ limpeza; 3- questões socioculturais relacionadas a banheiros públicos.

5.1 TRABALHO RECORRENTE

No trabalho intitulado “BANHEIRO PÚBLICO FEMININO DA FEIRA DA SULANCA DE CARUARU: análise e recomendações ergonômicas em um estudo de caso” percebeu-se que, dentre os aspectos que envolvem a ergonomia e a acessibilidade, ambas estavam totalmente inadequadas. Foi feito um recorte do trabalho e publicado os resultados (MENDONÇA; BARROS, 2020).

5.1.1 Contextualização sobre o trabalho recorrente

A condução deste estudo se alicerçou nos procedimentos orientados pela Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído (MEAC) proposta por Villarouco (2007). A MEAC é composta por quatro etapas, 1. Análise Física (a qual compreende a Análise Global do Ambiente; a Identificação da Configuração do Ambiental; Conforto Ambiental; e a Avaliação do Ambiente em Uso), 2. Percepção Ambiental do Usuário, 3. Diagnóstico Ergonômico do Ambiente, e 4. Proposições Ergonômicas para o Ambiente.

5.1.1.1 Análise Física

⁷ Propor melhorias ao plano de gestão existente para os banheiros públicos.

- *Análise Global do Ambiente*

O estudo de campo dessa pesquisa foi realizado em 2018, em Caruaru, uma cidade do interior do nordeste brasileiro, a qual é a terceira mais populosa do interior nordestino. A cidade abriga uma das maiores feiras ao ar livre do país, contudo, a feira se tornou um aglomerado de lojas e becos, com produtos expostos pelas calçadas e ambulantes que transitam por todo lugar. A locomoção dos feirantes e clientes é difícil e, para Pessoas com Deficiência (PcD) e/ou Mobilidade Reduzida (MR) a intenção de se deslocar até o banheiro do local se torna uma tarefa quase impossível. O banheiro público, na época que o estudo foi realizado, dispunha de nove cabines sanitárias, com cerca de 1m² cada; duas cabines de ducha; e um pequeno corredor na entrada, que funcionava como a área dos lavatórios. O banheiro não apresentava uma cabine sanitária para PcDs e/ou MRs, assim como, era inexistente rampa de acesso para a entrada de cadeirantes.

Um dos fatores mais preocupantes era a estrutura geral que, em grande parte, se encontrada em mal estado de conservação, como as portas, os assentos sanitários, as descargas, as torneiras, e o piso das cabines de ducha. No local, todas as lâmpadas estavam queimadas e a iluminação natural era evidentemente insuficiente. A ventilação também era reduzida devido à ausência de esquadrias para ventilação cruzada, dessa maneira, a temperatura se elevava e evidenciava-se o odor desagradável do ambiente. O banheiro funcionava geralmente das 6:00hrs às 15:00hrs e o espaço era utilizado por diversos tipos de usuários em um fluxo intenso de entrada e saída.

Esteticamente o local era sujo e escuro, isso era somado a um odor fétido, pela falta de limpeza e ventilação. O piso do ambiente permanecia frequentemente molhado, aumentando o risco de acidentes. Poucas cabines possuíam a caixa de descarga e as que possuíam, estavam quebradas (Figura 12, A). Para dar descarga era necessário ir a única torneira funcionando no local (Figura 12, B), encher um balde com água, levar até o gabinete e despejar no aparelho sanitário. Sendo essa, uma atividade de alto risco e exaustiva para deficientes, idosas e mulheres gestantes. Em uma das cabines de ducha o piso estava totalmente quebrado (Figura 12, C), tecnicamente e visivelmente havia ameaças de o piso ceder ainda mais, impossibilitando qualquer PcD adentrar na cabine.

Figura 12 - caixa de descarga quebrada (A); balde e pia para descarga(B); piso danificado(C).



Fonte: capturado pela autora da pesquisa

Em acréscimo a todas danificações desse ambiente, ainda era somado a infiltração que se espalha em toda superfície do teto (Figura 13), que era de laje. A pintura já estava descascada, o concreto já tinha sido corroído, deixando o tijolo aparente, o mofo era predominante visualmente e também no odor.

Figura 13 - infiltrações e mofos.



Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa.

- Identificação da Configuração Ambiental

O banheiro não apresentava um gabinete específico para usuários cadeirantes, o que se agravava com a presença de portas bastante estreitas para o conforto dos demais utilizadores. O banheiro foi edificado em um nível mais alto do que a rua (Figura 14, A),

junto a isso, no corredor central do banheiro, próximo a entrada das cabines de ducha, existia uma divisória de tijolos (Figura 14, B), esses obstáculos geravam mais dificuldade ou impedimento para circulação de PcD e MR.

Figura 14 - entrada do banheiro (A) e barreira no corredor central (B).



Fonte: capturado pelos autores para a pesquisa

- Conforto Ambiental

Durante essa fase, foram verificados os níveis de temperatura, ruído, iluminação e ventilação do local, em dois horários distintos, utilizando-se de aparelhos de conformidade obrigatória recentemente calibrados da marca UNI-T. Como não foi encontrado, na ABNT, algumas normas específicas para banheiros públicos, buscou-se então, ambientes semelhantes para obter estes dados. A temperatura recomendada é disposta pela NR17, o ruído pela NBR10152, a iluminação pela NHO-11 (em substituição à NBR5413) e a ventilação pela NBR 14518 (Tabela 11).

Tabela 11 - verificação do conforto ambiental.

HORA DA VERIFICAÇÃO	Temperatura encontrada	Temperatura recomendada
7:00/7:10	27°C	20°C à 23°C
12:15/12:25	29°C	
HORA DA VERIFICAÇÃO	Ruído encontrado	Ruído recomendado
7:10/7:20	48dB à 76dB	Até 60dB
12:25/12:35	53dB à 81dB	
HORA DA VERIFICAÇÃO	Iluminação encontrada	Iluminação recomendada
7:20/7:30	10Lux	100Lux à 200Lux
12:35/12:45	12Lux	
HORA DA VERIFICAÇÃO	Ventilação encontrada	Ventilação recomendada
7:30/7:40	0,00m/s	Até 3,0m/s
12:45/12:55	0,00m/s	

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa.

- Avaliação do Ambiente em Uso

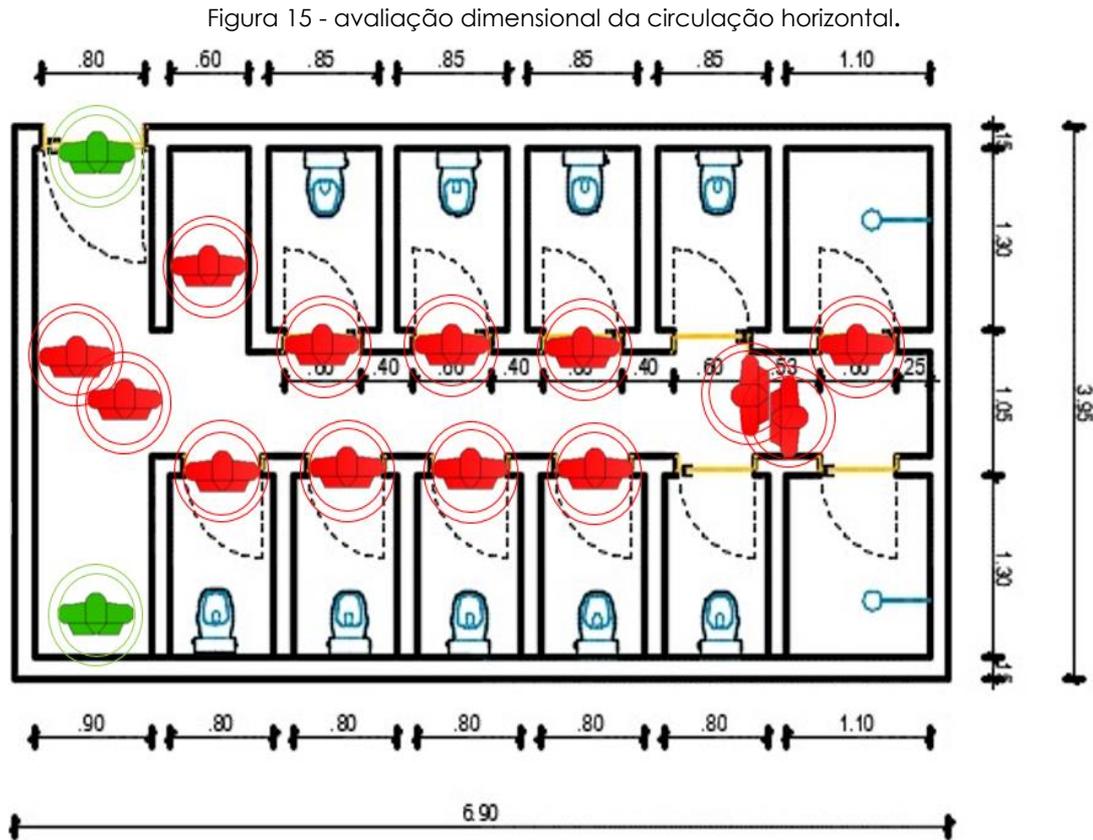
Por se tratar de um banheiro, os usuários se sentiram incomodados em serem fotografados, mesmo em atividades mais simples, como a utilização do lavatório ou atravessar a porta de entrada. Contudo, dado o dimensionamento e posicionamento de alguns dispositivos encontrados naquele local, é possível pressupor quais tipos de posturas eram assumidas, assim como a análise de riscos. Analisando a distância entre o lavatório e o piso, foi percebido que se trata de uma altura que força a grande maioria das usuárias a uma flexão anterior do tronco, uma vez que era necessário pegar baldes do chão, para dar a descarga no sanitário. Uma tarefa constrangedora, exaustiva e de alto risco para mulheres idosas que tem uma flexibilidade reduzida da musculatura e mulheres que possuem qualquer tipo de deficiência.

Algumas cabines não possuíam portas e as que possuíam, as fechaduras não funcionavam, por isso durante o uso (foi informado pelas usuárias) que era preciso segurar a porta com uma das mãos enquanto utilizava o sanitário. Tendo em vista a falta de limpeza do local, também foi informado pelas usuárias que nenhuma chegava a realmente a sentar no vaso, elas assumiam uma postura de flexão dos membros inferiores, flexão anterior do tronco e extensão e elevação dos membros superiores para ter equilíbrio. Uma posição que uma PcD e/ou MR não pode assumir, evidenciando que, esse ambiente além de segregar tipos de usuárias, as forçam assumir posturas de risco.

- Aplicação da MACHIA

O método de avaliação da circulação horizontal interna de ambientes (MACHIA), adaptados de Panero (2008), constitui uma maneira de verificar se o espaço disponível para o indivíduo se locomover no ambiente e utilizar o mobiliário presente nele é totalmente adequado, parcialmente adequado ou inadequado. Ele avalia os aspectos antropométricos identificados e os confronta por meio de simulações da circulação horizontal em uso, utilizando manequins antropométricos em plantas de layout dos ambientes. Os manequins de avaliação representam um indivíduo na posição de pé, sem movimento dos membros superiores.

A pesquisa identificou as diversas inadequações dimensionais nos equipamentos e espaços proporcionados pelo ambiente, tornando possível uma análise dimensional da circulação horizontal (Figura 15).



Fonte: elaborada pela autora da pesquisa.

Na imagem, cada manequim antropométrico possui uma circunferência externa (espaço pessoal) de 76,2cm, onde a cor verde representa um espaço de circulação adequada e a vermelha representa uma circulação inadequada. A investigação revelou o comprometimento da circulação nos espaços destinados ao vão das portas das cabines e no corredor central.

5.1.1.2 Percepção ambiental

Devido à recusa em se voluntariar para a pesquisa por questões de timidez e constrangimento, esta etapa do estudo conseguiu apenas 05 usuárias do gênero feminino, as quais relataram características ideais para um banheiro público, a saber: um banheiro limpo e com perfume agradável; que fosse possível fechar a porta dos cabines; um local iluminado e mais ventilado; assento sanitário em todos os aparelhos sanitários; um tamanho maior para as cabines sanitárias; que tivesse detergente para lavar as mãos e torneiras que funcionassem; descargas que funcionassem; mais bonito; e um espelho sem arranhões.

5.1.1.3 Diagnóstico Ergonômico do Ambiente

No espaço eram notórios os problemas estéticos e técnicos, o que gerava inconveniências e riscos físicos. O mal cheiro se sobressaía devido à falta de limpeza, que tornava o local propício a proliferação de bactérias. A infiltração no local apresentava uma infraestrutura falha e, conseqüentemente, fraca. O piso da cabine de ducha e os revestimentos cerâmicos estavam quebrados. Dentre todas as inadequações de configuração ambiental, salientamos o fato do banheiro não apresentar nenhum tipo de acessibilidade, recursos assistivos ou dimensionamento adequado para uso de cadeiras de rodas. Em questões da ergonomia, é importante acrescentar os fatores da temperatura, ruído, iluminação e ventilação, que estavam completamente fora das normas estabelecidas. Sobre as observações feitas enquanto o ambiente estava em uso, existia um alto constrangimento imposto aos usuários, uma vez que, as descargas não funcionam, não tinha portas da maioria das cabines sanitárias e apenas uma torneira no ambiente tinha água corrente.

5.1.1.4 Proposições Ergonômicas para o Ambiente

Em detrimento a todas as falhas ergonômicas encontrada, foi apresentado algumas recomendações com o intuito de sanar ou reduzir a maior parte dos problemas encontrados. Para isso foram considerados os dados da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), cuja norma regulamentadora - NR 24, que trata sobre as condições sanitárias e de conforto de trabalho servem como base para os projetos conceituais aqui citados:

- Limpeza e manutenção periódica de todo ambiente e dispositivos ali encontrados;
- Instalação de novas portas, assentos sanitários, descargas, torneiras e chuveiros;
- Reconfiguração da estrutura do espaço, visando o aumento das cabines de ducha, dos gabinetes sanitários e a implementação de um vestuário no local;
- Ampliação dos corredores de circulação, assim como da zona de atividade;
- Criação de uma nova janela na parte lateral do local, para que sirva como saída de ar, deixando o ambiente mais ventilado;
- O ajuste do dimensionamento da área dos lavatórios, para 198cm de zona de atividade e 76cm de área de circulação;

- A implantação de gabinete sanitário para cadeirante, com espaço mínimo de 1,50mX2,0m;
- A retirada do obstáculo que existe no corredor;
- A implantação de rampa para cadeirantes, utilizando a fórmula $I = H \times 100$ sobre C;
- Implantação de sinalizações assistivas: piso tátil de alerta; piso tátil direcional; sinalização para gabinete acessível; sinalização para gabinete infantil; mapas táteis do ambiente; identificação em braile em todos os dispositivos passíveis de uso;
- Utilização de cores e texturas de forma a trazer mais energia, vivacidade e aconchego, tornando o ambiente mais estimulante e assim, melhorando a eficácia visual e tátil;
- A implantação de novas luminárias no local, assim como a averiguação semestral do funcionamento das mesmas;
- Concerto ou substituição dos revestimentos que estiverem quebrados e/ou manchados;
- Instalações de dispositivos assistivos, referente a sanitários, levando em consideração a deficiência visual e física, e demais dispositivos para crianças ou pessoas com nanismo, idosos e mulheres gestantes;
- Fornecimento por parte dos órgãos públicos de materiais de limpeza, assim como manutenções regulares de todos os equipamentos e estrutura do ambiente;
- Adequações, de acessibilidade, dos lavatórios (entre 0,78m e 0,80m do piso), espelhos (instalados entre 0,50 m até 1,80 m em relação ao piso) e maçanetas (preferencialmente ser do tipo alavanca, possuir no mínimo 100 mm e serem instaladas a uma altura variável entre 0,80m e 1,10m do piso);

5.1.2 Discussões

O planejamento urbano dos municípios e estados deveriam garantir que ambientes públicos fossem de acesso universal, gerando inclusão e não segregação entre os usuários. A não conformidade às normas e princípios geram nos banheiros públicos e privados, além de constrangimentos aos indivíduos, sérios riscos de acidentes. Além da falta de limpeza e manutenção do ambiente, é possível afirmar que, considerando a circulação do espaço e os dimensionamentos oferecidos, o ambiente, aqui exposto, restringia a possibilidade de uma PcD utiliza-lo com eficácia.

A partir desse mesmo objeto de estudo (banheiros), mais três artigos foram publicados sob a coautoria e orientação da responsável da presente pesquisa. Os artigos analisaram banheiros públicos ou privados, sob a ótica de algum usuário específico ou com a generalização de usuários, a saber:

1. Ergonomia e banheiro residencial: estudo de caso com enfoque em um idoso com sequelas de AVC (COSTA; SILVA; MENDONÇA; MARTINS, 2022).
2. Recomendações ergonômicas para o ambiente construído: acessibilidade em banheiro de uso público (DIAS; HORLACHER; SOUZA; MENDONÇA; MARTINS, 2022).
3. Acessibilidade em banheiro doméstico: um estudo de caso com aplicação da MEAC (SILVA; MENDONÇA; MARTINS, 2022).

Essa subsequência de artigos envolvendo a ergonomia e os banheiros colaborou para a melhor compreensão do tema.

5.2 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA (RSL)

O objetivo dessa RSL foi o de identificar parâmetros para o redesign da infraestrutura, de acesso e gerenciamento de banheiros públicos, correspondendo ao agrupamento de recomendações projetuais relacionadas a vários aspectos que podem levar ao projeto de um banheiro público adequado. Considerando os conceitos da acessibilidade, das questões socioculturais e Design Universal.

5.2.1 Análise Quantitativa

Em relação a análise quantitativa, a mesma se compreendeu em uma análise bibliométrica do número de citações, tanto o país quanto a universidade de maior ocorrência, e a análise qualitativa compreendeu a construção da matriz de síntese do conteúdo por meio da leitura dos artigos na íntegra. O protocolo da Revisão Sistemática foi definido seguindo as orientações da PRISMA for *Scoping Review* (PRISMA, 2015). Assim, a revisão sistemática foi realizada de acordo com os seguintes procedimentos:

- *Estratégia de busca*

A revisão foi conduzida na base de dados *Web of Science* e na *Scopus*, com última busca realizada no dia 10 de março de 2021. A partir da estratégia, a expressão de busca foi formulada, testada e revisada pela pesquisadora responsável, obtendo-se a seguinte *string* na base de dados *Web of Science*: TÓPICO: (*ergonomic**) AND TÍTULO: (*public bathrrom*) OR TÍTULO: (*public toilet*) OR TÍTULO: (*shared toilet*) AND TÓPICO: (*universal design*) AND TÍTULO: (*urban furniture*) AND TÓPICO: (*epidemic**). Todavia, os termos pesquisados na base de dados *Scopus* foram testados e formulados de forma diferente, uma vez que utilizando os mesmos termos, não se obteve os resultados esperados. Dessa maneira se obteve a seguinte *string*: TITLE-ABS-KEY: (*pandemic*) AND TITLE-ABS-KEY: (*built public environment*) OR TITLE-ABS-KEY: (*built urban environment*) OR TITLE-ABS-KEY: (*urban furniture*) AND ALL: (*design*).

- *Crítérios de Elegibilidade*

Para elegibilidade dos estudos, foram aplicados critérios de inclusão e de exclusão. Assim, o estudo foi incluído na Revisão se: utiliza parâmetros/diretrizes para redesign estrutural, de acesso ou de gerenciamento de banheiros públicos; cita parâmetros ou diretrizes relacionadas a construção, manutenção, disposição de equipamentos e limpeza de banheiros públicos no corpo do artigo; relata o desenvolvimento de parâmetros ou diretrizes para redesign/construção de banheiros públicos. O estudo foi excluído da Revisão se: na base de dados da *Web of Science* foi publicado antes de 2011, devido a relevância do tema; na base de dados da *Scopus* foi publicado antes de 2019, devido a atualidade do tema; trata de parâmetros/diretrizes não relacionadas ao ambiente interno e externo, acesso ou gerenciamento de banheiros; o idioma do artigo não é o português, inglês ou espanhol; é de acesso restrito.

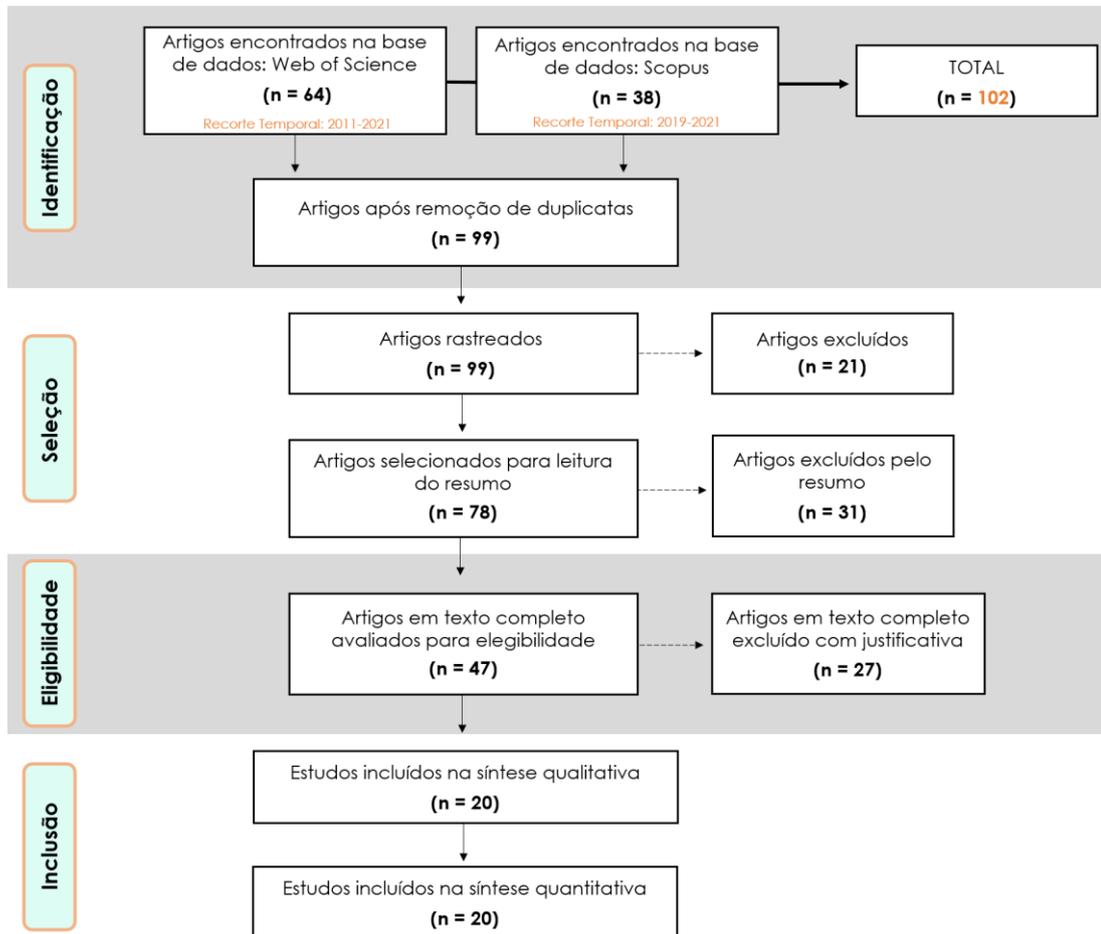
- *Análise dos dados*

Os artigos identificados foram extraídos e organizados em uma planilha do *Microsoft Excel*, contendo os seguintes itens de análise: (1) Autores; (2) País do último autor; (3) Universidade do primeiro autor; (4) Título; (6) Fonte da publicação; (7) Idioma; (8) Tipo do documento; (9) Palavra-Chave; (10) Resumo; (11) Ano; (12) DOI; (13) Áreas de pesquisa.

5.2.1.1 Resultados

O processo de seleção dos estudos é apresentado no diagrama de fluxo (Figura 16), de acordo com as orientações PRISMA (GALVÃO; PANSANI; HARRAD, 2015).

Figura 16 - fluxograma de quatro fases da Revisão Sistemática de acordo com PRISMA.



Fonte: elaborado pela autora com base em LIBERATI et al (2009) e nos dados da pesquisa.

A busca na base de dados retornou o número total de 102 estudos. Excluindo os estudos duplicados, obteve-se 99 artigos. Destes, 52 foram descartados por não possuir alinhamento com a temática da revisão mediante a leitura do título e resumo. Assim, fez-se a leitura completa de 47 estudos, dos quais, 27 foram excluídos por não atenderem a algum dos critérios de elegibilidade. Por fim, foram incluídos na revisão para a realização das análises quali e quantitativas, 20 estudos.

5.2.1.2 Caracterização dos estudos

Para início das análises quantitativas, foram identificados os 20 artigos de acordo com o nome dos autores, do título e da área de pesquisa (Tabela 12).

Tabela 12 - identificação dos artigos.

ID	AUTOR	TÍTULO	ÁREA DE PESQUISA
Web Of Science			
01	Nega, W.; et al.	<i>Demand-Driven suitable sites for public toilets: a case study for GIS-Based site selection in Debre Markos Town, Ethiopia</i>	Geografia
02	Wilkinson, H.; Mathews, G.;	<i>A public inconvenience: better toilets for inclusive travel study investigating toilet provision when travelling for people with dementia and other physical and cognitive impairments</i>	Reabilitação; Ciências Sociais;
03	Martosenjo yo, T.; et al.	<i>Public Toilets, Stink and Power</i>	Antropologia
04	Bliss, D.; Park, Y.	<i>Public toilets in parklands or open spaces in international cities using geographic information systems</i>	Obstetrícia; Ginecologia; Urologia
05	Genet, B.; et al.	<i>A model public toilet service in an urban context that improves management and income for the urban poor: Field action report</i>	Saúde Pública; Ambiental e Ocupacional
06	Ssekamatte , T.; et al.	<i>Opportunities and barriers to effective operation and maintenance of public toilets in informal settlements: perspectives from toilet operators in Kampala</i>	Ciências Ambientais e Ecologia; Saúde Pública, Ambiental e Ocupacional
07	Greed, C. ¹	<i>Join the queue: Including women's toilet needs in public space</i>	Sociologia
08	Reddy, Y.; et al.	<i>A Narrative Exposition on Public Toilet Usage by Women: A Study from Warangal</i>	Estudos femininos
09	Jaglarz, A.	<i>Architecture of Public Toilets in the Landscape - Disorder or Integration</i>	Ciência da Computação; Ciência e tecnologia; Engenharia; Administração pública;
10	Tales, A.; et al.	<i>Dementia-friendly public toilets</i>	Medicina Geral e Interna
11	Grima, P.; et al.	<i>Service points in public toilets to minimize and balance the waiting times for women and men</i>	Construção e Edifício tecnológico
12	Greed, C. ²	<i>Taking women's bodily functions into account in urban planning and policy: public toilets and menstruation</i>	Administração Pública; Estudos Urbanos
13	Afacan, Y.; Gurel, M.	<i>Public toilets: an exploratory study on the demands, needs, and expectations in Turkey</i>	Ciências Ambientais e Ecologia
14	Xu, L.; Cao, C.	<i>Investigation and research on public toilets in classical gardens of Suzhou</i>	Educação e Pesquisa educacional; Ciências Sociais;
15	Siu, K.; Wong, M.	<i>Promotion of a healthy public living environment: participatory design of public toilets with visually impaired persons</i>	Saúde Pública, Ambiental e Ocupacional
16	Bichard, J.; Knight, G.	<i>Improving public services through open data: public toilets</i>	Engenharia
Scopus			
17	Dietz, L.; et al.	<i>2019 Novel coronavirus (CoviD-19) pandemic: Built environment considerations to reduce transmission</i>	Ciência Aplicada e Ambiental

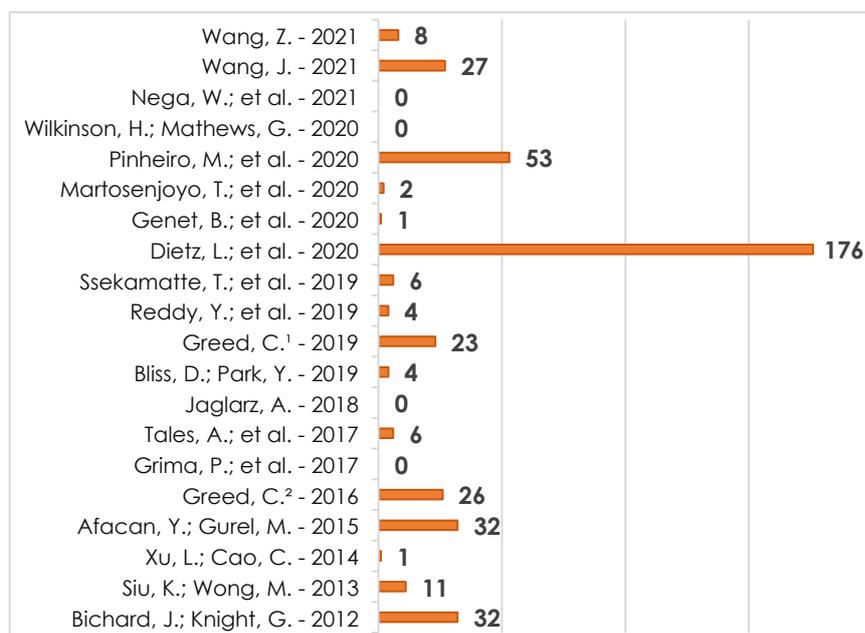
18	Pinheiro, M.; <i>et al.</i>	COVID-19 could leverage a sustainable built environment	Meio Ambiente Construído Sustentável; Inovações
19	Wang, J.	Vision of China's future urban construction reform: In the perspective of comprehensive prevention and control for multi disasters	Cidades Sustentáveis; Sociedade
20	Wang, Z.	Use the Environment to Prevent and Control COVID-19 in Senior-Living Facilities: An Analysis of the Guidelines Used in China	Design para Doenças Infecciosas; Arquitetura

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa.

A partir da análise e distribuição dos artigos encontrados, observou-se a repetição de uma autora (Greed, 2019; Greed, 2016). Vale salientar que a área de pesquisa que os artigos estão incluídos são diversas, partindo do eixo da saúde (Obstetrícia; Ginecologia; Urologia; Medicina Geral e Interna) até o eixo das ciências exatas e aplicadas (Engenharia; Design; Arquitetura; Administração Pública; Estudos Urbanos). Esse fator corrobora com o formato da presente pesquisa ser multidisciplinar.

Para identificar a relevância dos estudos incluídos foi realizado um levantamento quanto ao número de citações no *Google Scholar* em 14 de dezembro de 2021. O Gráfico 03 apresenta as citações alcançadas pelos 20 estudos, por ano da publicação até a data da presente pesquisa. Com isso, foi possível identificar que os estudos mais relevantes se concentram entre 2020 e 2021. Também é necessário informar que em outras plataformas, principalmente aquelas onde os artigos foram originalmente hospedados, os números de citações diferem do *Google Scholar*.

Gráfico 03 - número de citações alcançado pelos estudos por ano de publicação.



Fonte: elaborado pela autora da pesquisa.

O artigo com maior número de citações é de autoria de Dietz *et al.* (2020), intitulado '2019 Novel coronavirus (CoviD-19) pandemic: Built environment considerations to reduce transmission', com 176 citações. O segundo artigo mais citado, de autoria de Pinheiro *et al.* (2020) com 53 citações. Cabe salientar que os artigos com maior volume de citações compreendem os estudos identificados na base de dados Scopus. Por se tratar de uma pesquisa com critério de exclusão por data de publicação, a maioria dos artigos são recentes, dessa maneira, abrangem um número menor de citação.

Com relação à distribuição dos artigos nos anos de publicação, percebe-se um aumento da frequência de publicações nos últimos três anos, já que, entre 2012 e 2018 foram identificados apenas 8 artigos. Além disso, os 2 artigos com maior volume de citações, também se encontram nesse período, sendo de 2020. A partir de 2019, percebe-se um crescimento no que tange a regularidade de publicações, com ocorrência de 3 a 5 artigos por ano.

Ainda em relação a análise quantitativa e identificação dos artigos encontrados, foi feita uma caracterização no que se refere aos estudos organizados por país do primeiro autor e ano de publicação (Tabela 13).

Tabela 13 - número de estudos organizados por país do primeiro autor e ano de publicação.

ANO	Etiópia	Inglaterra	Indonésia	EUA	Uganda	Índia	Polónia	Gales	Espanha	Turquia	China	Portugal	TOTAL
2012		01											01
2013											01		01
2014											01		01
2015										01			01
2016		01											01
2017								01	01				02
2018							01						01
2019		01			01	01							03
2020	01		01	02								01	05
2021	01	01									02		04
TOTAL	02	04	01	02	01	01	01	01	01	01	04	01	20

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa.

Conforme Tabela 02, o país com maior número de publicações é a Inglaterra e a China (04 artigos cada), seguido da Etiópia e EUA (2 artigos cada). Outros países como,

Indonésia, Uganda, Índia, Polónia, Gales, Espanha, Turquia e Portugal, apresentam 1 artigo cada. Cabe salientar que somente o país do primeiro autor foi considerado nesta análise.

5.2.2 Análise Qualitativa

Dos 20 estudos identificados e caracterizados, foram extraídas 71 recomendações ergonômicas para banheiros públicos. Estas, foram abordadas nos estudos como procedimentos metodológicos, como relato de caso ou como objetivo de desenvolvimento. As recomendações ergonômicas observadas apresentaram indicações a infraestrutura, localização/ sinalização, gestão/ manutenção/ limpeza e questões socioculturais relacionadas a banheiros públicos. A partir disso foram criadas matrizes de síntese de conteúdo correspondentes a cada conjunto de recomendações (Tabela 14; Tabela 15; Tabela 16; Tabela 17).

As tabelas foram classificadas em: ID; autores; recomendação; requisitos. As recomendações dizem a respeito do objetivo que se deseja alcançar e os requisitos dizem a respeito de como proceder para alcançar os determinados objetivos. Nem todas as recomendações expostas pelos autores dos artigos possuem requisitos, dessa maneira, alguns estão classificados como "não informado".

Tabela 14 - matriz de síntese de conteúdo relacionado a infraestrutura.

INFRAESTRUTURA			
ID	Autores	Recomendação	Requisitos
01	Nega, W.; <i>et al.</i>	A acessibilidade na entrada dos banheiros públicos e fornecimento de infraestrutura sanitária adequada para todas as pessoas.	Rampas e degraus suaves com corrimãos.
02	Wilkinson, H.; Mathews, G.;	Maior espaço para PcDs conseguirem se movimentar confortavelmente.	Não informado
03	Wilkinson, H.; Mathews, G.;	Pias maiores para evitar o respingo da água nos usuários.	Não informado
04	Wilkinson, H.; Mathews, G.;	Usabilidade nos equipamentos comuns voltados a pessoas com demência.	<ul style="list-style-type: none"> • Evitar que equipamentos como secadores de mãos, purificadores de ar e aquecedores sejam semelhantes, porque torna difícil descobrir qual é qual. • Evitar botões confusos que podem dificultar saber se uma porta está trancada ou destrancada. Evitar diferentes designs de torneiras que podem dificultar a tarefa de abrir e fechar a torneira.

05	Wilkinson, H.; Mathews, G.;	Obter cores e contrastes de cores corretos e uso cuidadoso de superfícies reflexivas e espelhos.	Não informado
06	Wilkinson, H.; Mathews, G.;	Possibilitar a escolha da direção que deseja usar o vaso sanitário (direita ou esquerda).	Centralizar o vaso sanitário no banheiro acessível, uma vez que o deficiente físico pode possuir mais habilidade de um lado do que do outro.
07	Martosenjoyo, T.; et al.	Utilizar superfícies antimicrobianas ativas em banheiros públicos.	Não informado
08	Genet, B.; et al.	Energia alternativa	Painéis solares
09	Reddy, Y.; et al.	Aumentar o número e espaço dos banheiros femininos	Duplicar ou triplicar a quantidade de cabine sanitárias femininas em comparação as masculinas, uma vez que mulheres demoram 3 vezes mais no banheiro do que os homens.
10	Reddy, Y.; et al.	Proporcionar decoração e cores atraentes nas paredes, proporcionando uma sensação de espaço e mostrando que os banheiros são cuidados.	Não informado
11	Jaglarz, A.	Promover o equilíbrio certo entre instalações para homens e mulheres (acesso equitativo).	Duplicar ou triplicar a quantidade de cabine sanitárias femininas em comparação as masculinas, uma vez que mulheres demoram 3 vezes mais no banheiro do que os homens.
12	Jaglarz, A.	Deixar o ambiente construído do banheiro público em evidencia dentro do espaço urbano e torna-lo atrativo a população.	Seleção criteriosa do revestimento dos edifícios, atendendo à sua integração com a paisagem circundante e, ao mesmo tempo, resistência ao grafite.
13	Jaglarz, A.	Adaptar as instalações às necessidades das pessoas com deficiência. Pessoas com filhos pequenos e, até mesmo, a possibilidade de usar o banheiro por grupos maiores de turismo e grupos escolares infantis (que precisam estar sempre reunido sob supervisão).	Não informado
14	Jaglarz, A.	Construção de banheiro neutro, uma vez que a PcD poder estar acompanhada por uma pessoa do gênero oposto.	Não informado
15	Jaglarz, A.	Uso de princípios de design e o uso de luz com eficiência energética.	Energia gerada no local, como painéis solares.
16	Tales, A.; et al.	Usabilidade nos equipamentos comuns voltados a pessoas com demência.	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir o uso de sistemas de descarga familiares ou automáticos; • Evitar superfícies não refletivas; • Boa iluminação; • Contraste entre portas e arredores - entre o vaso sanitário e o assento do vaso sanitário
17	Greed, C.	Construção de banheiro neutro, uma vez que a PcD poder estar acompanhada por uma pessoa do sexo oposto.	Não informado.

18	Greed, C.	Promover o equilíbrio certo entre instalações para homens e mulheres (acesso equitativo).	Duplicar a quantidade de cabine sanitárias femininas em comparação as masculinas, uma vez que mulheres demoram 3 vezes mais no banheiro do que os homens.
19	Greed, C.	Deixar o ambiente construído do banheiro público em evidencia dentro do espaço urbano.	<ul style="list-style-type: none"> • Sinalização • Iluminação adequada
20	Greed, C. ²	Os banheiros públicos também devem oferecer fraldários.	Adequadas instalações de lavagem e lixeiras para garantir que os usuários não sejam confrontados com condições insalubres.
21	Afacan, Y.; Gurel, M.	Banheiro acessível para pessoa com deficiência, pais com filhos pequenos e pais com carrinhos de bebê.	Não informado.
22	Xu, L.; Cao, C.	Construir banheiros personalizados ao ambiente que ele ficará situado.	Abandonar o antiquado e trazer à tona o novo. Aumentar a atração do ambiente para evitar fadiga estética e apresentar banheiros públicos não apenas como lugares de uso emergencial, mas que possuem uma própria cultura.
23	Xu, L.; Cao, C.	Os banheiros públicos também devem oferecer fraldários.	Construir banheiros independentes para bebês e pais. Construção de mictórios para crianças (a distância do fundo do mictório ao chão não deve ultrapassar 30 cm).
24	Bichard, J.; Knight, G.	Banheiro acessível para pessoa com deficiência.	Não informado.
25	Dietz, L.; <i>et al.</i>	Distanciamento social.	A compreensão dos conceitos espaciais deve ser parte do processo de tomada de decisão para implementar as medidas de distanciamento social, em que a medida limitar do espaço e a densidade de usuário devem ser equilibradas.
26	Pinheiro, M.; <i>et al.</i>	Levar em consideração os condicionantes ambientais relacionadas a Covid-19, a fim de diminuir a propagação do vírus e também de germes e bactérias.	<ul style="list-style-type: none"> • Diferenciação entre portas de entrada e saída. • Portas automáticas. • Recipientes de desinfetante público. • Sistema de desinfecção do corrimão do rolo. • Caminhos unidirecionais. • Seleção de materiais que reduzem o tempo de resistência do vírus (por exemplo, cobre e outros). • Superfície fáceis de limpar (sem poros). • Renovação de ar constante (ventilação natural). • Evitar usar carpetes e tapetes. • Nos sistemas de informação, o uso de tecnologias touch-free (baseadas em sensores, entre outros recursos) ou de controle digital, substituindo superfícies de contato comuns específicas como interruptores e outros tipos de interfaces. Entradas e saídas espaçosas e flexíveis.

27	Wang, J.	Otimizar os sistemas de ventilação para melhorar a qualidade do ar	Vedação adequada dos dutos para exaustores de banheiro, seleção de válvulas de retenção de alta qualidade, limpeza regular ou substituição de equipamento de ar condicionado.
28	Wang, Z.	Utilização de ventilação natural para reduzir a concentração de vírus no ar.	Configurar tetos relativamente altos e definir a ventilação de retorno perto dos tetos e o mais longe possível da ventilação de abastecimento.

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa.

A tabela correspondente a estrutura física trata a respeito dos fatores relacionados ao ambiente construído (largura, altura, dimensionamento, etc.) e de conforto ambiental (iluminação, ventilação, ruído e temperatura). Ao total foram evidenciadas 28 recomendações.

Os autores que mais apresentaram recomendações a infraestrutura foi Wilkinson e Mathews (2020) e Jaglarz (2018) com 05 recomendações cada. Seguido da autora Greed (2019) e Greed (2016) que no total apresentou 04 recomendações.

Foram sugeridas diversas orientações de diferentes aspectos que se repetiram algumas vezes entre os autores. Greed (2016) e Xu e Cao (2014) apontaram a necessidade da construção de fraldários. Reddy, Y. et al. (2019), Jaglarz (2018) e Greed (2019) argumentaram sobre a urgência de promover o equilíbrio adequado entre instalações para homens e mulheres (acesso equitativo). Martosenjoyo et al. (2020) e Pinheiro et al. (2020) apontaram a importância da seleção de materiais em banheiros que podem reduzir o tempo de resistência do vírus.

Tabela 15 - matriz de síntese de conteúdo relacionado a localização e sinalização.

LOCALIZAÇÃO/ SINALIZAÇÃO			
ID	Autores	Indicação	Requisitos
01	Nega, W.; et al.	Os banheiros públicos devem estar localizados a uma distância razoável a pé das áreas de geração de atividades, como áreas comerciais, centros de transporte, playgrounds, espaços comerciais e locais para piquenique.	<ul style="list-style-type: none"> • Recomendam até 500 metros como uma distância padrão em áreas de alta atividade de pedestres ou dentro de áreas de assentamento, habitação e trabalho. • Uma distância máxima entre 300 metros e 1000 metros também é proposta em ambientes urbanos. • Banheiros públicos devem ser fornecidos ao longo das estradas principais, mas não devem ser localizados em encostas íngremes, áreas inacessíveis e ilhas de tráfego perigosas. • Eles devem estar localizados em locais altamente visíveis.

02	Nega, W.; <i>et al.</i>	Os banheiros devem estar sinalizados.	<ul style="list-style-type: none"> • Estar localizados próximos a calçadas, caminhos para pedestres, estacionamentos de veículos, estradas e ruas movimentadas. <p>Deve haver sinalização nas principais vias que possa informar os usuários sobre a localização exata do banheiro público.</p>
03	Wilkinson, H.; Mathews, G.;	Levar em consideração os fatores de localização e sinalização.	<ul style="list-style-type: none"> • Além de seguir os regulamentos e orientações, os formuladores de políticas precisam garantir que os banheiros públicos estejam localizados em áreas acessíveis. • Os fornecedores devem certificar-se de que os banheiros são realmente visíveis e de fácil acesso. • Sinais claros e instruções que levam você direto ao banheiro.
04	Bliss, D.; Park, Y	Levar em consideração os fatores de localização é uma importante estratégia de autocuidado para indivíduos com incontinência.	Fornecer banheiros públicos em parques públicos, áreas de recreação, espaços abertos ou nas rotas para esses destinos.
05	Jaglarz, A.	Levar em consideração os fatores de localização.	Fornecer banheiros públicos nas rotas turísticas, vias principais, vias arteriais ou mesmo em áreas mais afastadas, desde que haja letreiros e iluminação nesses locais.
06	Tales, A.; <i>et al.</i>	Fazer uma intervenção eficaz na sinalização dos banheiros a fim de promover melhor qualidade de vida das pessoas com demência.	Colocar sinais claros de entrada e saída no ambiente e suas tecnologias.
07	Greed, C. ²	Levar em consideração os fatores de localização e sinalização.	<ul style="list-style-type: none"> • Os banheiros devem ser bem sinalizados, devidamente iluminados e ligados aos principais percursos pedestres. • Baseando-se nos princípios do design urbano inclusivo e criação de lugares, legibilidade (facilidade de encontrar banheiros) e acessibilidade são particularmente importantes para usuários idosos.
08	Afacan, Y.; Gurel, M.	Levar em consideração os fatores de localização e visibilidade.	Não informado
09	Afacan, Y.; Gurel, M.	Um banheiro acessível não é suficiente, as condições de caminhos e estradas também devem ser acessíveis e melhoradas por meio de estética. Melhorias também pode ser feita por meio de cores, materiais de construção adequados.	Não informado
10	Xu, L.; Cao, C.	Levar em consideração os fatores sinalização.	Usar mais de um idioma nas placas de sinalização (usar a placa pública uniforme 'Toilet' em inglês para proporcionar comodidade aos turistas estrangeiros).
11	Siu, K.; Wong, M.	Melhora a sinalização para deficientes visuais.	Mapa táteis, layouts de sanitários padronizados e design detalhado.

12	Siu, K.; Wong, M.	Fornecer fontes de informação a respeito da localização e outros detalhes dos banheiros.	Um sistema de fornecimento de informações (táteis e de áudio) pelo qual PcDs podem identificar, pesquisar e localizar banheiros públicos em diferentes níveis, como cidade e local específico.
13	Siu, K.; Wong, M.	Levar em consideração os fatores sinalização para deficientes visuais.	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento de pavimentação tátil para deficientes visuais se aproximarem de banheiros públicos. • Fornecimento de informações táteis e/ ou de áudio para distinguir entre banheiros masculinos e femininos.
14	Siu, K.; Wong, M.	Minimizar o contato com as instalações externas e internas (informações apenas em braile) dos banheiros públicos, a fim de reduzir o contato com a sujeira e o risco de infecção por doenças e germes.	Fornecimento de informações por meio de áudio.
15	Bichard, J.; Knight, G.	Projetar banheiros que atendam às suas circunstâncias particulares e preferências pessoais.	Não informado
16	Dietz, L.; <i>et al.</i>	Sinalização sobre higiene	Os administradores e operadores do prédio devem colocar sinalização sobre a eficácia da lavagem das mãos por pelo menos 20s com sabão e água.
17	Reddy, Y.; <i>et al.</i>	Levar em consideração os fatores sinalização.	Sinalizar o acesso a partir das estradas principais.

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa.

A tabela correspondente a localização e sinalização trata a respeito dos fatores relacionados a disposição do ambiente no espaço urbano e como deveria funcionar a sinalização no entorno dos banheiros e dentro dos banheiros. Ao total foram evidenciadas 17 recomendações.

Os autores que mais apresentaram recomendações a respeito da localização ou sinalização foi Siu e Wong (2013) com 04 recomendações ligadas, principalmente, a deficientes visuais. Seguido da autora Afacan e Gurel (2015) e Nega et al. (2021) com 02 recomendações cada.

Nessa matriz de conteúdo também foram sugeridas diversas orientações de diferentes aspectos que se repetiram algumas vezes entre os autores. Afacan e Gurel (2015), Nega et al. (2021), Greed (2016), Wilkinson e Mathews (2020) e Bliss e Park (2019) concordam que a localização dos banheiros é de suma importância para promover a acessibilidade no ambiente construído, dessa maneira, os banheiros públicos devem estar localizados a uma distância razoável a pé das áreas de geração de atividades e as ruas de acesso aos banheiros devem ser tão acessíveis quanto o próprio banheiro.

Tabela 16 - matriz de síntese de conteúdo relacionado a gestão, manutenção e limpeza.

GESTÃO/ MANUTENÇÃO/ LIMPEZA			
ID	Autores	Indicação	Requisitos
01	Nega, W.; <i>et al.</i>	Banheiros públicos limpos.	Os recipientes para reciclagem não devem ser colocados ao lado de banheiros, aumentando a imagem insalubre e anti-higiênica do banheiro público.
02	Wilkinson, H.; Mathews, G.;	A manutenção regular do equipamento é essencial.	Não informado
03	Martosenjoyo, T.; <i>et al.</i>	Banheiros públicos higienizados regularmente.	O requisito básico é realizar limpeza periódica programada de banheiros públicos. Cada unidade pode fazer políticas de gerenciamento sem a necessidade de ser igual as outras.
04	Genet, B.; <i>et al.</i>	Desenvolvimento do modelo de gestão de banheiros públicos com abordagem de negócios.	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar oportunidades de negócios adicionais, como cafés, pagar pelo uso do chuveiro, venda de água, a fim de gerar renda para os membros que gerenciam as instalações. • Criação de oportunidades financeiras de crédito para apoiar as oportunidades de negócios integrados. • Treinar e capacitar os trabalhadores dos banheiros públicos em sistemas de gestão financeira para supervisionar a receita, despesas e ativos, com o objetivo de maximizar lucros e garantindo a sustentabilidade.
05	Ssekamatte, T.; <i>et al.</i>	Operação e manutenção adequado de banheiros públicos.	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento de EPI como luvas, galocha, máscaras, macacões e outros. • O EPI deve ser colocado adequadamente e os trabalhadores devem ser sensibilizados sobre questões de necessidade e uso.
06	Reddy, Y.; <i>et al.</i>	Operação, manutenção e higiene adequados para banheiros públicos.	<ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento de água corrente e instalações para lavagem das mãos, incluindo sabonete. • Os banheiros devem ser mantidos adequadamente com disposição para o descarte higiênico de absorventes higiênicos.
07	Jaglarz, A.	Garantir uma fácil manipulação ao banheiro e seus artefatos.	Não informado
08	Jaglarz, A.	O operação, manutenção e higiene adequados para banheiros públicos.	Fornecimento de amenidades básicas e de banho, incluindo sabonete, papel higiênico, secadores mãos ou papel toalha, para promover a higiene e a saúde pública.

09	Greed, C. ²	É vital adotar uma abordagem de política espacial estratégica de alto nível para o fornecimento de banheiros.	<ul style="list-style-type: none"> • O planejador de banheiro precisa 'pesquisar' a situação existente da área, identificar problemas, observar a falta ou não de instalações e estimar as tendências de demanda futura. Tanto espacial (localização geográfica) quanto temporal (padrões e picos de uso) devem ser levados em consideração no desenvolvimento de uma hierarquia de fornecimento de banheiros. • Sanitários devem ser fornecidos em todos os centros das cidades e terminais de transporte, incluindo pelo menos uma instalação de vinte e quatro horas.
10	Greed, C. ²	Condições absolutas de higiene, a fim de prover melhor qualidade de uso a pessoas como colostomia.	Limpeza periódica e completa, junto com boa iluminação, prateleiras para colocar o equipamento e água quente abastecimento.
11	Xu, L.; Cao, C.	Melhorar o sistema de gestão	É essencial prestar atenção ao cultivo da consciência dos limpadores de saneamento e higiene e incentivá-los a propor opiniões preciosas sobre a construção de banheiros, uma vez que aprendem mais sobre as situações de banheiros públicos.
12	Xu, L.; Cao, C.	Aumentar o financiamento e tentar realizar as funções ambientais o mais rápido possível.	Não informado.
13	Xu, L.; Cao, C.	Fornecer um serviço mais atencioso.	Utilização de gancho/suporte para banheiros e colocá-los no meio da porta que está na frente do usuário.
14	Xu, L.; Cao, C.	É essencial prestar atenção à manutenção das fechaduras das portas em banheiros.	Não informado.
15	Siu, K.; Wong, M.	Os governos precisam investir recursos na melhora dos banheiros.	Investir na política, implementação e gestão a fim de aumentar o acesso de todas as pessoas com deficiência nos banheiros públicos.
16	Bichard, J.; Knight, G.	As instalações sanitárias têm de estar limpas.	Não informado.
17	Dietz, L.; <i>et al.</i>	Gestão de higiene	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que os dispensadores de sabão estejam cheios. • Fornecer acesso a desinfetante para as mãos à base de álcool. Implementar protocolos de limpeza para superfícies de alto contato onde os riscos de contaminação são grandes, como nas de pias e vasos.
18	Greed, C. ²	A política de fornecimento de banheiros deve ser um componente integral do desenvolvimento plano, vinculado a outras políticas de alto nível e objetivos gerais de governança urbana.	Não informado.

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa.

A tabela correspondente a gestão, manutenção e limpeza trata a respeito dos fatores relacionados ao modelo de gerenciamento adotado pelos órgãos responsáveis pelo ambiente, assim como a manutenção, limpeza periódica e higiene do espaço. Ao total foram evidenciadas 18 recomendações.

Os autores que mais apresentaram recomendações a respeito da gestão, manutenção e limpeza foi Xu e Cao (2014) com 04 recomendações ligadas, principalmente, a política de gerenciamento e gestão. Seguido da autora Greed (2019) e Greed (2016) com 03 recomendações ao total e Jaglarz (2018) com 02 recomendações.

Assim como nas matrizes anteriormente citadas, nessa também foram sugeridas diversas orientações de diferentes aspectos que se repetiram algumas vezes entre os autores. Nega et al. (2021), Martosenjoyo et al. (2020), Greed (2016), Dietz et al. (2020) e Bichard e Knight (2012) argumentaram sobre a indispensabilidade dos banheiros serem higienizados, nesse sentido, o requisito básico seria o de realizar limpeza periódica programada de banheiros públicos. Cada unidade podendo fazer políticas de gerenciamento sem a necessidade de ser igual as outras, assim, cada programação de limpeza pode se adequar ao entorno e quantidade de utilizações.

Greed (2016), Xu e Cao (2014), Siu e Wong (2013) e Genet et al. (2020) concordam que é vital adotar uma abordagem de política espacial estratégica de alto nível para o fornecimento de banheiros. Dessa maneira, o responsável pelo projeto do banheiro precisa ter noção da situação existente da área, identificar problemas, observar a falta ou não de instalações e estimar as tendências de demanda futura. Além de prestar atenção ao cultivo consciência dos usuários indiretos (pessoas que trabalham na manutenção e limpeza do local) e usuários diretos (pessoas com e sem deficiência que utilizam o banheiro), a fim de incentivá-los a propor opiniões sobre a construção de banheiros através da própria percepção.

Tabela 17 - matriz de síntese de conteúdo relacionado a questões socioculturais.

QUESTÕES SOCIOCULTURAIS			
ID	Autores	Indicação	Requisitos
01	Nega, W.; et al.	O projeto geral dos banheiros públicos deve ser conveniente e atender às normas e hábitos culturais da população-alvo.	Adotar tecnologias simples e acessíveis que possam ser replicadas em nível de comunidade.

02	Wilkinson, H.; Mathews, G.;	Evitar colocar banheiros acessíveis apenas dentro de um banheiro masculino ou feminino, uma vez que esse formato não considera o gênero da pessoa que pode estar acompanhando e apoiando o PcD.	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas com deficiência precisam estar envolvidas no projeto de banheiros (redação e verificação de padrões, diretrizes, cursos de treinamento, etc). • Os formuladores de políticas devem garantir uma maior conscientização pública sobre o sofrimento causado por projetos e equipamentos inadequados.
03	Bliss, D.; Park, Y	Permitir a utilização dos banheiros públicos por toda e qualquer pessoa.	Não informado.
04	Jaglarz, A.	Garantir que o edifício corresponda à história particular do lugar, cultura, paisagem e comunidade local.	Não informado.
05	Greed, C. ²	Garantir que o edifício corresponda as questões sociocultural do local ao redor.	Identificar a natureza da área local e os diferentes tipos de possíveis usuários de banheiro, o que pode incluir: compradores locais, usuários de transporte, crianças em idade escolar, pessoas que visitam bares, clubes e instalações esportivas locais. Cada um desses grupos de usuários terá características diferentes em termos de idade, sexo e requisitos.
06	Afacan, Y.; Gurel, M.	O projeto geral dos banheiros públicos deve ser conveniente e atender às normas e hábitos culturais da população-alvo.	O projeto arquitetônico e urbano de banheiros públicos deve ser feito por meio de discussões interdisciplinares sobre observações de gênero, idade e habilidade. Formas tradicionais de pesquisa não são suficientes e explorações sobre este assunto também devem incluir um contexto da sociocultural perspectiva.
07	Afacan, Y.; Gurel, M.	O projeto geral dos banheiros públicos deve ser conveniente e atender às normas e hábitos culturais da população-alvo.	<ul style="list-style-type: none"> • A estratégia tradicional de planejamento deve ser revisada e atualizada, os banheiros devem ser considerados parte integrante do planejamento da cidade. • Do ponto de vista do domínio sociocultural, o fornecimento e uso de banheiros podem estar ligados a práticas culturais no ambiente ao redor. Os governos devem buscar e aplicar a opinião do usuário e contratar profissionais com conhecimento sobre o design, uso e acesso de banheiros públicos, para garantir segurança, saúde e até experiências agradáveis no banheiro.

08 Pinheiro, M.; et al.	Os banheiros de uso coletivo devem oferecer suporte à comunidade em termos de maior resiliência e responsabilidade cultural.	<ul style="list-style-type: none"> • Os planejamentos urbanos podem atuar como centros contra transmissão de doenças, reduzindo o peso das infecções atuais e futuras, por meio da reorganização das atividades e do ambiente construído. • Ações estratégicas devem ser tomadas para proteger populações mais vulneráveis, a fim de conter os efeitos de qualquer pandemia. Algumas dessas ações envolvem a melhoria das condições de ambiente construídos urbanos.
-------------------------	--	--

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa.

A tabela correspondente a questões socioculturais trata a respeito dos elementos relacionados as condições impostas pelo entorno. Dessa maneira, entende-se que mesmo se tratando de um banheiro público o leiaute, dimensionamento e demais aspectos não devem ser, necessariamente, padronizados sem levar em consideração o espaço que está situado (feiras, parques, praças, etc.) e quem irá utiliza-lo (pessoas com deficiência, pessoas religiosas, pessoas acompanhadas, etc.). Ao total foram evidenciadas 08 recomendações.

Os autores que mais apresentaram recomendações a respeito das questões socioculturais foi Afacan e Gurel (2015). Seguido de Greed (2016), Nega et al. (2021), Jaglarz (2018), Wilkinson e Mathews (2020), Bliss e Park (2019) e Pinheiro et al. (2020) que apresentaram 01 recomendação cada.

Em resumo, todos os autores concordaram que o projeto geral dos banheiros públicos deve ser conveniente e atender às normas e hábitos culturais da população-alvo. Nesse sentido, identificar a natureza da área local e os diferentes tipos de possíveis usuários de banheiro, além de oferecer suporte à comunidade em termos de maior resiliência e responsabilidade cultural.

Os resultados dessa revisão sistemática da literatura demonstram a variedade de recomendações projetuais disponíveis para adequação dos banheiros públicos. Observa-se a tentativa de fornecer aos usuários os melhores aspectos do ambiente construído estudado, buscando transformar as percepções dos autores em dados mensuráveis. Com relação ao Design Universal voltado a banheiros, embora tenha sido o tema de busca nas bases de dados, os requisitos exatos para alcançar os objetivos das recomendações ergonômicas aparentam ainda serem escassas. Esta escassez é ainda mais evidenciada quando falamos do processo de desenvolvimento dos banheiros

públicos em mercados e feiras públicas, já que, as questões socioculturais do entorno precisam ser levadas em consideração. Todavia, foi possível observar que a maioria das recomendações tem aplicabilidade no projeto inicial ou redesign do ambiente, auxiliando na avaliação do local ou das tecnologias disponíveis no espaço. A combinação e reunião dessas recomendações também podem auxiliar no diagnóstico e no levantamento de dados sobre o ambiente e na usabilidade dos artefatos e sistemas que compõe o espaço e seu entorno.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

Como apresentado anteriormente, a corrente pesquisa se insere, principalmente, em três campos de estudo: 1- saúde pública, 2- aspectos urbanos e 3- ambiente construído. Nesse sentido, foi percebido que o enfoque da pesquisa envolve uma extensa lista de fatores determinantes e condicionantes, uma vez que abrange questões multidisciplinares na conformação dos resultados. No presente estudo, a definição dimensional dos banheiros públicos será feita apenas de forma assistemática, através do contexto estabelecido nas observações do local e na entrevista com os gestores urbanos. Para tal, foi feito um estudo de campo que questionou os gestores urbanos e os usuários diretos sobre diversos os assuntos, entre os principais: segurança, acessibilidade, atratividade, higiene e salubridade. É válido informar que o modelo metodológico utilizado nessa pesquisa foi baseado no formato de investigação apresentado por Costa Filho (2005). Os dados obtidos serão avaliados em relação às necessidades reais dos usuários e analisados sob a ótica de todos os assuntos que foram apresentados na fundamentação teórica, essencialmente, o Design Urbano. Nesta seção serão abordados e descritos os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvido deste trabalho.

6.1 A ELABORAÇÃO DAS ENTREVISTAS

A entrevista foi o instrumento escolhido para ser usado no processo de coleta de dados, seguindo um roteiro semiestruturado, com gestores urbanos dos banheiros localizados nos mercados públicos de Recife. Todavia, mesmo não sendo o foco principal da presente pesquisa, para melhor compreensão do assunto, se fez necessário a realização de entrevistas com usuários dos banheiros públicos. Isto, poderá facilitar ainda mais o entendimento da gestão urbana voltada aos banheiros.

Entende-se a entrevista como um método de coleta de dados que permite ao pesquisador um contato e relação direta com o grupo estudado. De acordo com Marconi e Lakatos (2004), na entrevista semiestruturada, o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. A característica principal da entrevista semiestruturada é que o entrevistador pode seguir um roteiro de perguntas previamente estabelecidas, porém, pode deixar a conversa fluir, sem precisar seguir um roteiro rigidamente. Isto é, a entrevista semiestruturada combina perguntas definidas com perguntas espontâneas, sendo um modelo de entrevista flexível.

Contudo, antes e depois da entrevista ser realizada, serão feitas observações assistemáticas nos locais escolhidos previamente, nesse sentido, nos banheiros públicos localizados no Mercado de São José, Mercado da Boa Vista, Mercado da Encruzilhada, Mercado da Madalena e o Mercado de Casa Amarela. Junto a isso, nessa etapa metodológica também serão realizadas as entrevistas com os usuários. É importante salientar que a observação em um estudo de caso consiste em anotações de eventos, atividades, diálogos e incidentes dentro de um determinado contexto (SIMONS, 2014) e permite que o pesquisador, na medida em que observa, possa compreender questões emergentes do campo e retirar questões que passam a ser irrelevantes para a etapa de entrevista (MINAYO, 2009).

De acordo com Moreira (2021, p. 30), "a observação nas imediações dos banheiros públicos poderia permitir a compreensão das diferentes reações das pessoas que interagem sem mesmo saber sobre a pesquisa". A autora ainda destaca que a utilização desse formato metodológico pode contribuir amplamente na elaboração do roteiro da entrevista, uma vez que poderia, através da observação assistemática do espaço, presenciar alguns indivíduos olhando o banheiro antes de ter a decisão de usar, reclamando sobre as condições do ambiente, pedindo para cuidar de algum pertence para usar o banheiro ou outros formatos de interação usuário-ambiente.

Não será limitado um período máximo por dia em que ocorrerá a observação. A média de tempo será estipulada de acordo com a saturação de informações obtidas e pelas próprias atividades do local. Será realizada as observações principalmente nos fins de semana. O horário noturno não foi contemplado já que a maioria dos mercados estão fechados nesse horário. As idas a campo serão realizadas exclusivamente pela pesquisadora.

As observações feitas irão influenciar o roteiro previamente estabelecido, antes que o mesmo seja aplicado aos entrevistados. Um dos propósitos iniciais na elaboração dos roteiros das entrevistas foi de organizar variáveis relevantes ao objetivo da pesquisa. Para facilitar o entendimento e posterior análise, os roteiros das entrevistas foram apresentados a partir de questões exploratórias relacionadas Cadeia Escalar, Segurança, Demandas Socioculturais, Distribuição e Manutenção dos Banheiros, Higiene, Acessibilidade e Questões Gerais. As perguntas que serviram para guiar a entrevista podem ser observadas no Apêndice A.

6.1.1 Entrevistas com os gestores urbanos

1. Cadeia escalar de gestão: tratou sobre as responsabilidades atribuídas - como funciona a cadeia de comando que trata especificamente dos banheiros.
2. Questões sobre segurança: abordou fatores correspondentes a segurança e sensação de segurança no local.
3. Questões sobre demandas socioculturais: identificar aspectos de integração social e cultural do usuário/ambiente e a constância do vandalismo e depredação do patrimônio público.
4. Questões sobre a distribuição e manutenção dos banheiros: serão feitas perguntas em relação ao formato estabelecido para provisão dos banheiros e a manutenção da infraestrutura desses espaços.
5. Questões sobre a administração de higiene: refere-se ao modelo criado para periodicidade da higiene nos banheiros e da distribuição de itens de higiene, como detergente, papel higiênico e toalhas de papel.
6. Questões sobre acessibilidade: irá examinar as questões que envolve a sinalização e se o local está adaptado a receber usuários com as mais diversas deficiências anteriormente citadas.
7. Questões gerais sobre os banheiros escolhidos: essa fase versará sobre demais questões que podem envolver um banheiro público, como os comerciantes do local, o contato com os usuários e outros aspectos de administração.

6.1.2 Entrevistas com os usuários diretos dos banheiros

1. Questões relacionadas a percepção ambiental: essa fase abordará questões sobre a consciência do ser humano em relação ao ambiente, nesse sentido, o que o usuário aprecia e o que despreza no banheiro público.
2. Questões sobre indicações melhorias gerais: refere-se aos componentes, elementos, revestimentos, higiene e infraestrutura que os usuários desejariam alterar ou melhorar no ambiente.

6.2 ALCANCE DE INFORMAÇÕES

6.2.1 Plano de amostragem

Já que se trata de uma pesquisa exploratória, inicialmente não foi estabelecido um número exato para a amostragem de usuários diretos do ambiente. Todavia, isso irá acontecer junto a observação assistemática dos banheiros, isto é, quando ocorrer o saturamento de informações obtidas de acordo com os banheiros de cada mercado selecionado, as entrevistas com os usuários e as observações assistemáticas irão ser finalizadas.

Em relação ao gerenciamento dos banheiros públicos, foi feita entrevistas com três gestores urbanos do Recife. Que compreendem o formato de administração e/ ou gerenciam as instalações sanitárias. Contudo, não será exposto o cargo ou qualquer tipo de identificação a respeito dos entrevistados. A partir disso, vale evidenciar que a Autarquia de Serviços Urbanos do Recife (Csurb), é a responsável pela administração direta dos banheiros, logo, os entrevistados fazem ou já fizeram parte do quadro de profissionais ativos da Csurb.

Contudo, por se tratar de uma amostra pequena e não estar sendo utilizadas técnicas estatísticas, deve-se notar que os resultados não podem ser generalizados. No entanto, as informações qualitativas que serão produzidas poderão indicar a situação problema/ambiente. Com efeito, podendo ajudar a gerar hipóteses que podem ser investigadas em pesquisas quantitativas mais amplas.

6.2.2 Processamento dos dados obtidos

As entrevistas com usuário apenas acarretaram anotações sobre o tema entrevistado, para que de forma geral, possa ser estipulado um médio consenso das informações obtidas. Já em relação as entrevistas com os gestores urbanos, pretende-se fazer uma gravação de áudio, para que facilite a disposição dos resultados posteriormente.

Todos os dados levantados serão processados em forma de análise qualitativa, após a transcrição das gravações, para facilitar na verificação das inter-relações entre os sujeitos investigados (COSTA FILHO, 2005). Em seguida, as respostas obtidas através dos gestores e usuários entrevistados serão analisadas e comparadas. Os resultados possibilitaram o melhor entendimento da gestão urbana voltada a banheiros públicos e, conseqüentemente, a proposição de melhorias em relação aos elementos principais da estratégia de Design Urbano para banheiros públicos da região.

6.3 ASPECTOS ÉTICOS

Para todos os entrevistados foi garantido o direito ao anonimato, sendo descrito apenas os fatos e preservada a identidade dos mesmos. Também foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que elucidava aos participantes o objetivo e método da pesquisa, a forma como as respostas obtidas seriam utilizadas, o título da Dissertação onde os dados seriam publicados, o nome da mestranda e da professora orientadora, o número e e-mail para contato, bem como a garantia de sigilo absoluto sobre sua identidade (Apêndice B). Assim como, se em algum momento os entrevistados se sentissem constrangidos com o tema abordado poderiam interromper a entrevista a qualquer momento. Vale salientar que o documento foi assinado por todos os entrevistados, ficando uma via assinada sob a responsabilidade dos mesmos e outra via assinada com a autora dessa pesquisa.

7 RESULTADOS ENCONTRADOS

A partir da aplicação da metodologia escolhida foi possível alcançar os objetivos propostos na presente pesquisa. Nesta seção, os resultados obtidos são apresentados na melhor ordem para o entendimento apropriado do formato de gestão. É importante salientar que as frases literais dos entrevistados se encontram em itálico, entre aspas e com espaçamento simples, já os trechos interrompidos foram sinalizados por reticências entre chaves. As frases que precisaram ser escritas para apresentar o contexto das respostas foram coladas entre chaves e sublinhadas. Os resultados se dividem em três partes: 1- cadeia escalar; 2- análise descritiva das entrevistas com os gestores urbanos; 3- análise descritiva das entrevistas com os usuários diretos. Essas análises serão importantes parâmetros que serviram como meios para guiar as discussões finais da pesquisa.

7.1 OBSERVAÇÃO ASSISTEMÁTICA DOS BANHEIROS PÚBLICOS

Seguindo a proposta de Moreira (2021), foram feitas observações nas imediações dos banheiros públicos, o que permitiu a compreensão das diferentes reações e relações usuário/ambiente. Os banheiros femininos e masculinos do Mercado de São José, Mercado de Casa Amarela, Mercado da Madalena, Mercado da Boa vista e o Mercado da Encruzilhada foram visitados e fotografados.

Como ferramenta visual de análise foi criado cinco mapas semânticos, um para cada banheiro estudado, agrupando as referências que serviram apenas como parâmetro para a compreensão do formato de gerenciamento aplicados aos banheiros (Figura 17, Figura 18, Figura 19, Figura 20, Figura 21).

Figura 17 - banheiros do mercado da Boa Vista.



Fonte: elaborada pela autora da pesquisa.

Os banheiros do mercado da Boa Vista, diferente dos demais banheiros estudados, possui aspectos estéticos que abrangem a cultura do estado. As portas das cabines sanitárias possuem imagens que retratam o frevo. O mercado da Boa Vista possui banheiro acessível, todavia, foi informado que o mesmo permanece fechado para impedir vandalismo ou depredação. Segundo a responsável pela limpeza do local, quando alguma pessoa com deficiência precisa fazer uso do banheiro, ela precisa solicitar a chave ao segurança do mercado, ou a auxiliar de limpeza, ou alguém que esteja responsável pelo local naquele momento.

O banheiro feminino possui 4 cabines sanitárias e um lavatório com duas pias. Já o banheiro masculino possui 2 cabines sanitárias, 4 mictórios e um lavatório com duas pias.

Apenas o banheiro feminino possui fraldário. Em nenhum dos banheiros existia assento sanitário nos vasos sanitários.

Figura 18 - banheiros do mercado de Casa Amarela.



Fonte: elaborada pela autora da pesquisa.

Durante o período da visita (14/06/2022 à 16/06/2022), o principal banheiro masculino do mercado de Casa Amarela estava fechado para reforma, enquanto o feminino já havia passado pela restauração. Todavia, ambos os banheiros possuíam portas degradadas, com pinturas sujas e partes lascadas da madeira. Nenhum dos banheiros possuía aspectos estéticos que abrangesse a cultura do local ou do estado. Não foi encontrado fraldário no espaço. O banheiro acessível, assim como no mercado da Boa Vista, permanece fechado. Sendo necessário pedir a algum responsável a chave para ter acesso.

O principal banheiro feminino possui 1 cabine sanitária, com uma pia. Entretanto, no segundo bloco do mercado de Casa Amarela há mais duas estruturas que são utilizadas

como banheiro masculino e feminino. O banheiro masculino do segundo bloco possui 2 mictórios, uma cabine sanitária e uma pia. O banheiro feminino do segundo bloco possui duas cabines sanitárias e 2 pias. Não há espelho em nenhum dos banheiros.

Figura 19 - banheiros do mercado da Encruzilhada.



Fonte: elaborada pela autora da pesquisa.

Os banheiros do mercado da Encruzilhada se diferem dos demais banheiros estudados, uma vez que recebeu apoio (doação de materiais) de iniciativa privada para reforma e revitalização. Dessa maneira, os revestimentos, vasos e pias possuem uma aparência moderna, porém manchas escuras e amareladas já se espalham por todo piso. Os banheiros acessíveis desse mercado também permanecem fechados, sendo só possível a utilização se a PcD for até alguma pessoa responsável e solicitar a chave. Entretanto, foi possível visualizar o estado do banheiro acessível, o mesmo segue funcionando como uma espécie de depósito. Com bolsas plásticas sobre a pia e vassouras, rodos, baldes e restos de cerâmica dispostos no espaço.

O banheiro feminino possui 4 cabines sanitárias, um fraldário e um lavatório com três pias. O banheiro masculino possui 7 mictórios, 5 cabines sanitárias, um fraldário e um lavatório com três pias. Também vale salientar que nenhum vaso possui assento sanitário.

Figura 20 - banheiros do mercado da Madalena.



Fonte: elaborada pela autora da pesquisa.

Nenhum dos banheiros do mercado da Madalena possuía aspectos estéticos que abrangesse a cultura do local ou do estado. Também não foi encontrado banheiro acessível ou fraldário, nem no banheiro masculino ou feminino. O mercado da Madalena possui um banheiro específico para uso dos comerciantes que trabalham no local, o mesmo fica fechado só sendo possível a sua utilização com chave. Vale salientar que durante a entrevista com os gestores urbanos foi informado que todo mercado possui banheiro separado para os permissionários. Porém, durante a visita nos outros mercados estudados esses banheiros específicos para os permissionários não estavam em evidência.

O banheiro feminino possui duas cabines sanitárias e um lavatório com duas pias. O banheiro masculino possui um mictório coletivo, três cabines sanitárias e um lavatório com duas pias. Também vale salientar que nenhum vaso possui assento sanitário.

Figura 21 - banheiros do mercado de São José.



Fonte: elaborada pela autora da pesquisa.

A estética do banheiro do mercado São José se encontra, visualmente, bastante degradada. Com revestimentos sujos, amarelados e com bastantes marcas de uso. Não foi encontrado banheiro acessível dentro ou aos arredores das infraestruturas dos banheiros femininos e masculinos. O banheiro, durante a visita, se apresentou mais abafado que os banheiros dos demais mercados estudados. Também não foi encontrado fraldários.

O banheiro feminino do mercado de São José possui cabines sanitárias e um lavatório com uma pia. O banheiro masculino possui cinco mictórios, três cabines sanitárias e um

lavatório com duas pias. Assim como nos outros banheiros estudados, nesse mercado, nenhum vaso possuía assento sanitário.

7.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Após o período das observações assistemáticas foi realizada a entrevista semiestruturada com gestores urbanos do Recife, a fim de compreender o formato de gerenciamento executado pelo governo municipal nos banheiros dos mercados públicos. Os subitens apresentados a seguir serviram para alcançar o objetivo geral e específico. Nesse sentido, os dados colaboraram para o entendimento do formato do plano e da cadeia escalar de gestão (favorecendo a discussão dos mesmos), dos aspectos determinantes para o gerenciamento dos banheiros, dos dados sobre a acessibilidade e atratividade, e das questões socioculturais e de saúde pública que podem interferir na utilização adequada dos banheiros públicos (este auxiliou na composição da lista de melhorias ao plano de gestão dos banheiros). Os resultados das entrevistas foram acrescidos de informações complementares advindas de recentes leis municipais e sites oficiais da Prefeitura do Recife, na intenção de apresentar os dados completos e oficiais dos assuntos tratados na entrevista. Também foram correlacionados alguns dados obtidos durante as observações assistemáticas, com a finalidade de adicionar contexto as perguntas realizadas.

7.2.1 Cadeia escalar de gestão dos banheiros públicos

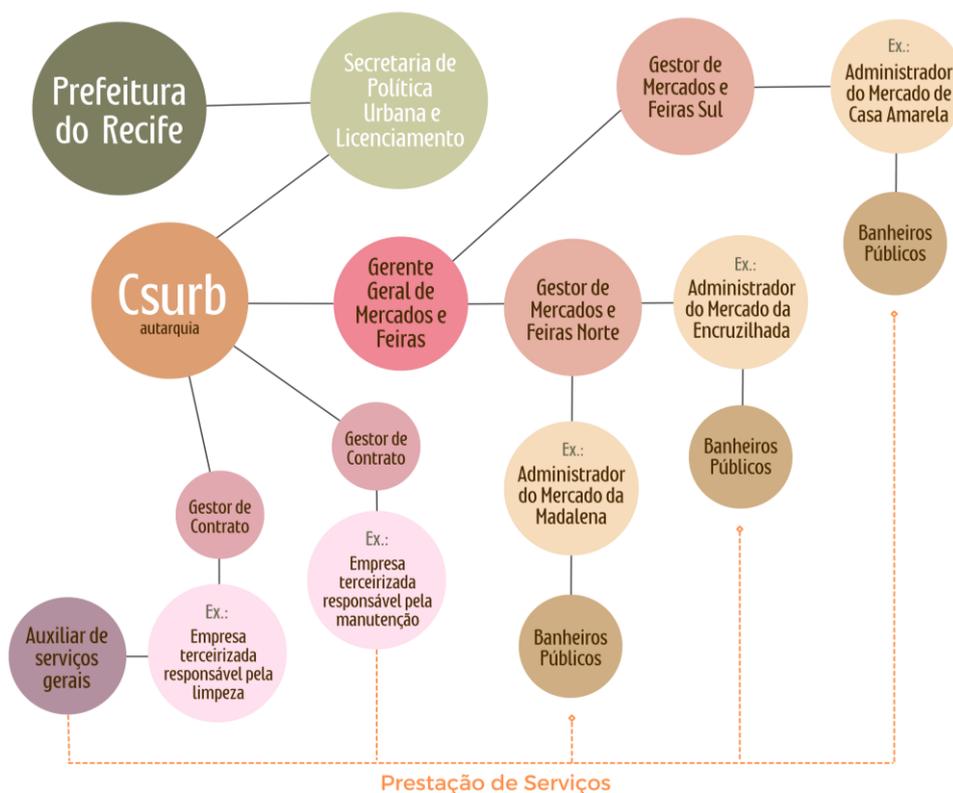
Foi sancionada em 29 de dezembro de 2020, a Lei Nº 18.773/2020, que promove a reestruturação da administração direta e indireta do município do Recife. Essa mesma lei também esclarece no Art. 2º, inciso IV, que a Autarquia de Serviços Urbanos do Recife (CSURB) é vinculada a Secretaria de Política Urbana e Licenciamento. A Csurb, por sua vez, é responsável, entre outras coisas, pelos mercados públicos. Executando a manutenção, revitalização e obras nesses espaços.

A Lei Nº 18.291/2016, esclarece no Art. 24, do inciso I ao V, o que compete à Autarquia de Serviços Urbanos do Recife. Dessa maneira, a Csurb fica incumbida de: I - promover e elaborar estudos e projetos de prestação de serviços públicos; II - executar a administração dos mercados públicos municipais e a organização, fiscalização e regulamentação das feiras livres da cidade; III - viabilizar as atividades ligadas à

produção, à comercialização e ao consumo de alimentos; IV - disciplinar e garantir a comercialização de alimentos na via urbana, bem como a qualidade e segurança dos serviços prestados; V - estimular as ações intersetoriais com vistas ao acesso universal à distribuição e ao consumo.

A partir das entrevistas com os gestores urbanos e com o acréscimo de informações do Diário Oficial do Recife (2021) foi possível compreender os principais setores responsáveis pela gestão dos banheiros públicos dos mercados de Recife. Para facilitar o entendimento foi elaborado um organograma da cadeia escalar (Figura 22).

Figura 22 - organograma da cadeia escalar de gestão dos banheiros públicos.



Fonte: elaborada pela autora da pesquisa.

Assim, é possível afirmar que a Csurb é a principal responsável pela gestão dos banheiros dos mercados de Recife. Entretanto, também compreende-se a complexidade no gerenciamento de um espaço público que abrange elementos sanitários, de infraestrutura, de manutenção recorrente e que possui especificidade de utilização para atender a todos os tipos de usuário. Dessa maneira, a corrente pesquisa está ciente das demais esferas que compõe a Csurb, como é o caso do diretor-presidente, assessores, chefes de divisão, assistentes, fiscais, supervisores, etc. Todavia, o presente estudo apenas

se deteve a indentificar a cadeia de comando que está diretamente ligada na tomada de decisão a respeito dos banheiros públicos.

Por conseguinte, verificou-se que o Gerente Geral de Mercados e Feiras é responsável pelas decisões gerais e situações que envolve os mercados públicos como um todo: estratégias, controle, contrato com empresas terceirizadas, etc. Os Gestores de Mercados e Feiras são subordinados ao Gerente Geral, porém, como ocorre uma delimitação e distribuição de mercados por áreas (Norte e Sul), os gestores conseguem fornecer uma maior atenção para os espaços.

Cada mercado público também possui um administrador específico, esse administrador responde diretamente aos Gestores de Mercados e Feiras. A partir da entrevista, foi entendido que os administradores resolvem questões centralizadas, que surgem diariamente e que precisam ser solucionadas com eficácia e eficiência para o funcionamento apropriado dos mercados. A seguir:

- “[...], sempre verificar a organização do mercado. [...], inclui também a limpeza, a localização das mesas e cadeiras. [...], no caso dos permissionários [...], que uns ou outros reclamam do espaço físico entre eles, têm que estar verificando o que está pegando [tomando espaço] do outro. Entre várias questões administrativas, de clientes, que lá é proibido colocar som no mercado [...]. Entre várias coisas. Finais de semana, existem muitos casos de pessoas que bebem além do limite e aprontam alguma coisa. [...], além do controle e manutenção, que tem que ter, com relação a água, [...], porque final de semana o mercado [da Boa Vista] é superlotado. Além disso tudo, tem a questão do público em geral. [...]”

Destaca-se o fato de que quando ocorre alguma situação que o administrador não consegue resolver, se encaminha o problema para o Gestor responsável por aquela área:

- “[...], tem uma série de coisas que eles [os permissionários] têm que seguir. Então o administrador orienta, mas se houver necessidade de uma advertência, de um convite a comparecer na CSURB, de alguma interdição de boxe, [...], o gestor precisará intervir. Basicamente é tentar coordenar os problemas que não podem ser resolvidos através de advertência verbal, que é dada pelo administrador. [...]”

A Csurb também é encarregada pelas empresas que prestam serviços nos mercados e feiras públicas do Recife. Até a data da entrevista (05/2022), foi informado que a Csurb possuía contrato com 24 empresas terceirizadas que atuam nas 42 feiras e mercados, quando necessário.

- “[...] a Csurb possui 24 contratos. [...]. Tem contrato para a portaria, contrato para a manutenção, [...], contrato de ar-condicionado, [...], tem contrato de carros, contrato de gasolina, para tudo no setor público tem contrato. [...]. Tem um contrato com uma empresa que faz manutenção da sede e dos mercados. Manutenção elétrica, pintura, alvenaria, construção, enfim. [...]”

Nesse sentido, as empresas terceirizadas ficam incumbidas por contratar os servidores que realizarão serviços nos mercados. Contratando auxiliares de serviços gerais, se tratando da empresa responsável pela limpeza. Ou contratando pintor, pedreiro, eletricista, etc, se tratando da empresa responsável pela manutenção. Entre a empresa terceirizada e a Csurb, existe o gestor de contrato que fica atribuído de:

- “[...] exerce a coordenação das atividades de administração com auxílio, se for o caso, da equipe de fiscais designados. Todo contrato ele tem um gestor e ele tem os fiscais. Fiscais estão lá na ponta, vendo diariamente o que acontece e transmite essas informações direto com a empresa [...]. O gestor ele é muito ligado a parte contratual, ele está ali para observar a vigência do contrato, o prazo que eles se encerra, se a empresa está cumprindo corretamente as cláusula, ali no tipo de referência no edital, bem como, responsabilizar-se pelos atos preparatórios a instrução do processo, encaminhamento de demandas a gerência jurídica, visando a formalização, dentre outros, dos procedimentos de provocação, alteração, reequilíbrio econômico, financeiro, reajuste, repactuação, pagamento, [...]”

A partir dessas constatações obtidas nas entrevistas e nas leis municipais foi elaborado o organograma da cadeia escalar da gestão dos banheiros públicos. Esclarecendo as principais funções que tem forte relevância na tomada de decisão.

7.2.2 Questões exploratórias sobre segurança

Durante o período de visitação foi observado que nenhum banheiro possuía câmeras, seguranças ou fiscais. Apenas em um banheiro público estudado que foi encontrada uma pessoa que se identificou como responsável por cuidar daquela área, a mesma permanecia entre as portas de entrada do banheiro feminino e do masculino. Todavia, também durante a visitação foi comum encontrar Auxiliares de Serviços Gerais (ASG) próximo ou dentro dos banheiros. Dos cinco mercados escolhidos para esse estudo, em três foi possível ver algum ASG trabalhando. Entretanto, nenhum ASG é responsável direto por manter a segurança dos banheiros públicos. Também foi identificado que a Csurb não trabalha diretamente com a questão de segurança:

- “[...] A Csurb não trabalha com a segurança, especificamente Segurança Pública. Existem parceiros em alguns mercados, que vão em dias específicos. A

competência principal da CSURB é o gerenciamento de mercados e feiras públicas no sentido administrativo. Em toda essa parte administrativa de cadastro, cobrança, permissão de uso, identificação de permissionários, a questão de limpeza e a questão de portarias também, mas os porteiros eles não são agentes de segurança pública. Quando Csurb tem essa necessidade [de agentes que garantam a segurança do espaço], a Csurb conta com parceiros, que é a Secretaria de Segurança Urbana. [...]"

De acordo com a Lei Nº 18.773/2020, que promove a reestruturação da administração direta e indireta do município do Recife, foi possível compreender a Secretaria de Segurança Urbana, passou a se chamar Secretaria de Segurança Cidadã. Segundo a Prefeitura do Recife (2021), "A Secretaria de Segurança Cidadã do Recife foi criada para estabelecer políticas integradas de combate à criminalidade através da prevenção".

7.2.3 Questões exploratórias sobre demandas socioculturais

Ao longo da entrevista foram abordadas questões socioculturais que abrange, não somente, os aspectos de integração social e cultural do usuário/ambiente, mas a constância do vandalismo e depredação do patrimônio público.

- *"[...] É porque tem outra questão, quando a gente fala de cultura, o mercado é público, mas os interesses são individuais. Se o público pensasse um pouco mais nas demandas públicas. [...]. É "o meu som", "eu quero entrar", é muito o "eu" presente. [...]"*
- *"[...] O que poderia melhorar em relação aos banheiros vem muito da questão cultural mesmo. Porque existe muito desgaste na manutenção relacionada a reposição de itens. Por exemplo, se você tem que trocar uma torneira toda semana, um exemplo, você poderia remeter essa verba para melhoria. Hoje, se trabalha muito com reposição do que já tem, então, eu acho que uma mudança cultural ela é importante. [...]"*
- *"[...] Às vezes você vai no prédio que é antigo, o banheiro antigo, mas ele está limpo, ele está arrumado e ele é mantido. Assim, eu parto da premissa que tudo pode melhorar. Um banheiro pode ser fechado, pode trocar-se pias, colocar um equipamento melhor, mas muitas vezes existe o problema de colocar o material melhor e ele ser levado. É muito complexo. [...]"*

Destaca-se, de acordo com a Lei Estadual de Nº 16.543, que determina a reparação dos danos causados ao patrimônio público do estado de Pernambuco, no Art. 1º e 2º, que quem causar danos ao patrimônio público estadual fica obrigado a repará-lo integralmente. Além da obrigação, o infrator será multado entre R\$ 1.000,00 e R\$ 15.000,00. Nessa lei, compreende-se "danos causados ao patrimônio público" como atos de pichação, depredação e destruição de imóveis, monumentos e equipamentos

públicos estaduais e de locais de uso público (PERNAMBUCO, 2019). A partir disso, percebe-se que existem leis que garantem a durabilidade ao patrimônio público e penalidade para quem tentar adulterá-lo ou arruína-lo.

Nesse contexto, os gestores urbanos entrevistados ainda contextualizaram sobre a diferença da depredação e do mau uso, e de que maneira isso é observado nos banheiros públicos dos mercados estudados.

- “[...]. Eu vou diferenciar um pouquinho depredação de mau uso. A gente tem muito caso de depredação na Encruzilhada, São José. [...]. No Boa Vista, a gente já tem mau uso, pelo fluxo muito grande de pessoas. As pessoas vão, as pessoas não dão a descarga, as pessoas abrem a torneira e não fecham. É muito complicado de ter sempre uma pessoa da limpeza olhando todos os privativos e observando. Eu não sei se você foi no mercado que levaram a tampa da privada. [...]. Eles levaram a tampa da caixa acoplada. [...]”
- “[...]. São questões que atrapalha o bom andamento dos banheiros. Se você observar de uma forma geral, não são instalações ruins, exceto São José que realmente precisa de uma reforma, mas não são instalações de todas ruins. [...]”

Em relação a possíveis fatores que poderiam diferenciar o uso pessoal de um banheiro do mercado público para um banheiro público situado em um shopping, os entrevistados responderam que:

- “[...]. Eu voto para cultura. [...]. Eu garanto que a mesma pessoa que vai no shopping, ela não faz no shopping o que ela faz no banheiro de um mercado público. [...]. Eu nunca vi no banheiro de shopping e nem um piso de shopping, [...], uma pessoa amassar o papel e jogar no chão, você vê isso em mercados. [...]. Eu não tenho uma pesquisa fundamentada pra fazer isso, mas você vê que as pessoas têm um preconceito sim com mercados, na questão de ‘vou cuidar’. Você pode ver que no mercado elas têm um comportamento diferente, elas têm um tom de voz diferente, ela tem uma chegada ao próximo diferente e eu creio que isso se reflita no banheiro também. [...]”
- “[...]. Eu tenho muito esse choque cultural. [...]. As feiras convencionais e as feiras orgânicas, você vê que as feiras orgânicas têm uma outra conformação, que vem de cultura. Eu acho que a cultura é a base de tudo. [...]. Mas não vai adiantar você pintar o mercado de ouro, se você não tiver uma mudança de cultura. [...]”
- “[...]. Eles [os usuários] não entendem o “público” como sendo de todos, eles entendem o “público” como não sendo de ninguém. Estou dizendo com isso que a prefeitura não pode melhorar? Pode e deve! Têm muitas coisas que podem melhorar, mas eu acho que se a gente não caminhar juntos com a cultura, não vai adiantar não. [...]”
- “[...]. Quando eu sou uma população que eu cuido, eu tenho mais propriedade em te cobrar. [...]”

7.2.4 Questões exploratórias sobre a manutenção e distribuição dos banheiros

No decorrer da entrevista foi questionado se havia alguma especificidade na administração dos banheiros dos mercados públicos em relação aos outros banheiros públicos situados na cidade do Recife. Essa especificidade ou diferença poderia estar na questão de limpeza, manutenção, contrato, prestações, de questões socioculturais, etc. Foi respondido que:

- “[...]. Há variações que vão depender do mercado, da estrutura do prédio em si. Vou te dar um exemplo, [...], São José é um mercado que tem tombamento federal, então você não pode fazer uma estruturação de banheiro como foi feito no mercado da Boa Vista que teve uma requalificação de banheiro recente. Porque tem que passar por o projeto aprovado pelo IPHAN [o mercado São José] e tem questões estruturais que não podem ser modificadas, então eu posso dizer que, além da necessidade, vai muito do que se pode fazer naquele prédio. [...]”

Dos cinco mercados estudados, apenas o mercado de São José é tombado como patrimônio histórico do Brasil. Contudo, vários mercados do Recife possuem décadas de construído, isso interfere em futuras reformas ou expansões.

- “[...]. Existem mercados que tem uma estrutura geral que já é, [...], mais antiga e uma falta de possibilidade de expansão. Como o Madalena, porque é um mercado pequeno, que é cercado por duas praças. Então é um mercado que não pode se expandir porque não tem espaço. O Boa Vista, teve uma estruturação importante que foi adequada ao espaço que se tinha para fazer a reforma, porque também é um equipamento voltado por construções. Assim não se pode aumentar mais a área do equipamento envolto por construções. [...] Então, cada mercado tem suas especificidades, que passa pela questão, não só do que se pode fazer em relação ao orçamento, mas estruturalmente, historicamente. [...]”

Dessa maneira, foi percebido que tanto a manutenção quanto a distribuição dos banheiros ficam condicionadas principalmente ao formato, idade e dimensionamento da estrutura e não as necessidades dos usuários.

Outro fator de importância em relação aos banheiros públicos é a restauração e substituição da infraestrutura (pintura, forro, piso, etc.) e dos equipamentos e acessórios internos (vaso sanitário, lavatórios, pias, chuveiros, dispensador de detergente, etc.). Por essa razão foi questionado como habitualmente é feita a manutenção desses ambientes, foi respondido que:

- “[...]. A Csurb tem um contrato de manutenção. [...]. Quando surgem demandas desse nível [pintura, reformas, problemas de infraestrutura], a Csurb acessa e ela [a empresa] vai lá e faz o tipo de serviço. [...]”
- “[...]. Essa necessidade [de manutenção] é um pouco frequente. Como são mercados de livre acesso, por serem públicos, [...], tem alguma dificuldade relacionada a própria conservação e manuseio da população. Então, essa manutenção, hoje, ela é feita mais vezes do que a Csurb gostaria, por cauda da depredação. [...]”

Em relação a reforma observada nos banheiros do Mercado da Encruzilhada, o qual obteve incentivo da Ferreira Costa (empresa privada), foram feitas indagações sobre esse formato de colaboração. Questionados se essas parcerias têm tendência de acontecer, foi respondido que:

- “[...]. Relacionado a banheiros, penso que só foi essa vez. Mas existem outros parceiros, por exemplo, no Boa Vista foi feita a troca de mobiliário do mercado todo. Você vê que tem um padrão da Coca-Cola. Foi uma parceria com as empresas da Coca-Cola, da sessão do mobiliário, para divulgação da marca. [...]. Penso eu, que tem acontecido dessa forma com a Ferreira Costa também, mas eu não sei te detalhar, porque eu não estava nesse mercado específico nesse período. [...]”

Se tratando de planos futuros para reformas e melhorias dos banheiros públicos dos mercados, os entrevistados responderam que é provável que ocorra no Mercado de São José, porém tudo vai depender das discussões que ocorrem dentro da comissão.

7.2.5 Questões exploratórias sobre a administração de higiene

Em relação aos profissionais de cuidam da limpeza e manutenção, foi esclarecido que são designadas 15 pessoas para o Mercado São José, 4 pessoas para o Mercado da Boa Vista, 4 pessoas para o Mercado de Casa Amarela, 5 pessoas para o Mercado da Madalena e 8 pessoas para o Mercado de Encruzilhada. Os quantitativos de pessoas vão de acordo com o tamanho dos mercados e o comércio predominante do local (artesanato, restaurantes, venda de frios, venda de animais, etc.).

Nesse sentido, vale salientar que durante a entrevista foi informado que a medição do mês de maio de 2022 da empresa terceirizada responsável pela limpeza foi R\$ 602.957,06. Ou seja, esse foi o valor gasto em relação aos produtos e serviços de mão de obra para limpeza dos mercados e feiras públicas do Recife. Todavia, mesmo sendo o total de 42 feiras e mercados nem todas precisam de pessoal de limpeza e manutenção, a seguir:

- “[...]. Existem alguns equipamentos que não possuem pessoal de limpeza e manutenção. Esse volume é ligado ao todo, mas tem alguns que, pelo porte, não tem necessidade. [...]”

Vale salientar que é de responsabilidade da empresa terceirizada fornecer as matérias para limpeza do banheiro e de uso pessoal como toalhas de papel, papel higiênico e detergente.

Em relação a higienização periódica foi comunicado que, geralmente, os ASG lavam todos os banheiros como primeira tarefa do expediente e ao longo do dia vão dando retoques de 10 em 10 minutos para manter limpo. Durante esse período também é feita a reposição de materiais de higiene pessoal. Os principais materiais usados para hiegiene do espaço são cloro, desinfetante e detergente. Ao final do dia de trabalho é feito uma limpeza geral para facilitar o trabalho do ASG que começará no dia seguinte.

Se tratando do período pandêmico, os banheiros permaneceram abertos, já que muitos comércios dos permissionários estavam trabalhando por delivery. Por causa da pandemia da Covid-19 também foi instaurado alguns protocolos de limpeza, como o incentivo de utilização de álcool em gel e sabonete líquido. Todavia, não houve necessidade de diminuir a quantidade de auxiliares de servidões gerais que trabalhavam nos mercados por, principalmente, duas razões:

- “[...]. Porque é um contrato fixo. [...]. E a dificuldade que você tinha relação à manutenção de banheiro, [...], porque é um fluxo de pessoas muito grande. O que eles não tinham de trabalho no banheiro, tinha de trabalho na higienização. [...]”

Após a reabertura dos comércios houveram algumas mudanças dentro dos mercados, os entrevistados disseram que:

- “[...]. No início dos protocolos, o que determinava era a quantidade de mesas permitidas com as pessoas sentadas. Não tinham uma quantidade por mercado afixada como é numa boate, por exemplo. Porque, precisaria de inspeção de bombeiro. [...]. Então, a vigilância sanitária via o distanciamento social por mesas, e você colocava as quatro cadeiras com tudo conforme determinação da Vigilância Sanitária. Mas não era uma coisa, assim, definida através de Corpo de Bombeiros, como é em equipamentos não públicos, como, boates, bares, essas coisas. [...]”

Também foi indagado durante a entrevista se existia algum contato com a população antes de ser tomadas decisões sobre os banheiros, principalmente se tratando de higienização, quantidades de cabines ou reformas, foi relatado o seguinte:

- “[...]. A Csurb tem rotinas pré-determinadas, mas em relação ao processo de limpeza e higienização é escutada as reclamações. Que vem tanto diretamente à administração, das pessoas que frequentam e as que recebem as questões enviadas pela ouvidoria da Prefeitura em alguns casos. [...]”
- “[...], é mais relacionada ao processo realmente de limpeza, não de obra. Eu não sei te dizer se dentro do projeto existe alguma parte de escuta à população. Até porque, trabalha-se com uma população que é muito diversa. Então, eu creio que eles sigam mais a questão de normas regulamentares em si, do que especificamente. Agora, muitas dessas reformas são feitas através de demanda da população, então a população diz que tem que haver uma melhoria de banheiros, isso é ouvido pela gestão e implementado. [...]”

No decorrer da entrevista também foram levantadas questões relacionadas aos Auxiliares de Serviços Gerais. Foi informado que é comum os usuários pedirem informações aos ASGs, principalmente sobre localização de ambientes dentro do mercado (banheiros, bares, boxes, lojas). A carga horária de trabalho dos ASGs são de 12h por 36h, ou seja, trabalham 12 horas e folgam nas 36 horas seguintes. Todos os ASGs são contratados por uma empresa terceirizada. Quando há algum problema os ASGs entram em contato direto com o administrador do mercado.

7.2.6 Questões exploratórias sobre acessibilidade

Durante a entrevista houve-se a necessidade do questionamento a partir da perspectiva da acessibilidade. Dessa maneira, foi perguntado se no momento da reforma ou requalificação dos banheiros é seguida alguma norma regulamentadora (NBR). Todavia, os gestores urbanos informaram que não possuíam certeza para dar esse tipo de resposta, mas que a Csurb tem uma equipe de engenharia que elaboram os projetos necessários. Junto a isso, houve um questionamento a respeito do fornecimento de banheiros acessíveis em cada mercado estudado.

- “[...]. Tem banheiro acessível em todos os mercados. O de São José fica um pouco afastado dos outros, por conta da questão de não poder modificar estruturalmente o mercado. O banheiro acessível [do mercado São José] fica do lado da administração, lá atrás. A Csurb não pode fazer uma estrutura de acessibilidade, uma rampa naqueles banheiros da frente, por conta do tombamento, mas existe estruturas de banheiro acessível nos mercados sim. [...]”

Em acréscimo, a Lei Nº 16.292/97 regulamentada pelo Decreto Nº 26688/2012, que regula as atividades de edificações e instalações no município do Recife, informa no Art. 4º que será assegurada à população níveis mínimos de habitabilidade e qualidade nas edificações e instalações na cidade do Recife, considerando os seguintes aspectos:

conforto térmico e acústico; segurança; durabilidade; acessibilidade, circulação e uso de pessoas idosas e pessoas portadoras de deficiência física.

A partir disso, percebe-se que a acessibilidade deveria ser um fator obrigatório para todas as edificações do município. Todavia, essa condição não pode ser completamente confirmada, uma vez que os banheiros acessíveis de todos os mercados estudados estavam trancados, sendo apenas possível a visualização de um deles. Valendo salientar que o único banheiro visto estava sendo usado como depósito de materiais e, como aspecto de acessibilidade, o vaso não possuía assento sanitário. Em relação a esse fechamento dos banheiros acessíveis, foi respondido que:

- “[...]. A Csurb fecha esse banheiro, justamente porque, o uso desses banheiros por pessoas não portadoras já chegou a interromper o uso de pessoas portadoras. Então, se deixa esse banheiro exclusivo para eles, claro que, se tiver uma idosa, uma grávida que precise de uma estrutura de barra, abre-se uma exceção. [...]”

Também foi questionado a quem pode solicitar a chave para utilizar os banheiros, foi esclarecido o seguinte:

- “[...]. O pessoal da limpeza e manutenção tem a chave. [...]. Sempre tem equipe de manutenção lá ou próximo [dos banheiros]. Por exemplo, o Boa Vista você vê que é um salão aberto, [...], as equipes sempre tão lá embaixo, quando você ver uma pessoa portadora, você já se aproxima. Na encruzilhada tem fixos [pessoal da limpeza e manutenção] e São José também. [...]”

Outra condição observada é que a maioria dos mercados não possuem piso tátil, placas informativas e sinalização. Nas visitas feitas aos cinco mercados foi necessário pedir informação durante todo o trajeto até chegar aos banheiros públicos. Isso foi compreendido como um fator desconfortável, já que em alguns mercados os banheiros ficavam distantes da entrada e em algumas ruas os boxes estavam fechados, não havendo permissionários ou clientes para ajudar a chegar aos banheiros. No decorrer das entrevistas foram feitas perguntas em relação a sinalização e foi o respondido que:

- “[...]. Tem mercados que tem sinalização, mas as pessoas não têm essa cultura de observar. [...]”

7.2.7 Questões exploratórias gerais sobre os banheiros escolhidos

Além do valor recebido diretamente do governo do município, a Csurb é responsável pelo o recebimento e gerenciamento do pagamento feito pelos permissionários. Os

comerciantes que possuem boxes dentro de mercados pagam uma taxa mensal pelo uso do espaço. Todavia, foi informado que essa taxa não cobre os gastos necessários para manter o mercado funcionando. Fatos que foram apresentados durante a entrevista:

- “[...]. [Os permissionários] Pagam uma taxa de, [...], R\$ 14,00 o metro quadrado, da taxa mais cara hoje. Então, se você fizer essa conta, e você observar os custos de limpeza, manutenção, portaria, é realmente uma taxa que não cobre desses custos. [...]”
- “[...]. [O valor de R\$ 14,00] Isso para o mercado mais caro, porque essa taxa varia, a Csurb tem três níveis de cobrança. [...]”

Em relação aos horários de funcionamento dos mercados informaram o seguinte:

- “[...]. A Csurb tem uma hora fixa de fechamento de mercado, mas existem as exceções, mediante a solicitação prévia. Então, você pode fazer um aniversário, uma festa, alguma coisa, mas autorizadas anteriormente. [...]. Alguns mercados possuem box externos, não é o caso do Boa Vista. Por exemplo, [...], o mercado da Encruzilhada fecha de segunda a sábado às 6h, só que alguns permissionários têm bares que solicitam evento, fica até às 8h. [...]. Passado o horário do pessoal de manutenção do mercado, eles [os permissionários] passam a se responsabilizar por essa manutenção. [...]”

Em acréscimo, também foi relatado que os banheiros públicos atuam em concordância com o horário fixo de cada mercado. Ou seja, a partir do momento que o mercado ou feira pública está apto a receber clientes, os banheiros devem estar em pleno funcionamento. Por essa razão que os auxiliares de serviços gerais chegam, normalmente, cerca de 20 minutos antes do horário de abertura dos mercados.

Em relação ao contato com o usuário através de placas informativas, foi relatado que recentemente se instituiu uma nova legislação para feiras e mercados públicos do Recife, a Lei Nº 18.890, que é responsável por regulamentar as atividades da Csurb.

- “[...]. Foi feito um trabalho de divulgação da nova legislação nos mercados, através de colocação de folders em locais acessíveis com QR code, para a pessoa poder acessar a legislação diretamente do celular. [...]. Um exemplo, no Boa Vista, tem um canal com o número de telefone e e-mail da Csurb. Porque se a pessoa quiser dar uma sugestão, fazer uma reclamação, ela tem um contato direto com a gestão e esse canal é pouquíssimo utilizado. [...]”

O folder informativo que esteve disponibilizado nos mercados públicos constando o QR Code, foi cedido para a presente pesquisa (Figura 22).

Figura 23 - folder informativo da lei nº 18.890.



Fonte: disponível nos mercados públicos da cidade do Recife.

Entretanto, a presente pesquisa analisou a Lei Nº 18.890 e a mesma trata, mais especificamente, de fatores relacionados aos permissionários e não aos usuários diretos dos banheiros estudados. Já que foi informado, durante a entrevista, que os mercados possuem banheiros próprios para os permissionários. Complementando, do Art. 8 até o Art. 42 (último artigo da lei), são abordados temas sobre permissões de uso, transferências, instalações, penalidades, obrigações, etc. Pouco se trata sobre o formato de gestão que deve ser aplicado pela Csurb. Dessa maneira, compreende-se que, em partes, essa lei é de maior interesse dos permissionários e da Csurb do que dos usuários e clientes dos mercados.

A partir do relato dos entrevistados, também foi pedido a imagem que constava o canal para contato com a Csurb, presente no Mercado da Boa Vista. Foi solicitado que essa imagem (folder, panfleto ou placa informativa), fosse enviado para autora do corrente estudo. Todavia, até o momento final dessa pesquisa não foi recebido o retorno da solicitação. Contudo, o site oficial da Prefeitura do Recife (2022), exhibe uma reportagem sob o título “CSURB realiza fixação de cartazes da Ouvidoria nos mercados públicos do

Recife". Essa matéria relata que houve uma ação visando disseminar os canais de comunicação da Ouvidoria Geral do Município do Recife (Figura 24).

Figura 24 - placa informativa da ouvidoria geral do município.



Fonte: Prefeitura do Recife.

Na reportagem não havia menção ao local que foi realizada essa ação. Mas como a Csurb é responsável pelas feiras e mercados públicos do Recife, é possível que essa ação tenha acontecido em um deles. Vale salientar que na placa informativa, presente da reportagem, não há contato de número ou e-mails da Csurb, mas sim da própria ouvidoria do município. No site oficial da prefeitura não foi encontrada matérias que retratassem mais ações da Csurb em relação ao contato direto com os frequentadores dos mercados públicos.

Ainda sobre o contato com o usuário, os entrevistados afirmaram que:

- “[...]. A Csurb recebe muito feedback verbal, [...], através do administrador do mercado. [...]”

Foi explicado que isso acontece com mais frequência pois é comum o administrador do mercado estar presente no espaço. Principalmente em dias ou horários de mais movimento. Através dos questionamentos feitos durante a entrevista também foi relatado

que o administrador não permanece no ambiente utilizando algum tipo de fardamento que sinalize a sua atividade profissional, mas faz uso de um crachá. Apenas quem o identifica como administrador é que pode dar um *feedback* verbal. Também foi informado que os administradores recebem mais retorno dos permissionários do que dos clientes. Em acréscimo, o entrevistado esclareceu que:

- “[...]. É recebido elogios sim, graças a Deus, mas a maioria é reclamação de permissionários e clientes. [...]”
- “[...]. Com os permissionários, é questão de espaço entre eles. [...]. Por que lá no mercado da Boa Vista existem os boxes que são de bares e, também, existem os que são de frutas e verduras, vendas. [...]. E aí, quando chega no sábado, que abre todos, e dá muito movimento, existe aquela briga de espaço. É preciso ir lá, conversar com os dois, ver o espaço de cada um, tentar amenizar a situação e sempre é assim. [...]”

7.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM USUÁRIOS DIRETOS DOS BANHEIROS

Assim como aconteceu no trabalho recorrente, as pessoas se sentiram intimidadas à fornecerem entrevistas em relação aos banheiros públicos. Por isso a quantidade de entrevistados é relativamente baixa. Nesse contexto, por se tratar de um ambiente de uso pessoal, a entrevista focou apenas em critérios amplos do espaço, ou seja, percepções ambientais gerais e indicações de melhorias.

Os usuários foram abordados a alguns metros à frente da porta dos banheiros. Não houve distinção de gênero quanto a abordagem dos usuários. No momento da entrevista não foram vistos usuários PcD. As entrevistas aconteceram no horário de alto movimento no Mercado da Madalena e no Mercado da Boa vista. No Mercado da Encruzilhada, as entrevistas aconteceram no horário de médio movimento. Já no Mercado de São José e no Mercado de Casa Amarela, as entrevistas aconteceram no horário de baixo movimento.

Para facilitar a análise dos dados obtidos, através das entrevistas com os usuários, foram elaboradas tabelas constando a percepção ambiental geral e as indicações de melhorias ao ambiente. As tabelas também foram caracterizadas de acordo com cada mercado estudado (Tabela 18, Tabela 19, Tabela 20, Tabela 21 e Tabela 22), sendo resumida a opinião dos entrevistados também como meio de colaborar com o entendimento dos fatos.

Tabela 18 - síntese das análises com os usuários dos banheiros públicos do Mercado da Madalena.

Mercado da Madalena		
	Percepção ambiental geral	Indicações de melhorias
Usuário 01	Se você chegar bem cedo, ainda dá para usar. Depois fica imundo, não tem sabão para lavar as mãos.	Pelo menos alguém que limpe com muita frequência.
Usuário 02	Banheiro sujo, fétido, tudo molhado, nunca vejo ninguém limpando.	Quebrar tudo e fazer do zero.
Usuário 03	Legal, não encontrei problemas.	Nenhuma
Usuário 04	Horrível, principalmente para mulher, evito usar banheiro público. Além de tudo, cheira mal.	Colocar espelho, deixar mais claro, papel higiênico melhor.
Usuário 05	Muita urina espalhada no chão. Deixam o papelão, mas não resolve, o mal cheiro continua.	Limpar com mais frequência, um banheiro maior, com mictórios separados.
Usuário 06	Mesmo quando está limpo, ainda é um banheiro estranho. Não tenho coragem de deixar minha filha usar. Não tem assento nos vasos, não tem como cobrir para ela sentar.	Ter mais cabines. Ser utilizável para crianças. Ser mais limpo.
Usuário 07	Péssimo ter só um mictório para todo mundo usar, devia ser um para cada.	Ter mais mictórios.
Usuário 08	As vezes se faz fila para usar o banheiro, é muito pequeno. Esse mercado é turístico, uma tradição da cidade, os banheiros deviam ser melhores.	Aumentar o espaço do banheiro. Deixar mais apresentável.
Usuário 09	Se fosse mais limpo, já estava bom. Não vejo muitos problemas.	Limpar mais.

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa.

Tabela 19 - entrevista com os usuários dos banheiros públicos do Mercado da Boa Vista.

Mercado da Boa vista		
	Percepção ambiental geral	Indicações de melhorias
Usuário 01	É bom, dos mercados que frequento é o mais limpo.	Nada.
Usuário 02	Normalmente é tranquilo, mas quando o mercado enche, fica cheirando mal. Fica até pequeno para a quantidade de gente que quer entrar. Fora que muitas mulheres só querem se ver no espelho, isso aumenta a fila sem necessidade.	Limpar mais. Aumentar o espaço do banheiro. Colocar espelhos fora dos banheiros.
Usuário 03	Acho bom, mas as vezes falta papel higiênico e tem fila para entrar.	Aumentar o espaço do banheiro. Ter mais cabines.
Usuário 04	Dos mercados que já fui esse é um dos mais limpos. Acho bem razoável.	Aumentar o espaço dos banheiros.

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa.

Tabela 20 - síntese das análises com os usuários dos banheiros públicos do Mercado da Encruzilhada.

Mercado da Encruzilhada		
	Percepção ambiental geral	Indicações de melhorias
Usuário 01	A reforma ajudou, ficou bonito. Mas não adianta deixar bonito se não limpam.	Limpar com mais frequência.
Usuário 02	Ficou muito arrumado depois que ajeitaram, mas o pessoal já entra vandalizando, sujando, já ta ficando com aparência de nojento.	Alguém que fiscalize, que fique sempre monitorando o lugar.
Usuário 03	Gostei muito da reforma. Mas mesmo assim não ajeitaram os vasos.	Colocar assento sanitário. Limpar com mais frequência.
Usuário 04	Achei difícil de encontrar, dei mais de uma voltar para achar esse banheiro.	Possuir sinalização.

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa.

Tabela 21 - síntese das análises com os usuários dos banheiros públicos do Mercado de Casa Amarela.

Mercado de Casa Amarela.		
	Percepção ambiental geral	Indicações de melhorias
Usuário 01	Os banheiros daqui são muito mal cuidado, tenho nojo de usar. Principalmente quando o mercado está cheio. O banheiro fede bastante.	Limpar com mais frequência. Deixar mais bonito.
Usuário 02	O banheiro está sempre molhado, às vezes fica lama. Nunca tem papel higiênico.	Repor com mais frequência os materiais de higiene pessoal. Limpar com mais frequência.
Usuário 03	Aqui é esquisito, principalmente esse horário. Os comércios ficam vazios, por isso não venho aqui desacompanhada.	Ter alguém responsável sempre próximo dos banheiros.

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa.

Tabela 22 - síntese das análises com os usuários dos banheiros públicos do Mercado de São José.

Mercado de São José		
	Percepção ambiental geral	Indicações de melhorias
Usuário 01	O banheiro é péssimo, sujo. Às vezes as pessoas vêm e tomam banho na pia. As portas são quebradas, as vezes não fecha. Não é banheiro para turista.	Alguém que fiscalize. Limpar com mais frequência. Deixar mais apresentável.
Usuário 02	As coisas dentro são todas velhas, manchadas, quebradas. Não importa o quanto limpem, o chão sempre ta nojento. Além de tudo, é pequeno demais para um mercado tão grande.	Trocar o piso. Reformar o banheiro inteiro. Aumentar o espaço banheiro.

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa.

Em relação às respostas dos usuários, vale salientar que ao menos duas pessoas acreditavam que o banheiro da encruzilhada era gerenciado pela Ferreira Costa (empresa privada que forneceu os materiais para reforma do banheiro). Foi informado pela Csurb que isso não procede, todos os banheiros dos mercados e feiras públicas de Recife são gerenciados pelo município.

Os dois entrevistados no Mercado de São José não sabiam que o mercado era tombado e por isso possui restrição nas reformas estruturais. Durante a visitação só foi vista ASGs próximo ou dentro dos banheiros no Mercado da Boa Vista, Mercado de Casa Amarela e Mercado São José. A maioria dos entrevistados foram homens. Os permissionários dos mercados não foram considerados para essa pesquisa, pois segundo a Csurb, os mesmos possuem banheiros próprios. As informações fornecidas pelos usuários possuem recortes, mas permanecem totalmente dentro do contexto do que foi relatado por eles.

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção aborda as discussões dos resultados das entrevistas realizadas com gestores urbanos e usuários direto do banheiro público. Para tal, essa seção foi iniciada pela discussão da cadeia escalar de gestão, seguido dos assuntos abordados nas entrevistas relacionando-se aos capítulos da fundamentação teórica (Saúde pública; Aspectos Urbano e Ambiente construído). As seguintes discussões a partir desses capítulos foram importantes para identificar e categorizar o processo de gestão dos banheiros sob a ótica do Design, somado a aplicação dos critérios avaliativos para cada tema abordado. Cada tópico foi correlacionado as recomendações propostas na RSL, a fim de observar o que seria melhor aplicado aos banheiros situados nos Mercados Públicos da cidade estudada. A presente seção visou alcançar os objetivos gerais e específicos, nesse caso: foi discutido o formato de gerenciamento dos banheiros a partir da ótica do Design; foi identificado os aspectos determinantes para definição do plano de gestão dos banheiros; apresentou-se as condições atuais de acessibilidade, atratividade e higiene dos ambientes estudados; e, por fim, no tópico "recomendações" foi exposto melhorias ao plano de gestão existente para os banheiros públicos.

8.1 DISCUSSÃO SOBRE A CADEIA ESCALAR DE GESTÃO

Essa pesquisa teve como foco compreender além da política pública local de banheiros públicos. Por isso fez-se necessário compreender o ponto de vista dos gestores urbanos municipais, isso permitiu elucidar e trazer considerações importantes para um formato de gerenciamento mais apropriado que possam suprir as necessidades dos usuários tendo em vista os aspectos de salubridade e infraestrutura.

Compreende-se a cadeia escalar de gerenciamento do banheiro público como uma corrente de vários vínculos que precisam estar em constante harmonia para funcionar adequadamente. Todavia, muitos fatores atuais se apresentam como obstáculos para esse funcionamento. A presente pesquisa observa que o intercurso entre os possíveis problemas que podem surgir, até a resolução dos mesmos, pode demandar mais tempo do que o conveniente para esse tipo de ambiente. As instalações sanitárias são primordiais e indispensáveis nos espaços públicos. Principalmente para os mercados e feiras públicas que comercializam alimentos e que possuem clientes variados. Dessa maneira, o desempenho do banheiro é tão importante quanto todos os outros fatores

que são abordados para o andamento dos comércios dos mercados públicos e de seus permissionários.

Entretanto, a cadeia escalar é ampla e abrange todos os mercados e feiras do Recife, não tendo como foco um ou outro aspecto do ambiente. Nesse sentido, entre o momento que o ASG se depara com um problema e esse problema é comunicado ao responsável por saná-lo, se torna um caminho extenso e, às vezes, conflitante. Por exemplo: o ASG vê um vaso sanitário quebrado – o ASG comunica a situação ao administrador – que comunica ao gestor do mercado – que entra em contato com o gestor do contrato da empresa responsável pela manutenção – que acionam o encanador contratado da empresa para marcarem uma data e concertarem o vaso. A dificuldade ainda se intensifica, quando se observa que as mesmas empresas terceirizadas contratadas para manutenção e limpeza os banheiros, também são responsáveis por prestar serviços em todas as áreas internas e externas das quase 42 feiras e mercados públicos de Recife. Isto é, quanto mais problemas, mais demora para o concerto e mais insatisfação dos usuários.

Uma das opções que essa pesquisa apresenta como amenizador dos problemas citados anteriormente, é a inclusão de um setor responsável por tratar apenas sobre as instalações sanitárias dos mercados e feiras públicas do Recife. Auxiliando os administrador e gestor dos mercados. Servindo como intermédio entre os banheiros e as empresas que prestam serviços ou, até mesmo, possuindo uma própria subdivisão responsável pela limpeza e, principalmente, manutenção. Além disso, fiscalizando o banheiro com frequência e o *modus operandi* de higienização, isso poderia facilitar a compreensão do formato e periodicidade de higienização correta para cada banheiro. Isto exposto, vale salientar que através das observações assistemáticas e da entrevista com os usuários, fica claro que o formato atual de gestão dos banheiros situados nos mercados públicos não estão sendo o suficiente para suprir as expectativas dos usuários.

8.1.1 Correlacionando os resultados com a RSL

Alguns autores comentam sobre o formato de gerenciamento dos banheiros e como os planejadores precisam 'pesquisar' a situação existente da área, identificar problemas, observar a falta ou não de instalações e estimar as tendências de demanda futura. Dessa maneira, observa-se como a atual gestão dos banheiros permanece em discordância com que é citado na literatura científica. Não há pesquisa da situação dos banheiros. Os

problemas, dificuldades e limitações dos espaços são vistos no geral e parcialmente amenizados, seja na higienização, manutenção ou distribuição. Através das entrevistas, compreende-se que os transtornos do ambiente não são tratados a fundo, isto faz com que eles voltem a se repetir ou nunca acabem.

8.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOB A ÓTICA DA SAÚDE PÚBLICA

Através da fundamentação teórica, entende-se que o município de Recife é responsável por executar os serviços de vigilância sanitária e controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde. Todavia, mesmo existindo o Código Sanitário de Pernambuco (CSP), não é informado situações específicas sobre os banheiros públicos e seu formato mais apropriado de higiene e salubridade. O CSP chega a esclarecer que as instalações sanitárias deverão ser sempre mantidas irrepreensivelmente limpas por meio de descargas intermitentes ou contínuas. Mas como foi observado através das visitas aos mercados e das entrevistas com os usuários, os banheiros públicos estão, na maioria das vezes, sujos e com odor desagradável.

Outro fator que ocorre em todos os banheiros estudados é a falta de assento sanitário nos vasos. Isso entra em discordância com o CSP, já que o mesmo informa que não será permitido o funcionamento de instalações sanitárias de qualquer natureza cujas peças apresentarem defeitos, soluções de continuidade ou acidentes. Os gestores urbanos chegaram a afirmar durante as entrevistas que é difícil manter os elementos dos banheiros íntegros, uma vez que os usuários tendem a roubar ou depredar. Todavia, a falta de assento sanitário não é apenas um fator de conforto, mas de segurança para pessoas de mobilidade reduzida, crianças e gestantes. A falta de assento sanitário gera riscos e interrompe o funcionamento adequado dos banheiros. Somado a isso, algumas pesquisas científicas afirmam que o uso de descarga com tampa aberta cria uma nuvem de germes que podem se espalhar pelo ambiente, contaminando tanto os elementos a sua volta, quando os próprios usuários. Este fator também contribui para o aumento do odor desagradável a cada descarga.

De acordo com as entrevistas, cada banheiro apresenta uma quantidade específica de funcionários para limpeza que, dependendo do mercado, revezam individualmente a cada 12 horas, como é o caso dos banheiros do Mercado da Boa Vista. Entretanto, em dias de grande movimento, a frequência de limpeza não é o suficiente para conservar a

salubridade dos banheiros. Vale salientar que durante a visita do mercado de Casa Amarela, o mesmo se encontrava com a maioria dos comércios fechados (baixo movimento) e ainda assim, apresentava odor desagradável e sinais visíveis de falta de higiene.

Uma situação que ocorre com regularidade é a falta de insumos básicos como detergente, papel higiênico e papel toalha. Quatro dos cinco banheiros estudados não possuíam papel higiênico dentro das cabines sanitárias e três dos cinco banheiros estudados não possuíam detergente para mãos e papel toalha nas áreas dos lavatórios. Durante a entrevista foi informado que os ASG começam o dia fazendo a reposição dos materiais de higiene pessoal, se isso de fato ocorre, presume-se que ao longo do dia não é feita novas reposições. Essas condições entram em discordância com as imposições de higiene pós-pandemia. Alguns estados chegaram a emitir protocolos de limpeza para reabertura dos comércios durante a Covid-19, neles constavam a higienização periódica das instalações sanitárias, o uso de lixeiras com tampa, antissépticos nos banheiros, entre outros. Porém não foram nessas condições que os banheiros dos mercados públicos estavam. Mesmo que essa pesquisa tenha sido realizada em um momento que as taxas de mortalidade caíram bastante (1º semestre de 2022), é indispensável o cuidado com o ambiente, para que as taxas de contaminação e de mortes não voltem a crescer.

É importante salientar que as cidades, ao longo da história, levaram consigo marcas das pandemias e epidemias. Essas marcas podem ser vistas a partir da mudança na arquitetura, nos procedimentos de limpeza e saneamento, e no modelo de manutenção das cidades. Isso também aconteceu com os banheiros, seja os privados ou compartilhados. Essas marcas apresentam mais que a história das sociedades, relatam como essas evoluíram para gerar segurança e condições de salubridade aos seus usuários. Contudo, essas marcas não foram vistas nos banheiros situados nos mercados públicos de Recife. A falta de materiais de higiene pessoal, de mecanismo que funcionem sem a necessidade de contato físico ou a permanência da estrutura mínima dos banheiros, apresentam situações não são condizentes com os planos não farmacológicos de contenção do vírus.

8.2.1 Correlacionando os resultados com a RSL

Elencando os aspectos primordiais que os autores trataram na RSL sobre a higienização dos banheiros, se tem como requisito básico o de realizar limpeza periódica programada de banheiros públicos. Cada unidade podendo fazer políticas de gerenciamento sem a

necessidade de ser igual as outras. Contudo, durante a entrevista isso não foi esclarecido justamente. Os entrevistados informaram que a maioria dos ASGs fazem a limpeza quando se mostra necessário, mas 3 dos 5 banheiros estudados estavam com aspectos visíveis de falta de higiene e os ASGs não estavam presente ou não estavam realizando sua atividade. Os gestores urbanos também informaram que a Csurb escuta as reclamações através da ouvidoria, porém não foi visto no espaço cartazes ou panfletos que fizessem uma campanha sólida de contato com o usuário.

Outros autores ainda reforçaram a indispensabilidade de sabonete ou detergente para mãos e a disposição de lixeiras com tampa, para que o descarte de papel higiênico ou de absorventes não ocasione constrangimento aos próximos usuários e não propagem odor desagradável. Os autores afirmaram também que é essencial prestar atenção ao cultivo da consciência dos limpadores e incentivá-los a propor opiniões preciosas sobre a construção de banheiros. Porém, durante a entrevista foi informado que quase não existe busca por proposições de melhorias. Os permissionários precisam ir até os administradores para prestar alguma reclamação, não há campanha de contato (reclamação, sugestão) com o usuário ou com os prestadores de serviços. Mesmo que os gestores tenham dito que os clientes podem fazer reclamação presencialmente aos administradores, quando estes estão nos mercados, os administradores não usam uniforme que relatem sua função. Isto é, os usuários não conseguem identificar claramente os administradores para prestar alguma reclamação ou sugestão. É possível presumir que esse formato de gestão já acontece a vários anos, tendo como mudança alguns aspectos de leis entre governo e permissionários, mas que não interferem a ponto de fazerem grandes mudanças positivas nos banheiros.

As RSLs também apresentaram indicações e requisitos voltados as questões ligadas a pandemias. Dentre as mais relevantes, encontra-se: diferenciação entre portas de entrada e saída; entradas e saídas espaçosas e flexíveis; portas automáticas; recipientes de desinfetante público; sistema de desinfecção do corrimão; caminhos unidirecionais; seleção de materiais que reduzem o tempo de resistência do vírus (por exemplo, cobre e outros); superfície fáceis de limpar (sem poros); renovação de ar constante (ventilação natural); evitar usar carpetes e tapetes; nos sistemas de informação, o uso de tecnologias touch-free (baseadas em sensores, entre outros recursos) ou de controle digital, substituindo superfícies de contato comuns específicas como interruptores e outros tipos de interfaces;

Vale salientar que a população compreende a limpeza dos ambientes construídos urbanos como um cuidado estético. Dessa maneira, independente de reformas estéticas, se os banheiros não estiverem limpos e higienizados, eles ainda vão ser vistos como feios e desagradáveis.

8.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOB A ÓTICA DOS ASPECTOS URBANOS

Dentro do contexto dos Aspectos Urbanos, o que mais se destaca é o Design Urbano que tem como foco o de melhorar a qualidade do ambiente público e a qualidade de vida das pessoas, tornando a cidade mais humanística ao trazer uma maior comodidade a população. Porém, não é apenas isso, o Design Urbano pode revitalizar um espaço, fornecendo uma identidade ao ambiente através de atributos que tornem o local acessível, ativo e sociável. Para isso será aplicado os critérios avaliativos de Design Urbano aos banheiros públicos estudados a partir dos resultados obtidos nas observações assistemáticas, entrevistas com os gestores e usuários das instalações sanitárias. Para tal finalidade será considerado o National Design Guide e o Projetos para Espaços Públicos.

8.3.1 National Design Guide

O ponto central do Guia Nacional de Design é o de explicar os processos e ferramentas que podem ser usados por meio do sistema de gerenciamento para requalificação dos espaços. Junto a isso, objetiva que as autoridades locais de planejamento envolvam efetivamente sua comunidade local ao desenvolver políticas de projeto. O *National Design Guide* (NDG) propõe dez características que ajudam projetar um bom Design Urbano, são elas: contexto; identidade; forma construída; movimento; natureza; espaços públicos; usos; casas e edifícios; recursos; vida útil. Mesmo que essas características correspondam em sua maioria a espaços públicos abertos e seus equipamentos urbanos, há algumas características que podem ser associadas a instalações sanitárias. Portanto, serão consideradas em relação aos atuais atributos desses ambientes.

CONTEXTO – Surge da necessidade de valorização do ambiente. Porém os banheiros públicos não reforçam a qualidade dos mercados do Recife. Pois estão constantemente sujos e/ ou quebrados. Mesmo que durante a entrevista tenha sido informado que a administração dos banheiros existe sob as variações que dependem de cada mercado, percebe-se que a um consenso entre eles: a situação atual desvaloriza o entorno e cria

uma percepção desagradável aos usuários. O NDG recomenda uma compreensão do contexto, da história e das características culturais do local para serem aplicadas efetivamente ao ambiente. Quando há concordância entre quantidade de pessoas, disposição de banheiros e frequência de limpeza, significa que os locais estão bem fundamentados em sua localidade e mais propensos a serem aceitáveis para as comunidades existentes.

IDENTIDADE – Trata sobre as questões de atração e distinção. Contudo, dos cinco banheiros estudados apenas um apresentava algum conceito estético no seu interior. O mercado da Boa Vista possuía pinturas relacionadas ao frevo que é um marco na cultura do Estado e da cidade do Recife. Os outros banheiros não forneciam nenhuma distinção que caracterizasse uma identidade local e se fundisse a algum aspecto de valor do Estado. Embora que os gestores urbanos tenham informado sobre o excesso de vandalismo aos ambientes, também se percebe que quanto menos o ambiente fornece uma sensação de pertencimento, menos ele será bem cuidado pela população. Através do NDG compreende-se que a identidade ou caráter de um lugar vem da maneira como todos os elementos do local se combinam e como as pessoas os vivenciam. Dessa maneira, não se trata apenas dos espaços ou da aparência de um lugar, mas de como ele se relaciona com todos os sentidos. O NDG ainda esclarece que o caráter local torna os lugares distintos e memoráveis e ajuda as pessoas a se orientarem.

FORMA CONSTRUÍDA E MOVIMENTO – Diz a respeito do padrão coerente, acessível e fácil de mover-se. Ao longo da entrevista foi informado que a dificuldade de projetar melhor os espaços têm a ver, principalmente, com a infraestrutura dos mercados que impossibilita o aumento dos banheiros. Entretanto, as instalações sanitárias não deveriam ser projetadas no “espaço que dá”. Como visto anteriormente, o banheiro público é primordial para o funcionamento dos espaços comerciais, essencialmente aqueles possuem estabelecimentos como bares e restaurantes. Como exemplo, apresenta-se o Mercado da Madalena que possui banheiros pequenos e incompatíveis com o alto movimento do mercado. Durante o horário de funcionamento os permissionários estreitam as ruas colocando mesas e cadeiras, expositores de comida e outros objetos. Logo, se existe a possibilidade de os permissionários apertarem as ruas, pode existir também a possibilidade de fornecimento de banheiros compatíveis com o público, aumentando seus espaços em detrimento das ruas. Vale salientar que esse foi o mercado onde houve mais reclamações dos usuários. Criticaram o dimensionamento, o odor, o tamanho do mictório e da falta de higiene. Ainda vale ressaltar os banheiros do Mercado

de São José. Durante a entrevista informaram que esse edifício possui tombamento federal, por isso todo projeto deve ser aprovado pelo IPHAN. Contudo, existe uma distinção entre prédio tombado e prédio inacessível. A acessibilidade em ambiente público é fundamental, por isso deve existir uma compatibilização da acessibilidade com a preservação desses bens. Se a lei apresenta que a PcD tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, então fica a cargo dos poderes públicos possibilitarem a realização desse direito e não dificultarem. Logo, a preservação de bens culturais tombados não pode, nem deve se sobrepor de forma absoluta sobre a acessibilidade. Outro fator é que os ambientes tombados possuem valor histórico e esse valor desse ser transmitido através da sua conservação e manutenção, o que também não é o caso dos banheiros do Mercado de São José, que possui aspectos visíveis de mau uso e má conservação. O NDG esclarece que deve haver uma inter-relação dos elementos presentes no ambiente construído e todos estes elementos devem criar um local atrativo para viver, trabalhar e visitar, mais do que as suas características individuais. De acordo com NDG, os padrões de movimento para as pessoas são parte integrante de lugares bem projetados, contribuem para fazer lugares de alta qualidade para as pessoas desfrutarem. Esses fatores atrelados podem criar ambientes construídos com caráter e sentido de lugar.

ESPAÇOS PÚBLICOS – Essa característica diz a respeito da seguridade, socialização e inclusão. O *Nacional Design Guide* esclarece que o desenho de um espaço público engloba sua localização e integração na rede mais ampla de rotas, bem como seus vários elementos. Todavia, a maioria dos mercados não fornecem sinalização para a localização dos banheiros públicos, nem piso tátil ou placas informativas. Durante a entrevistas com os gestores foi esclarecido que isso acontece porque as pessoas não têm essa cultura de observar placas informativas que servem como guia para a localização de elementos dentro de um espaço. Porém a sinalização não é só um fator cultural, que está presente em quase todos os shoppings, galerias, prédios empresariais, restaurantes, hospitais e aeroportos, é também um fator chave para promoção da inclusão. Nem todos se sentem confortáveis de perguntar a desconhecidos a localização de banheiros. A falta de piso tátil forma um obstáculo para as pessoas com deficiência visual chegarem à onde precisam. Ao mesmo tempo que também dificulta a localização de pessoas com mudez ou com deficiência auditiva. A gestão não deveria presumir que todos poderam encontrar os banheiros apenas como auxílio dos permissionários, ASG ou outros visitantes dos mercados.

VIDA ÚTIL – Abrange a durabilidade do ambiente. Contudo, percebe-se que as instalações sanitárias dos mercados são projetadas com elementos que visam mais o custo X benefício, do que a durabilidade. Acaba que, muitas vezes, a mesma coisa precisa ser trocada frequentemente pois não comporta a quantidade de utilizações que sofre. Ou, também, não recebem a manutenção adequada. Os entrevistados afirmaram que isso tem a ver com o mau uso da população somado a depredação. Vale salientar que durante a entrevista, percebeu-se que os gestores sempre relacionavam os aspectos negativos dos banheiros públicos com o vandalismo e depredação da população. Nas questões de durabilidade e resiliência o NDG informa que lugares bem projetados mantêm sua beleza a longo prazo. Eles contribuem para a qualidade de vida de seus usuários e, como resultado, as pessoas são mais propensas a cuidar deles ao longo de sua vida.

8.3.2 Projetos para Espaços Públicos

O PPS afirma que os espaços públicos bem-sucedidos têm quatro qualidades fundamentais que se referem aos atributos chaves, são eles: acessível, ativo, confortável e sociável. Esses ainda se desdobram em atributos intangíveis e mensuráveis. Assim como ocorreu com o *Nacional Design Guide*, alguns desses atributos do PPS podem ser aplicados aos banheiros públicos para análise de sua qualidade e, dessa maneira, de gestão. Os autores Heemann e Santiago (2015) se aprofundaram nesses atributos e conformaram junto a PPS (2005), perguntas a serem questionadas em cada dos atributos chaves. Nesse sentido, como forma de facilitar a discussão entre os resultados alcançados e os aspectos urbanos, também será relacionado os dados obtidos das observações assistemáticas e entrevistas com as perguntas formuladas pelos autores.

O atributo da Acessibilidade diz a respeito dos acessos e conexões. Um bom espaço público é fácil de movimentar-se, de localizar e de identificar. Algumas perguntas desse atributo não se aplicam aos banheiros públicos, uma vez que são espaços fechados e certos questionamentos são voltados a espaços públicos abertos. Todavia, algumas perguntas se relacionam e podem ser respondidas (serão apresentadas abaixo das perguntas e estarão sublinhadas), são elas:

Você pode ver o espaço de uma distância considerável?

- Os banheiros públicos são difíceis de serem localizados dentro da maioria dos mercados. Somado a isso, a certa dificuldade em identificar que são banheiros, muitas vezes, pela deterioração das placas informativas.

Há uma boa conexão entre o espaço e os edifícios ao redor, ou o espaço é cercado por paredes brancas?

- Não há qualquer caracterização que forneça aos banheiros identidade cultural ligada ao Estado ou Município. As paredes ao redor dos banheiros são predominantemente neutras, com marcas de sujeiras que também afeta a qualidade percebida.

As pessoas dos edifícios ao redor usam o espaço?

- Os mercados se localizam em bairros antigos e tradicionais do Recife, são pontos de encontro de várias pessoas, atraindo moradores locais e visitantes de outras comunidades e cidades. Vale salientar que alguns autores informaram que muitos visitantes visitam os mercados pois trabalham próximo e precisam utilizar os banheiros.

As pessoas podem caminhar facilmente até o local?

- Em alguns mercados como o da Encruzilha é fácil de se locomover até os banheiros, pois possuem ruas largas. Já os mercados da Madalena e da Boa Vista apresentam muitas mesas e cadeiras espalhadas nas rotas de acesso. Esse fator pode dificultar a vida das PcD e/ ou pessoas com mobilidade reduzida.

O espaço é acessível para pessoas com deficiência?

- Embora que tenha sido relatado pelos entrevistados que todos os mercados possuem banheiro acessível, alguns não foram localizados, como foi o caso do Mercado da Madalena e do Mercado de São José. Todavia, os banheiros dos outros mercados estavam fechados, não sendo possível conferir se eram acessíveis ou não.

O PPS esclarece que as atividades são pilares básicos de construção de um lugar e o sucesso de um espaço depende do quão bem ele é gerenciado. Nesse sentido, o atributo chave Ativo, que diz a respeito sobre o uso e atividade, trás algumas indagações que serão respondidas de acordo com a análise dos banheiros (as respostas estarão abaixo das perguntas e sublinhadas), são elas:

As pessoas estão usando o espaço ou ele está vazio?

- Entende-se os banheiros públicos como locais de uso emergencial. Nesse sentido, não é apenas uma escolha utilizar o ambiente, é uma imposição de necessidades do corpo. Todavia, a maioria das pessoas fizeram uso desses locais tinham críticas a diversos aspectos das instalações sanitárias e outras nem utilizariam se tivesse outra opção.

É usado por pessoas de diferentes idades?

- Foi observado, principalmente nos mercados que estavam nos horários de alto movimento, que muitas pessoas de idades mistas entravam e saíam dos banheiros. Contudo, não foram vistas crianças, pessoas gestantes, PcDs ou pessoas com mobilidade entrando nesses locais. Esse fator pode indicar que pessoas com limitações e capacidades diferentes podem evitar de utilizarem esses espaços.

Existe uma presença de gestão, ou você identifica que qualquer pessoa é responsável pelo espaço?

- Não. Durante a visita a todos os banheiros situados nos mercados públicos não foi visto ninguém da gestão ou fiscais. O mais perto disso foi encontrar com alguns ASGs fora ou dentro do ambiente. Contudo, esses não são responsáveis direto pela gestão ou fiscalização do banheiro público. Essa situação retrata a dificuldade de prestar alguma reclamação, sugestão ou elogio, uma vez que o contado por telefone e e-mail não são difundidos. Da mesma forma que diminui a sensação de segurança, ao mesmo tempo que abre a possibilidade de condutas antissociais no espaço.

Segundo o PPS, um espaço confortável e bonito, que tenha um visual agradável, é a chave para o seu sucesso. O Projeto para Espaços Públicos, ainda complementa que o conforto inclui percepções sobre segurança e limpeza. Nesse contexto, o atributo chave Confortável, que aborda assuntos relacionados ao conforto e a imagem, apresentam algumas perguntas que se correlacionam com banheiros públicos. As perguntas estarão respondidas (as respostas estarão abaixo das perguntas e sublinhadas), são elas:

A primeira impressão do espaço é positiva?

- De acordo com as observações assistemáticas do espaço e das opiniões dos usuários, o ambiente não apresenta pontos positivos ligados a estética, odor, higienização ou sensação de segurança.

Há mais mulheres do que homens?

- Foi percebido que o ambiente é mais utilizado por homens. Esse fator é relevante quando presume-se que as mulheres, dado o seu formato de utilização do banheiro, tendem optar por instalações sanitárias mais confortáveis, funcionais e limpas.

São espaços limpos e sem lixo? Quem é responsável pela manutenção? O que eles fazem e quando?

- Os banheiros se apresentaram sujos ou com fatores visuais de falta higienização e/ ou manutenção, como marcas amareladas, piso molhado e com terra, portas e paredes desgastadas, entre outros. Os responsáveis pela manutenção e limpeza são empresas terceirizadas que prestam serviço a Csurb. Os ASG vão todos os dias ao espaço fazer a limpeza, segundo os gestores urbanos entrevistados, os ASG realizam a limpeza sempre que acham necessário.

A área é segura? Existe seguranças no espaço? Se sim, o que eles fazem? Quando eles estão de plantão?

- Não foi visto no espaço fiscais ou seguranças, dentro ou fora dos banheiros. Em algumas instalações não foram observados nem os ASGs. Segundo os entrevistados, dado o quantitativo dos mercados e feiras públicas que a Csurb é responsável, fica difícil manter alguém encarregado por esses ambientes. Todavia, como citado anteriormente, os gestores atribuíram os aspectos negativos dos banheiros ao vandalismo, assim como, a frequência de manutenção nos banheiros por causa desses atos antissociais. Entretanto, o não fornecimento de métodos de segurança, fiscais ou responsáveis, permitem que qualquer um possa depredar o local. Essa situação causa mais gastos a longo prazo, do que manter um responsável pelo ambiente ou elaborar outros planos de segurança.

O PPS aborda alguns fatores do atributo chave Sociável, que trata questões de sociabilidade. O PPS informa que esse é um quesito difícil de conseguir em um espaço público, mas quando atingido, torna-se uma característica inconfundível. Mesmo compreendendo, que de forma geral e habitual, os banheiros públicos não ambientes específicos para realizar socialização. Algumas perguntas desse atributo podem ser relacionadas a banheiros públicos (as respostas estarão abaixo das perguntas e sublinhadas) são elas:

As pessoas estão em grupos?

- Não. Alguns banheiros, como é o caso do banheiro feminino do Mercado de Casa Amarela, só permitem a entrada de uma pessoa por vez. Observando através um espectro amplo, essa infraestrutura reduzida dificulta a utilização de pessoas com bolsas grandes de compras (já que os mercados possuem boxes de artesanatos, roupas e acessórios), pessoas com carrinho de bebê e pessoas acompanhadas de mais de uma criança.

Será que as pessoas usam o local regularmente e por escolha própria?

- Pelo que foi repassado através de entrevistas com usuários, a utilização dos banheiros dos mercados é mais uma obrigação do que opção. Tendo em vista os aspectos de falta de limpeza, falta de materiais de higiene pessoal e odor desagradável.

8.3.3 Compressão geral

Percebe-se através dessa breve análise do NDG e do PPS, que os banheiros situados nos mercados públicos do Recife possuem vários aspectos que entram em discordância com o modelo de Design Urbano eficaz. O formato de gerenciamento que visa uma abordagem de contato com usuário e com a comunidade não estão sendo aplicados. Atributos intangíveis ligados aos espaços públicos como segurança, atratividade, conveniência e convidativo não estão sendo considerados pela gestão.

Os mercados públicos são locais tradicionais e culturais da cidade, não fornecer contexto e identidade aos setores principais desses espaços, como é caso dos banheiros públicos, retiram a sensação de pertencimento e de cuidado com o ambiente que a população poderia ter. Outra questão é a disposição dos banheiros que não podem estar atreladas ao espaço que sobra nos mercados. As instalações sanitárias são um elo importante que transmite a percepção de uma cidade limpa e sustentável. A gestão deve analisar a fundo o entorno, a largura das ruas e o modelo de construção vertical afim de promover um dimensionamento de qualidade aos banheiros.

Deve-se levar em consideração, essencialmente, a impressão que as pessoas apresentam sobre as instalações sanitárias. A percepção dos usuários, somado as observações assistemáticas confirmaram que os banheiros públicos não possuem um formato de gerenciamento de higienização adequado. Seja aplicando melhorias na

infraestrutura, ou aumentando a quantidade de ASGs, ou fornecendo produtos de limpeza de melhor qualidade, ou instalando elementos duráveis e resilientes e/ ou criando campanhas de conscientização de higiene junto à comunidade e aos permissionários, algo precisa ser feito com urgência. Os mercados além de serem equipamentos urbanos que agregam valor aos bairros que se situam, são pontos turísticos e precisam ser tratados como tal.

8.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOB A ÓTICA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Vários aspectos se relacionam com a adequabilidade do ambiente construído. Na presente pesquisa serão observados e discutidos os pontos que se relacionam com a acessibilidade, a segurança e a atratividade.

8.4.1 Acessibilidade

Durante a observação assistemática dos banheiros públicos, diversos fatores poderiam ser elencados como inacessíveis ou incômodos. O fato dos banheiros acessíveis, de todos os mercados públicos visitados, permanecerem fechados durante o horário comercial é algo que pode gerar constrangimento para PcD. Os gestores urbanos afirmaram que o banheiro fica fechado por uma questão de vandalismo e/ ou depredação do restante da população e quando alguém precisa utilizar é só pedir a chave a alguém da limpeza, que em tese deveria permanecer sempre próximo das instalações sanitárias. Todavia, isso não foi confirmado durante as visitas aos banheiros. Apenas em três dos cinco banheiros estudados haviam ASGs próximos, e em um deles o ASG estava dentro do banheiro masculino. Ou seja, caso a PcD fosse uma mulher, não iria conseguir encontrar o ASG para solicitar a chave.

Outro ponto que foi apresentado pelos entrevistados é a possibilidade dos ASGs se aproximarem das PcDs, quando estes estão próximo das instalações. Vale salientar que esse fator pode gerar desconforto aos PcDs. Uma vez que os mesmos devem ser tratados com equidade e igualdade, podendo fazer utilização dos banheiros sem precisar ser abordado por desconhecidos ou precisar procurar ASGs para solicitar a entrada aos banheiros. Dentro dessa questão, percebe-se mais uma vez que os gestores urbanos depositam os aspectos negativos dos banheiros públicos ao vandalismo e depredação. Evidencia-se também que o único banheiro acessível que foi possível visualizar estava

sem assento sanitário e sendo usado como depósito de materiais. Dessa maneira, mais uma informação dada pelos entrevistados entra em conflito com a realidade vista. Já que, mesmo que a PcD consiga encontrar um ASG e solicite a chave do banheiro acessível, este ainda não estará próprio para o uso.

Mais um fato que deve-se levar em consideração é a falta de sinalização dentro e fora dos banheiros. Mesmo que os banheiros sejam acessíveis, eles não poderão ser utilizados por PcDs se os caminhos até essas instalações também não forem acessíveis. Piso tátil, placas informativas, placas direcionais, informações em braille devem ser requisitos primordiais para a promoção de acessibilidade. Junto a isso, alguns pontos acabam sendo excludentes para pessoas com deficiência física. Como é o caso dos banheiros do Mercado da Encruzilhada que até possui banheiro acessível, mas a área principal dos lavatórios, espelho, dispenser de detergente e de papel toalha não foram posicionados para o uso confortável de uma PcD.

Para melhor avaliar o nível de promoção de acessibilidade em um espaço, somado ao senso de equidade e igualdade, foi apresentado na fundamentação teórica o tema do Design Universal. Leite (2016), apontou características de um banheiro ideal, fundamentadas nos sete princípios do Design Universal, os setes princípios são: uso equitativo; flexibilidade de uso; uso simples e intuitivo; informações perceptíveis; tolerância ao erro; baixo esforço físico; e dimensionamento para acesso e uso. Para tanto, será abordado os setes princípios desse formato de design em relação ao ambiente construído do banheiro e seus elementos. Será composta uma tabela das características apontadas por Leite (2016), seguidas do “sim” e “não”, que dizem a respeito se o banheiro possui ou não essas características (Tabela 23). Vale salientar que essa tabela é analisada a partir do único banheiro acessível observado, que foi a instalação feminina do Mercado da Encruzilhada. Junto a isso, é válido informar que só foi possível visualizar o banheiro por uma abertura na porta, pois o mesmo estava trancado.

Tabela 23 - aplicação dos critérios de Design Universal.

CARACTERÍSTICAS	SIM	NÃO
Uso Equitativo (igualitário)		
Bacia sanitária com descarga acionada por mecanismo de sensor		X
Modelo de papelreira que libera folhas individuais, fácil de ser utilizada por pessoas com uma única mão ou movimentos reduzidos		X
Lixeira com abertura suficiente para receber, por exemplo, bolsas de incontinência descartadas, bolsas de estoma ou de cateter.		X
Flexibilidade no Uso (adaptável)		

Bacia sanitária com opções de assentos com aberturas diferenciadas, podendo ser utilizada por pessoas com diversos padrões corporais.		X
Bacia sanitária com regulagem de altura, por meio de sobreposição de assentos ou por mecanismo manual ou automático.		X
Peças sanitárias e acessórios vinculados a um sistema de barras, que permite o ajuste conforme as necessidades dos usuários.	X	
Uso simples e intuitivo (de fácil entendimento)		
Bacia sanitária com opções de assentos com aberturas diferenciadas, podendo ser utilizada por pessoas com diversos padrões corporais.		X
Bacia sanitária com regulagem de altura, por meio de sobreposição de assentos ou por mecanismo manual ou automático.		X
Peças sanitárias e acessórios vinculados a um sistema de barras, que permite o ajuste conforme as necessidades dos usuários.	X	
Uso simples e intuitivo (de fácil entendimento)		
Disponibilização de comandos de alavanca ou equivalentes em detrimento de mecanismos de sensor, muitas vezes de difícil compreensão.		X
Descarga com duas opções de fluxos de água indicados por símbolos diferentes.	X	
Informação perceptível (fácil comunicação)		
Oferecer contraste entre comandos, equipamentos, paredes, portas e piso do ambiente, a fim de que sejam facilmente percebidos, inclusive por pessoas com baixa visão.		X
Ao ofertar qualquer tipo de sinalização que seja para todos os tipos de PcDs		X
Tolerância ao erro (seguro)		
Revestimento de piso antiderrapante e sem brilho.	X	
Barras de apoio e bancadas em formato arredondado.	X	
Suporte de sabonete líquido posicionado em cima de bancada ou prateleira de modo a evitar que o produto caia no chão e cause acidentes;		X
Assento contínuo, sem interrupções, na bacia sanitária;		X
Fita de pânico para ser acionada em caso de emergência, como quedas.		X
Baixo esforço físico (menor fadiga)		
Bacia sanitária com encosto para que o usuário apoie as costas.		X
Puxador horizontal na face interna da porta a fim de facilitar o seu fechamento.		X
Dispositivos para secagem de mãos que dispensam a movimentação constante próximo ao sensor para seu funcionamento.		X
Comandos de torneiras e duchas do tipo alavanca, que minimizam esforço e torção das mãos para seu acionamento.		X
Dimensionamento para acesso e uso (uso abrangente)		
Lavatório com espaço livre inferior suficiente para permitir a utilização por usuários em pé ou em cadeira de rodas.	X	
Banheiro com dimensões suficientes para permitir a instalação de bacia sanitária, lavatório e chuveiro, ao mesmo tempo que garanti espaços livres para áreas de manobra e transferência de cadeira de rodas ou pessoas acompanhadas de cão-guia e carrinho de bebê.		X

Fonte: elaborado pela autora.

Das 24 características apresentadas, apenas 6 estavam presentes no banheiro estudado. Isto é, a instalação sanitária só possui cerca de 25% de características acessíveis, se contrapondo a 75% de aspectos que não apresentam acessibilidade. Ainda vale salientar que características como barras de apoio e bancadas em formato

arredondado, foram marcadas como "sim", mas não é possível afirmar se elas estão instaladas em dimensões corretas.

Dessa maneira, percebe-se que além do constrangimento de solicitar a chave dos banheiros, não é certo que eles estarão acessíveis para uso. Vale salientar que as características, citadas acima, podem corresponder mais que critérios avaliativos de promoção de acessibilidade, junto a NBR 9050, serve também como recomendações para melhoria do ambiente construído do banheiro público.

8.4.1.1 Correlacionando os resultados com a RSL

Os autores apresentados na RSL, em sua maioria, relatam a indispensabilidade das mesmas características dispostas na Tabela 23. Como é o caso da importância da usabilidade espacial, contraste dos revestimentos e sinalização. Outros autores, ainda recomendam aspectos que não foram mencionados, como o de centralizar o vaso sanitário no banheiro acessível, uma vez que a pessoas com deficiente física pode possuir mais habilidade de um lado do que do outro. Vale salientar, junto a essas observações, um fator de funcionalidade do espaço, que é citado por alguns autores, que é a importância de duplicar ou triplicar a quantidade de cabine sanitárias femininas em comparação as masculinas, uma vez que mulheres demoram 3 vezes mais no banheiro do que os homens.

Dessa maneira, os principais problemas de acessibilidade observados foram referentes a não aplicabilidade de algumas normas regulamentadoras que trata de acessibilidade em edificações, nesse caso, a NBR 9050. A gestão precisa realizar intervenções em vários aspectos do banheiro, tais como: manter a porta dos banheiros acessíveis abertas; disponibilizando de forma correta do piso tátil no entorno e dentro dos banheiros; dispor de sinalização e placas informativas que levem aos banheiros; utilizar símbolos internacionais de identificação, conforme a NBR 9050; disponibilizar assento sanitário em todos os vasos dos banheiros; criar lavatório acessível, com acesso confortável aos espelhos e dispenses; entre outro.

8.4.2 Segurança

A questão da segurança será abordada, principalmente, sob a ótica das demandas socioculturais. Foi apresentado pelos gestores urbanos que quase todos os aspectos

negativos dos banheiros estudados estão ligados ao comportamento antissocial da população. A falta de assento sanitário, a falta de dispenser de detergente e de papel toalha, a qualidade baixa dos revestimentos, a frequência de manutenção e o fato das portas dos banheiros acessíveis permanecerem fechados, tudo isso acontece, segundo os gestores, pela ação do vandalismo e da depredação. Até mesmo questões de higiene e de odor desagradável são relacionados, de acordo com a gestão, por causa do mau uso do público.

Todavia, muitos desses fatores poderiam ser evitados se a gestão inserisse um plano de segurança para os banheiros. Não apenas para evitarem os atos antissociais, mas para garantir a sensação de segurança na população. Porém, a gestão informou que a Csurb não trabalha com a segurança, existem parceiros em alguns mercados, que vão em dias específicos. Isto é, vai ter dias que nem os mercados e nem os banheiros terão fiscalização ligada a segurança. Os gestores ainda reforçam que o fato das pessoas não zelarem pelo espaço é um fator cultural que advém de um pensamento individualista que foca no "eu" e não no coletivo. Eles ainda apresentaram um exemplo, que era a reposição constante de torneiras por causa de furtos. Entretanto, esse assunto volta novamente para questão de um plano de segurança, assim como existem em shoppings, aeroportos e prédio empresariais. Tendo como exemplo: câmeras em frente a entrada dos banheiros, presença constante de ASG nos espaços e seguranças que estão fiscalizando os corredores e ruas frequentemente. Mas nada nisso foi visto nos mercados públicos selecionados na presente pesquisa.

Outro fator que também vale evidenciar é a falta de campanhas de conscientização que abordem a questão de higiene e cuidado com o ambiente. O corrente estudo, presumi através da fundamentação teórica, que o contato constante com usuário é um exemplo claro de boa gestão. Sem isso, todas as decisões tomadas em relação ao gerenciamento são focadas apenas no custo-tempo-obrigações. Excluindo a percepção das pessoas que realmente utilizam o banheiro.

Vale ainda salientar que, mesmo que exista um fator cultural do vandalismo associado aos espaços públicos, planos eficazes de segurança podem vir auxiliar na reversão desses fatores. Tendo em vista que o fato dos banheiros serem fiscalizados todos os dias, pode impedir a ação de vândalos no local, diminuindo a incidência de furto e, dessa maneira, não sendo necessário o gasto constante de dinheiro para repor as mesmas peças

frequentemente. Isto é, atos antissociais podem existir, mas bons planos de gestão podem reprimi-los.

8.4.3 Atratividade

Sabe-se que atratividade se relaciona com vários aspectos que influenciam fortemente a interação dos usuários, até mesmo a acessibilidade e segurança estão presentes nesses aspectos. Como apresentado na fundamentação teórica, alguns autores formularam tabelas de critérios e características de atratividade para espaços públicos e ao analisá-las, foi percebido que alguns tópicos também poderiam ser aplicados a banheiros. Com base nisso, foi constituída uma tabela de critérios e características de atratividade especificamente para instalações sanitárias. Constando 12 critérios que podem ser classificados de 1 até 6 em níveis de adequabilidade, sendo 1 - nada adequado e o 6 - completamente adequado. Junto a isso, essa lista também possui um quadro de referência do grau de atratividade, que se dividi em baixo, médio e alto. Toda nota que permanecer ente 1,0 e 2,66 será compreendida como baixo nível de adequabilidade, portanto, baixo grau de atratividade. Toda nota que permanecer entre 2,67 e 4,33 será compreendida como médio nível de adequabilidade, portanto, médio grau de atratividade. A mesma coisa acontece com as notas que ficarem entre 4,34 e 6,0, sendo compreendidas como alto nível de adequabilidade, logo, alto grau de atratividade.

Como essa tabela vai ser somente apresentada em caráter informativo, a corrente pesquisa irá identificar apenas o nível de atratividade dos banheiros de três mercados (Tabela 24, Tabela 25 e Tabela 26). O Mercado da Boa vista foi escolhido pois, segundo os gestores urbanos, dispõe dos banheiros que possuem reformas mais recentes. Já o Mercado da Madalena foi o ambiente que estava em maior movimento e mais usuários diretos participaram da pesquisa. Por fim, o Mercado de São José foi selecionado porque, de acordo com os gestores, passará por uma reforma em breve. Os banheiros do Mercado de Casa Amarela não foram escolhidos pois ainda estão na fase final de uma reforma e os banheiros do Mercado da Encruzilhada se assemelha ao tempo de reforma dos banheiros do Mercado da Boa Vista. Vale salientar que as tabelas serão respondidas com base nos dados obtidos através da entrevista com os usuários, entrevistas com os gestores urbano e das observações assistemáticas.

Tabela 24 - nível de atratividade dos banheiros do Mercado da Boa Vista.

		ADEQUABILIDADE					
CRITÉRIO	CARACTERÍSTICAS	1	2	3	4	5	6
01	Acessibilidade física				4		
02	Sinalização/ Acessibilidade visual		2				
03	Funcionalidade do espaço					5	
04	Limpeza					5	
05	Dimensão			3			
06	Resistência/ Durabilidade			3			
07	Conforto			3			
08	Identidade e Patrimônio		2				
09	Segurança				4		
10	Infraestrutura		2				
11	Percepção/ Comportamento			3			
12	Manutenção e conservação				4		
		Soma de cada coluna					
		0	6	12	12	10	0
Soma das colunas divididas pelo número de critérios		40 ÷ 12					
		MÉDIA GERAL					
		3,33					
QUADRO DE REFERÊNCIA DO GRAU DE ATRATIVIDADE							
BAIXO		MÉDIO		ALTO			
1,0 – 2,66		2,67 – 4,33		4,34 – 6,0			

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 25 - nível de atratividade dos banheiros do Mercado da Madalena.

		ADEQUABILIDADE					
CRITÉRIO	CARACTERÍSTICAS	1	2	3	4	5	6
01	Acessibilidade física	Fácil alcance; Inexistência de obstáculos; Facilidade de acessos, de uso e de deslocamentos para todos os usuários; Rampas e piso tátil; Banheiro para criança.	1				
02	Sinalização/ Acessibilidade visual	Ausência de barreiras visuais; Informações úteis de acesso; Advertências expostas; Sinalização para todo os tipos de deficiência; Orientação espacial; Identificação de equipamentos e usos.		2			
03	Funcionalidade do espaço	Lixeiras com tampa, pias, torneiras, sistemas de descarga, dispenser de detergente e papel toalha, ralos, sanitários completos; tomadas; Espelhos; Bancadas para disposição de objetos; Lavatórios espaçosos; Fraldário.		2			
04	Limpeza	Condição de salubridade; Odor agradável; aspectos visíveis de higiene; Organização do espaço; Sensação de bem-estar.	1				
05	Dimensão	Liberdade de escolha de caminhos; Espaço confortável entre os usuários.	1				
06	Resistência/ Durabilidade	Qualidade dos materiais; Durabilidade dos revestimentos; Resiliência a vandalismo;		2			
07	Conforto	Iluminação adequada e suficiente; Qualidade estética; Qualidade térmica, física e funcional.		2			
08	Identidade e Patrimônio	Valor histórico e cultural; Senso de pertencimento e caráter local; arte; Qualidade estética; Identificação social e percepção visual;	1				
09	Segurança	Segurança visual, física e perceptiva. Autopolicciamento através do alcance dos olhos; Presença ativa de pessoas no espaço. Fluxos de usos e atividades; Portas com trava;		2			
10	Infraestrutura	Variedade de materiais de revestimento (cores e formas); Estado de conservação; Estímulo ao fluxo interno e à acessibilidade.	1				
11	Percepção/ Comportamento	Nível de satisfação; Melhorias percebidas; Compatibilidade com a proposta; Uso confortável; Possibilidade de interação social em ambiente agradável;	1				
12	Manutenção e conservação	Satisfação quanto à manutenção, conservação e funcionamento dos elementos presentes;	1				
		Soma de cada coluna					
		7	10	0	0	0	0
Soma das colunas divididas pelo número de critérios		17 ÷ 12					
		MÉDIA GERAL					
		1,41					
QUADRO DE REFERÊNCIA DO GRAU DE ATRATIVIDADE							
BAIXO		MÉDIO		ALTO			
1,0 – 2,66		2,67 – 4,33		4,34 – 6,0			

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 26 - nível de atratividade dos banheiros do Mercado de São José.

		ADEQUABILIDADE					
CRITÉRIO	CARACTERÍSTICAS	1	2	3	4	5	6
01	Acessibilidade física	1					
02	Sinalização/ Acessibilidade visual	1					
03	Funcionalidade do espaço	1					
04	Limpeza	1					
05	Dimensão	1					
06	Resistência/ Durabilidade	1					
07	Conforto	1					
08	Identidade e Patrimônio		2				
09	Segurança	1					
10	Infraestrutura	1					
11	Percepção/ Comportamento	1					
12	Manutenção e conservação	1					
		Soma de cada coluna					
		11	2	0	0	0	0
Soma das colunas divididas pelo número de critérios		13 ÷ 12					
		MÉDIA GERAL					
		1,08					
QUADRO DE REFERÊNCIA DO GRAU DE ATRATIVIDADE							
BAIXO		MÉDIO		ALTO			
1,0 – 2,66		2,67 – 4,33		4,34 – 6,0			

Fonte: elaborado pela autora.

A partir dessa análise foi possível identificar que o grau de atratividade dos banheiros do Mercado da Boa Vista é médio e o grau de atratividade dos banheiros do Mercado da Madalena e do Mercado de São José é baixo. Vale salientar que os banheiros do Mercado de São José só receberam nota 2 no critério de Identidade e Patrimônio pois possui uma estrutura externa antiga, histórica e com tombamento federal. Todavia, o espaço interno do banheiro tem baixa qualidade estética e não fornece senso de pertencimento e caráter local.

Entretanto, foi possível perceber que vários aspectos atrelados a atratividade estão sendo negligenciados pela gestão dos banheiros situados nos mercados públicos de Recife. Quesitos básicos como o fornecimento de fraldários, sinalização e lixeiras com tampa não estão presente nos banheiros. No momento da visita, o Mercado de São José estava com fluxo baixo de usuários e, mesmo assim, o banheiro apresentava pontos de falta de higiene e odor desagradável. Por mais despreziosa que essa tabela possa parecer, ela tem a capacidade tanto de avaliar o grau de atratividade dos banheiros públicos, como o de servir de indicativo para futuras reformas ou construção de instalações sanitárias.

8.4.3.1 Correlacionando os resultados com a RSL

Os autores da RSL abordaram alguns fatores que pode colaborar com a gestão e promoção de atratividade nos banheiros públicos. Eles exemplificam algumas indicação e requisitos, tais como: adotar tecnologias simples e acessíveis que possam ser replicadas em nível de comunidade; identificar a natureza da área local e os diferentes tipos de possíveis usuários de banheiro; garantir que o edifício corresponda as questões sociocultural do local ao redor; utilizar estratégias tradicionais de planejamento deve ser revisada e atualizada; os banheiros devem ser considerados parte integrante do planejamento da cidade; abandonar o antiquado e trazer à tona o novo; aumentar a atração do ambiente para evitar fadiga estética; e apresentar banheiros públicos não apenas como lugares de uso emergencial, mas que possuem uma própria cultura.

8.5 OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE GESTÃO DOS BANHEIROS PÚBLICOS

Através da discussão dos resultados foi possível debater o formato de gerenciamento dos banheiros situados nos mercados públicos de Recife, a partir da ótica do Design. Os

banheiros estudados apresentam diversas semelhanças em inadequações ligadas, principalmente, a higiene, dimensionamento, acessibilidade, segurança e atratividade. Segundo os gestores, muito do que deixa de ser feito para melhorias no ambiente tem relação com o vandalismo, assim como, o estado em que muitos elementos se apresentam dentro das instalações sanitárias, também tem a ver com o mau uso e o dano intencional ao patrimônio público. Dessa maneira, é possível identificar que o aspecto determinante para definição dos planos urbanos para os banheiros dos mercados e feiras do Recife, são as possíveis práticas antissociais, como o vandalismo e depredação. Todavia, alguns fatores podem contribuir para melhoria das condições de higiene, dimensionamento, acessibilidade, segurança e atratividade, e todos eles têm a ver com a implementação de um melhor plano de gestão.

De acordo com Ignarra (2013), algumas etapas podem auxiliar na formulação de um plano gestão, são elas: realização de um diagnóstico; realização de um prognóstico; estabelecimento de objetivos; escolha de estratégias; previsão de ações a serem executadas em um determinado período de tempo; e acompanhamento dos resultados. Porém, vale salientar que a gestão de banheiros públicos deve considerar etapas além das que foram propostas acima. Uma vez que, se tratanto do espaço público urbano a intenção é que se elaborem projetos que colaborem para construção de cidades para todos e não para poucos.

8.5.1 Recomendações gerais

- Inclusão de um setor responsável para tratar apenas sobre as instalações sanitárias dos mercados e feiras públicas do Recife. Uma vez que as demandas desses ambientes são amplas e diversas.
- A gestão precisa compreender a situação existente da área, identificar problemas, observar a falta ou não de instalações e estimar as tendências de demanda futura. Tanto espacial (localização geográfica) quanto temporal (padrões e picos de uso), para o fornecimento adequado de banheiros públicos.
- Para melhor formulação de um plano de gestão, é essencial prestar atenção ao cultivo da consciência dos ASGs e incentivá-los a propor opiniões sobre os banheiros e seus elementos, uma vez que eles sempre estão nesses ambientes.

- É indispensável que haja fiscais que garantam a segurança e sustentabilidade do local. Repreendendo vândalos, mantendo a ordem e garantindo que os itens de higiene pessoal estejam sendo garantidos.
- Também é importante a formulação de planos de segurança, incorporando sistemas de vigilância, câmeras e campanhas de conscientização pública sobre o sofrimento causado por projetos e equipamentos acessíveis depredados.
- As pessoas com deficiência precisam estar envolvidas no projeto de banheiros (redação e verificação de padrões, diretrizes, testes, etc.). Isso pode garantir a melhor promoção de acessibilidade.
- Os gestores urbanos devem identificar a natureza da área local e os diferentes tipos de possíveis usuários de banheiro, o que pode incluir: compradores locais, usuários de transporte, crianças em idade escolar, pessoas que visitam bares e restaurantes. Cada um desses grupos de usuários terá características diferentes em termos de idade, sexo e requisitos e essas características devem ser analisadas junto aos projetos de banheiros.
- O projeto arquitetônico e urbano de banheiros públicos deve ser feito por meio de discussões interdisciplinares sobre observações de gênero, idade e habilidade. Formas tradicionais de pesquisa não são suficientes e explorações sobre este assunto também devem incluir um contexto da perspectiva sociocultural.
- A estratégia tradicional de planejamento deve ser revisada e atualizada constantemente, os banheiros devem ser considerados parte integrante do planejamento da cidade e devem evoluir junto com a sociedade.
- Do ponto de vista do domínio sociocultural, o fornecimento e uso de banheiros podem estar ligados a práticas culturais no ambiente ao redor. Dessa maneira, os banheiros de mercado públicos devem apresentar graus alto de atratividade e corresponder ao caráter social do entorno. Seja através de cores, texturas, revestimentos ou desenhos.
- Os gestores devem sempre buscar e aplicar a opinião do usuário. Contratando profissionais com conhecimento sobre o design, uso e acesso de banheiros públicos, para garantir segurança, saúde e até experiências agradáveis no banheiro.
- Em relação a salubridade e higiene, ações estratégicas devem ser tomadas para proteger a população, a fim de conter os efeitos de qualquer pandemia. Seja fiscalizando a quantidade de pessoas que estão no espaço ao mesmo tempo, recomendando o uso de mascarás em ambiente fechados ou conscientizando a

população sobre a higienização das mãos, através de placas informativas atraentes.

- Deve-se levar em consideração o tempo de uso de homens e mulheres e distribuir, em equidade, instalações sanitárias para ambos os gêneros. Dessa maneira, duplicando ou triplicando a quantidade de cabine sanitárias femininas em comparação as masculinas.
- A gestão dos banheiros públicos deve ter uma especial atenção na seleção dos revestimentos desses ambientes. Pois além de atender a integração com a paisagem circundante, tem que possuir durabilidade, resiliência e facilidade de manutenção e limpeza.
- É importante que as instalações sanitárias possuam setores independentes para bebês e pais, ou que forneçam fraldário nos banheiros masculinos e femininos.
- A compreensão dos conceitos espaciais deve ser parte do processo de tomada de decisão para implementar as medidas necessárias para geração do conforto. A medida limitar do espaço e a densidade de usuário devem ser equilibradas. Isto é, deve-se utilizar técnicas além do básico para adaptar o dimensionamento do banheiro ao necessário.
- Deve haver sinalização nas principais vias que possa informar os usuários sobre a localização exata do banheiro público. Também é importante que utilizem mais de um idioma nas placas de sinalização (usar a placa pública que também conste o nome 'Toilet' em inglês para proporcionar comodidade aos turistas estrangeiros).
- Deve haver sinalização dentro dos banheiros informando qual é o banheiro acessível.
- Em relação a questões de acessibilidade, deve-se fornecer pavimentação tátil para deficientes visuais se aproximarem de banheiros públicos, assim como, informações táteis e/ ou de áudio para distinguir entre banheiros masculinos e femininos.
- Os banheiros públicos acessíveis não podem e não devem ser usados como depósito de materiais e, muito menos, permanecerem fechados durante o horário comercial. Esses ambientes devem ser fiscalizados com frequência garantindo a qualidade do espaço.
- É imprescindível que formule melhor o plano de higienização de banheiros. Fornecendo no horário de maior movimento, no mínimo, dois ASG para limpeza simultânea dos banheiros femininos e masculinos.
- Os banheiros também devem ser reestruturados para possuírem mais entradas e saídas para ventilação. Proporcionando a renovação constante do ar.

- Junto a limpeza frequente, principalmente no horário de pico dos mercados, a instalação de difusores de aroma pode diminuir o odor desagradável dos banheiros.
- Campanhas de contato com usuário devem ser feitas sempre, para que os gestores permaneçam cientes das reclamações, sugestões ou elogios a respeito dos banheiros. Em essencial, fornecendo o número ou e-mail da agência reguladora do ambiente, ou seja, a Csurb.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do estudo de campo e através do levantamento de dados, das entrevistas e da discussão dos resultados foi possível estabelecer algumas considerações sobre o ambiente investigado e, dessa maneira, chegar a algumas deduções. Este último capítulo tem por objetivo estabelecer as conclusões finais do trabalho, enfatizando os objetivos propostos com o intuito de avaliar se os mesmos foram alcançados. Nesta seção, são abordadas as conclusões da pesquisa acerca das características identificadas no ambiente, da aplicação da metodologia e dos resultados obtidos, além de trazer sugestões para pesquisas posteriores. Este estudo contribui para a literatura ao explorar o gerenciamento de banheiros públicos e discuti-los sob a ótica do Design, bem como sugerindo novos meios através dos quais as cidades podem promover a inclusão social, segurança e saúde.

9.1 CONCLUSÕES

As condições habituais da maioria dos banheiros públicos no Brasil são, na maioria das vezes, incômodas de alguma maneira. Percorrendo desde a salubridade até a segurança, observa-se aspectos defeituosos no plano de gerir esses espaços. Junto a isso, entende-se que o processo rápido de urbanização acelerou as formas de se construir, projetar e manter os espaços públicos no geral. O que se percebe, em sua maioria, é que os banheiros públicos urbanos já são projetados com base em futuros vandalismos, não sendo considerado fatores de atratividade ou qualidade estética. A partir disso, os usuários observam o ambiente, muitas vezes, como hostil, que não fornece sensação de pertencimento ou não representam a cultura social do entorno. Dessa maneira, alguns usuários podem evitar o uso desses espaços, enquanto outros, tendem a cometer atos antissociais. Isso ainda se intensifica quando não existe nenhum plano de segurança ou fiscalização frequente nos banheiros. Nesse contexto, compreender as facetas dessas questões e o formato que são pensadas, projetadas e geridas, é também entender como surge os principais aspectos negativos desses ambientes e como estes, podem ser melhorados.

Nesse contexto, o presente estudo procurou elucidar, através de um debate, o formato de gerenciamento dos banheiros situados nos mercados públicos de Casa Amarela, Boa Vista, Madalena, São José e Encruzilhada. Esse debate se formulou através da perspectiva do Design, que consegue explorar os campos da infraestrutura,

acessibilidade, atratividade, higiene e segurança. Com isso, se objetivou atingir três objetivos específicos através do estudo nos banheiros públicos, que foi o de identificar os aspectos determinantes para a definição dos planos urbanos, levantar as condições atuais de acessibilidade e atratividade, e propor melhorias ao plano urbanístico existente. Durante o processo de entendimento do gerenciamento desses espaços, foi possível alcançar esses objetivos, que foram esclarecidos e apresentados na discussão dos resultados.

As metodologias escolhidas para o alcance desses objetivos foram, principalmente, as entrevistas semiestruturadas com os usuários diretos e gestores urbanos, e as observações assistemáticas do ambiente. Essas metodologias possibilitaram além do entendimento do espaço, uma melhor compreensão da percepção dos principais utilizadores e como funciona o plano de gestão dos mercados e suas principais limitações e qualidades.

O percurso percorrido nesta dissertação permitiu demonstrar duas visões sobre a relação proposta gestores-ambiente-usuários. Apresentam-se em um relacionamento recíproco de culpabilização ao outro. Onde os gestores, de certa forma, culpabilizam os atos de vandalismo feitos pela população e os usuários criticam os gestores pela má administração. Enquanto isso o ambiente permanece, em algumas características, inadequado na visão de ambos, porém, por influências diferentes.

Todavia, através das observações assistemáticas foi possível compreender diferentes percepções sobre os mercados públicos e seus banheiros. Quer fosse pelas questões sociais e culturais que divergente entre a maioria dos utilizadores (classe econômica, idade, preferências e objetivo da visita ao mercado) ou política, uma vez que existe uma grande hierarquia de comando para os banheiros públicos, que em análise geral, pode estar desde a Prefeitura da Cidade até os ASGs dos mercados.

A fundamentação teórica colaborou em todas as análises, principalmente em relação a saúde pública, fatores urbanísticos relevantes e aspectos necessários no ambiente construído. Até o momento final desta pesquisa, considerou-se que os mercados públicos têm grande impacto na cidade. Seus principais tipos de comércios se alteraram ao longo dos tempos, mas de uma forma ou de outra o mercado continua se adaptando aos gostos sociais. Em algum período ou horário da semana os mercados estarão cheios, preenchidos por diversidade cultural e percepções próprias.

Através de novas mudanças de hábitos e tomadas consciência, é provável que em algum momento a questão de salubridade se torne tão indispensável que vai ser o aspecto primordial para a utilização dos espaços. Nesse sentido, é indispensável que considerem diversas requalificações no interior do mercado, no intuito de se obter um equipamento higiênico, confortável e refuncionalizado aos usuários. Uma vez que a não intervenção no equipamento pode começar a impactar diretamente a frequência da população, portanto, o rendimento dos permissionários. Uma das intenções da presente pesquisa é que as requalificações sejam conduzidas de forma equilibrada, na tentativa de suprir as expectativas de novos clientes e as solicitações dos antigos frequentadores do local.

A presente pesquisa propõe refuncionalizações ao projeto de gestão dos banheiros situados nos mercados públicos do Recife. Apresentando fatores que podem elevar esses locais a patamares de harmonia ente o entorno e seus usuários. Mesmo não se tratando de um estudo estatístico, essa dissertação compreende que a maiorias das instalações sanitárias públicas do Brasil necessita de uma somatória de esforços para um mapeamento do estado atual e requalificação dos banheiros. Esse fator serviu como motivador para que a presente pesquisa realizasse um aprofundamento nas políticas públicas adotadas pelos gestores dos banheiros e suas repercussões.

Entretanto, houve pontos nessa pesquisa que precisariam ser melhorados através de estudos contínuos que complementem essa dissertação. Por conseguinte, para criar tabelas estatísticas e elevar a presente pesquisa a uma possibilidade de generalização de resultados, seria necessário ter feito uma análise do gerenciamento de outras cidades, possibilitando a comparação entre banheiros situados em mercados de diversos municípios. Outra questão foram as perguntas com os usuários que poderiam ter se aprofundado em mais fatores positivos e negativos do ambiente. Junto a isso, o aumento dos números de entrevistados de usuários diretos e a indicação que a tabela do grau de atratividade fossem respondidas pelos próprios usuários, poderia agregar mais pontos relevantes ao presente estudos. Dessa maneira, percebe-se que é indispensável a continuidade e aprofundamento de estudos na área de políticas públicas e Design, como forma de compreender e permitir apontar melhorias significativas a gestão de banheiros públicos.

9.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

As sugestões de estudos futuros se baseiam nos aspectos que podem servir para complementar a presente pesquisa, ao mesmo tempo que adicionará mais conjunto de referências acerca do formato de gestão de banheiros públicos e como estes podem melhorar. Principalmente no que tange os aspectos de segurança, atratividade, acessibilidade e higiene.

- Um estudo que foque na visitação dos mercados em diferentes épocas do ano, para observar os fatores climáticos no ambiente, pico de movimentação de usuários e estados dos banheiros. Dessa maneira, identificando formatos de gestão que podem ser aplicados compatível com cada época do ano.
- Em relação a discussão dos resultados sobre o mesmo tema, algumas pesquisas poderiam fazer uso de mais ferramentas e instrumentos que auxiliem na avaliação do banheiro público sob ótica do Design, para que a lista de recomendação seja conformada com mais adequação.
- Seria importante estudos que investigassem a administração da segurança aplicadas a espaços públicos, principalmente a mercado e feiras. Provavelmente, estaria ligado à Secretaria de Segurança Cidadã do Recife e não a Secretaria de Política Urbana e Licenciamento (como foi o caso da presente pesquisa).
- Estudos que tratem sobre novas ferramentas para verificar a atratividade em ambientes construídos públicos também se mostram significativos para o aprimoramento da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABNT - **NBR 10152**: níveis de ruído para conforto acústico. Rio de Janeiro, 2000.
- ABNT - **NBR 14518**: sistemas de ventilação para cozinhas profissionais. São Paulo, 2000.
- ABNT - NBR. 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.
- ABNT - **NHO-11** - Norma de Higiene Ocupacional no 11: Procedimento Técnico - Avaliação dos níveis de iluminação em ambientes internos de trabalho. FUNDACENTRO, Rio de Janeiro, 2018.
- ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9283: **Mobiliário Urbano**. Rio de Janeiro, 1986.
- ABRASPE – Associação Brasileira de Pedestres. **O pedestre – 13 condições para torná-lo feliz**. São Paulo, 2000.
- AFACAN, Y.; GUREL, M. O. 'Public Toilets: An Exploratory Study on the Demands, Needs, and Expectations in Turkey', **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 42(2), pp. 242–262, 2015.
- AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Agenda Política**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015.
- ALMEIDA, N. Políticas públicas, cidade e intersectorialidade. **RevistAleph**, n (13), 2010.
- ALOMÁ, P. O Espaço Público, esse protagonista da cidade. **Plataforma Urbana**, Chile, 14 de nov. de 2013. Disponível em: <https://www.plataformaurbana.cl/archive/2013/11/14/el-espacio-publico-ese-protagonista-de-la-ciudad/?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br> Acesso em: 25 de abr. de 2022.
- ANDERSON, M.; *et al.* How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic?. **The Lancet**. England, vol. 395, 2020.
- ASSCHE, K.; BEUNEN, R.; DUINEVELD, M.; JONG, H. Co-evoluções de planejamento e design: riscos e benefícios das perspectivas de design em sistemas de planejamento. **Teoria do planejamento**, n. 12 (2), p. 177–98, 2013.
- BARNETT, A. *et al.* Neighbourhood environment, sitting time and motorised transport in older adults: a cross-sectional study in Hong Kong. **BMJ open**, v. 5, n. 4, 2015.
- BARTOLI, S.; AGUZZI, L.; TARRICONE, R. Impact on quality of life of urinary incontinence and overactive bladder: a systematic literature review. **Urology**, v.75(3), 2010.
- BECK, H. Linking the quality of public spaces to quality of life. **Journal of Place Management and Development**, n. 240–248, 2009.
- BÉLANGER, M. **Introduction à l'architecture mondiale de l'habitat**, Paris: Archives contemporaines, 2009.

BENTLEY, L. et al. **Responsive environments: a manual for designers**. Elsevier, USA, 1985.

BERG, R. How Will COVID-19 Affect Urban Planning?. Urban Development. **The City Fix**, 10 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://wribrasil.org.br/pt/blog/2020/04/planejamento-urbano-e-epidemias-os-efeitos-da-covid-19-na-gestao-urbana>> Acesso em: 23 de abr. de 2022

BEZERRA, E. **Mercados Públicos do Recife/PE: história e gastronomia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gastronomia) - Departamento de Tecnologia Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

BICHARD, J.; KNIGHT, G. Improving public services through open data: public toilets. **Municipal Engineer**, v. 165, 2012.

BIRKLAND, T.A. Introducing the policy process In: BIRKLAND, T. **An introduction to the policy process: Theories, concepts, and models of public policy making**. Routledge, p. 3-24, 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da Federação com data de referência**. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/POP2021_20220419.pdf> Acesso em: 25 de abr. de 2022.

BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.285, de 13 de maio de 2019**: Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilização, em eventos públicos e privados, de banheiros químicos acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus**. Brasília (DF): 2020a. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus>> Acesso em: 10 de ago. de 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portal do COVID-19**. Brasília: 2020b. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em: 10 de ago. de 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº. 454**. Estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19). Diário Oficial da União. Brasília (DF), 2020c. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>> Acesso em: 10 de ago. de 2020

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 17 - Ergonomia**. Brasília: 2007.

BRASIL. Turismo tem faturamento recorde. **Governo Federal**, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2019/10/turismo-tem-faturamento->

recorde-de-r-136-7-bilhoes-em-2019#:~:text=O%20setor%20do%20Turismo%20no,registrado%20nos%20%C3%BAltimos%20quatro%20anos.> Acesso em: 09 de mar. de 2022.

BRENNER, N. Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal?. **E-metropolis**, n. 27(27), v. 6-18, 2016.

BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. **Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City**. Routledge: Abingdon, 2012.

BROOKS, S.; *et al.* The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet**, v. 395(10227), p. 912-920, 2020.

BUCCI, M.P.D. **O conceito de política pública em direito**. In: BUCCI (org) *políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, pp.1-47, 2006.

BURTON, E.; MITCHELL, L. **Inclusive Urban Design: Streets for Life**. Architectural Press: Oxford, 2006.

BUTANTAN. Início do Século XX: o Butantan e o combate à epidemia de peste bubônica. **Instituto Butantan**, 2020. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/noticias/inicio-do-seculo-xx-o-butantan-e-o-combate-a-epidemia-de-pestes-bubonica>> Acesso em: 25 abr. 2022.

CABRAL, T. O mercado público e seu novo perfil. **Folha de Pernambuco**, 30 de mar. 2018. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/o-mercado-publico-e-seu-novo-perfil/63705/>> Acesso em: 10 de abr. de 2022

CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2007.

CAO, Y.; HANG, C. K.; FUNG, J. C. Using walk-along interviews to identify environmental factors influencing older adults' out-of-home behaviors in a high-rise, high-density neighborhood. **International journal of environmental research and public health**, v. 16, n. 21, p. 4251, 2019.

CAPELLA, A. **Formulação de Políticas Públicas**. (Coleção Governo e Políticas Públicas). Brasília, DF: ENAP, 2018.

CARDOSO, R. Design para um mundo complexo. São Paulo: Ubu Editora, 2016

CARR, K.; WEIR, P.; AZAR, D.; AZAR, N. Universal design: A step toward successful aging. **Journal of Aging Research**, 2013.

CAVALCANTI, R. **A gestão pública urbana na feira livre de Casa Amarela, Recife/PE**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento urbano. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015

CDC. Coronavirus Disease 2019 (COVID-19). **Symptoms of Coronavirus**. EUA: Centers for Disease Control and Prevention, 2020. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/symptoms-testing/symptoms.html>> Acesso em: 08 de ago. de 2020

CENTER FOR UNIVERSAL DESIGN. **The principles of universal design**, 1997. Disponível em: <archsd.gov.hk/archsd/html/ua2/2_3.html> Acesso em: 27 de fev. 2020.

COLOMBO, M. **O papel dos governos locais na oferta de banheiros públicos: o caso da cidade de são paulo**. Dissertação (Mestrado em Administração). Fundação Getúlio Vargas. Escola de administração de empresas de São Paulo, São Paulo, 2022.

COMPARATO, F. K. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. **Revista dos Tribunais**, v. 737, p. 11-22, 1997.

COSTA FILHO, Lourival Lopes. **Discussão sobre a Definição Dimensional em Apartamentos: Contribuição à Ergonomia do Ambiente Construído**. 2005. 138f. Dissertação (Mestrado em Design), Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

COSTA, A.; CAMPOS, F.; VILLAROUCO, V. Overview of ergonomics built environemnt. **Work**, 2012.

CRUZ, T. Você sabe a diferença entre planejamento urbano e desenho urbano?. Urbanismo. **VivaDecora**, 2018. Disponível em: <<https://www.vivadecora.com.br/pro/desenho-urbano/>> Acesso em: 25 de abr. de 2022.

DA VINCI PROJETOS E OBRAS. A Arquitetura de Leonardo da Vinci. **Leonardo Da Vinci Projetos e Obras**, 2011. Disponível em: <<http://davinciprojetoseobras.blogspot.com/2011/08/arquitetura-de-leonardo-da-vinci.html>> Acesso em: 24 abr. 2022.

DAHIYA, R., SINGH, G., YADAV, N. Performance improvement strategies for public sanitation infrastructure in Haridwar: a case of public toilets. **International Journal of Civil Engineering and Technology (IJCIET)**, v.9, n.9, p. 1687–1700, 2018.

DAVEY, H.; IMMS, C.; FOSSEY, E. "Our child's significant disability shapes our lives": experiences of family social participation. **Disability and rehabilitation**, v. 37, n. 24, p. 2264-2271, 2015.

DE MORAES, D. **Análise do design brasileiro: entre mimese e mestiçagem**. São Paulo: Editora Blucher, 2006.

DEL PRIORE, M. Apresentação. In: E. Bueno (Org.). **Passado a limpo: história da higiene pessoal no Brasil**. São Paulo: Gabarito de Marketing Editorial, 2007.

DELABRIDA, Z.N.C. **O cuidado consigo e o cuidado com o ambiente físico: Estudos sobre o uso do banheiro público**. Tese de doutorado do Programa de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Mercado de São José será requalificado e transformado em polo de atração cultural. Urbanismo. **Diário de Pernambuco**, 28 de jul. de 2018. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/07/mercado-de-sao-jose-sera-requalificado-e-transformado-em-polo-de-atrac.html>> Acesso em: 20 de abr. de 2022

DIÁRIO OFICIAL DO RECIFE. **ANO L Nº 011**, de 23 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://dome.recife.pe.gov.br/upload_dome/DO_011_edicao_23_01_2021B-assinado.pdf> Acesso em: 22 de jun. 2020.

DIETZ, L.; et al. 2019 Novel coronavirus (CoviD-19) pandemic: Built environment considerations to reduce transmission. **ASM Journals**. mSystems, v.5, 2020.

DO AMARAL, M.F. **O direito sanitário no Brasil: um panorama do ensino especializado e sua práxis restrita**. Cadernos Ibero-americanos de direito sanitário, v. 4, n. 4, p. 105-122, 2015.

DUNCAN, R. Universal Design for the 21st Century: Irish & International Perspectives. **Inaugural Conference: "Universal Design for the 21st century: Irish & International Perspectives"**, 2007. Disponível em: <[http://universaldesign.ie/Conferences/2007-Inaugural-Conference-Universal-Design-for-the-21st-century-Irish-International-Perspectives-/](http://universaldesign.ie/Conferences/2007-Inaugural-Conference-Universal-Design-for-the-21st-century-Irish-International-Perspectives-/Universal-Design-for-the-21st-Century-Irish-International-Perspectives/)> Acesso em: 03 de mar. 2020.

ENSP. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. **Fiocruz**, 2013. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/visa/?q=node/3029>> Acesso em: 24 de jun de 2022.

EUROPEAN INSTITUTE FOR DESIGN AND DISABILITY. **Declaration, EIDD Stockholm**, 2004. Disponível em: <http://dfaeurope.eu/wp-content/uploads/2014/05/stockholm-declaration_english.pdf/> Acesso em: 03 de mar. 2020.

FABIANI, D. et al. Avaliação da atratividade de espaços públicos requalificados para o lazer com base na percepção e comportamento dos usuários. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**, v. 15, n. 5, p. 273-286, 2019.

FABIANI, D. et al. Requalificação urbana: análise da atratividade dos elementos físicos construídos e naturais em espaços públicos de lazer na cidade de Passo Fundo/RS. **Cadernos PROARQ.**, Nº 31. 2018.

FAKTOR, A. et al. Access and exclusion. **Journal of Human Security**, v. 7, n. 3, p. 10, 2011.

FARAGE, M.; MILLER, K.; AJAYI, F.; HUTCHINS, D. Design principles to accommodate older adults. **Global Journal of Health Science**, v. 4(2), p. 2-25, 2012.

FERGUSON, N.; et al. Report 9: impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID19 mortality and healthcare demand. **Imperial College COVID-19 Response Team**, 2020.

FERREIRA, E.; FOLHA, O.; TOBIAS, M. Avaliação da percepção sobre o ambiente de circulação: a acessibilidade centrada no usuário. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 21, 2013.

FLEURY, M.; WERLANG, S. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **Anuário de Pesquisa GVPesquisa**, 2017.

GALVÃO; T. F.; PANSANI; T. de S. A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v.24, n.2, 2015.

GARCIA, L.; DUARTE, E. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, 2020.

GASPARETO JUNIOR, A. Saúde Pública. **InfoEscola**, 2012. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/saude/saude-publica/>> Acesso em: 20 de abr. de 2022

GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. Trad. de Anita Di Marco. 3 ed. São Paulo – SP: Perspectiva, 2015.

GENET, B., et al. A model public toilet service in an urban context that improves management and income for the urban poor: Field action report. **Ethiopian Journal of Health Development**, v. 34(2), p. 42–48, 2020.

GOBBI, L. Urbanização Brasileira. Educação-Geografia. **O Globo**, Jacarepaguá, 07 de nov. de 2015. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html>>_Acesso em: 25 de abr. de 2022.

GODOY, S. A Economia Política da Limpeza Urbana em São Paulo. Novos Estudos **CEBRAP**, 2016.

GODOY, S. **Muito além da lata de lixo: a construção da política pública e a organização do mercado de limpeza urbana no município de São Paulo**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GOMES, J. **Um mercado na Encruzilhada**: as transformações e permanências de um antigo equipamento comercial frente às urgências do século XXI. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

GÖREN, B; BERKÖZ, L. Accessibility of Transfer Centers with Different Transportation Modes for Disabled Individuals. **A | Z ITU Journal of Faculty of Architecture**, v. 15, 2018.

GREED, C. **Inclusive urban design**. Routledge, 2003.

GREED, C. Planning for women and other disenabled groups. **Environment and Planning A**, v. 28, 1996.

GREED, C. Taking women's bodily functions into account in urban planning and policy: Public toilets and menstruation. **Town Planning Review**, v. 87(5), p. 505-524, 2016.

GREED, C. The role of the public toilet: pathogen transmitter or health facilitator? **Building Services Engineering Research and Technology**, v. 27(2), 2006.

GRIMA, P.; et al. Service points in public toilets to minimize and balance the waiting times for women and men. **Informes de la Construcción**, v. 69(546), p. 191, 2017.

HAO, L.; XIAO, Z. Study on Applying Ideas of Urban Management in Urban Design. **Advanced Materials Research**, 2011.

HAQ, S.; Urban green spaces and an integrative approach to sustainable environment. **J. Environ Protect**, v. 2(5), p. 601-608, 2011.

HAWKING, S. **United Nations Development Programme: Human Development Reports**, 2014. Disponível em: <hdr.undp.org/en/content/disability-and-vulnerability/> Acesso em: 2 de Fev. 2020.

HEEMANN, J.; SANTIAGO, P. Guia do Espaço Público para Inspirar e Transformar. **Mountain View**, 2015. Disponível em: <<http://www.placemaking.org.br/home/wp-content/uploads/2015/03/Guia-do-Espa%C3%A7o-P%C3%ABlico1.pdf>> Acesso em: 10 de abr. de 2022.

HOSSFELD, C. 2 de fevereiro de 1852. **DW Made for Minds**, 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1852-aberto-o-primeiro-banheiro-p%C3%ABlico-do-mundo/a-423617>> Acesso em: 22 de abr. de 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**. Rio de Janeiro, 2012.

IGNARRA, L. **Fundamentos do turismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: SENAC, 2013.

JAGLARZ, A. Public Toilets: Determinant of the Progress of Civilization and Consciousness of Societies or a Necessary Evil?. **International Conference on Human Factors in Architecture, Sustainable Urban Planning and Infrastructure**, v. 966, 2019.

JAGLARZ, A. Public Toilets: Determinant of the Progress of Civilization and Consciousness of Societies or a Necessary Evil?. International Conference on Human Factors in Architecture, **Sustainable Urban Planning and Infrastructure**, v. 966, 2019.

JMIBATHROOMS. The History of Bathrooms and Toilets. **JMI Bathrooms and Kitchens**, England, 2022. Disponível em: <<https://www.jmibathrooms.co.uk/the-history-of-bathrooms-and-toilets/>> Acesso em: 25 de abr. de 2022.

LAM, S.; NGUYEN-VIET, H.; TUYET-HANH, T.; NGUYEN-MAI, H.; HARPER, S. Evidence for public health risks of wastewater and excreta management practices in Southeast Asia: a scoping review. **Int J Environ Res Public Health**, 2015.

LEITE, M. **A NBR 9050 e o Design Universal: um estudo sobre o banheiro**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

LIBERATI, A.; et al. The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: explanation and elaboration. **PLoS Med**, v. 6, n. 7, 2009.

LIMA, H. et al. Análise da presença de microrganismos em superfícies distintas da Faculdade São Paulo de Rolim de Moura. **Ver. Saberes, Rolim de Moura**, v. 4(1), p. 45-53, 2016.

LIMA, L.; D'ASCENZI, L. **Políticas Públicas, Gestão Urbana e Desenvolvimento Local**. Capítulo 1. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

LIMA, S.; LOPES, W.; FAÇANHA, A. Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.

LINS, M. **Mercados do Recife**. Recife: Marcelo Lins, 2007.

LONDE, P.; MENDES, P. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, [S. l.], v. 10, n. 18, p. 264–272, 2014.

LONDRES. National Design Guide. Planning practice guidance for beautiful, enduring and successful places. **Ministry of Housing, Communities & Local Governmente, London, 2021**. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/962113/National_design_guide.pdf> Acesso em: 25 de abr. de 2022.

LOPES, A. Geografia Urbana, **Educa Mais Brasil**, 27 de nov. de 2018. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/geografia-urbana>> Acesso em: 22 de abr. de 2022.

LOPES, R.; VASCONCELOS, L. Considerações sobre os Mercados Públicos: relação de sociabilidade e vitalidade urbana nas cidades. **III Colóquio [inter] nacional CinCci**, 2015. Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/3_cincci/032-ricardo-lobes.pdf> Acesso em: 09 de abr. de 2022

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo – SP: Martins Fontes, 1997.

MALDINE. G. Falta de higiene básica ameaça saúde. **Faculdade de Medicina – UFMG**, 2019. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/falta-de-saneamento-basico-prejudica-diferentes-tipos-de-higiene/>> Acesso em: 24 abr. 2022.

MAMEE W.; SAHACHAISAREE N. Public toilet design criteria for users with walking disability in conjunction of universal design paradigm. **Procedia Social and Behavioral Sciences**, v. 5, p. 1246-1250, 2010.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 6ªEd. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTOSENJOYO, T.; et al. Public Toilets, Stink and Power, **The Asia Pacific Journal of Anthropology**, v. 21:3, p.229-247, 2020.

MASTROMAURO, G. Alguns aspectos da saúde pública e do urbanismo higienista em São Paulo no final do século XIX. **Cadernos De História Da Ciência**, n. 6(2), p. 45-63, 2010.

MDIG. Os perigos de utilizar os banheiros públicos na antiga Roma. **Mdig**, Saint Louis-EUA, 21 de ago, de 2013. Disponível em: <<https://www.mdig.com.br/index.php?itemid=29210>> Acesso em: 25 de abr. de 2022.

MEGAHEDA, N.; GHONEIM, E. Antivirus-built environment: Lessons learned from Covid-19 pandemic. **Sustainable Cities and Society**, v. 61, 2020.

MENDONÇA, T.; BARROS, B. Acessibilidade e edificações públicas: análise do banheiro público de uma das maiores feiras ao ar livre do Brasil. In: **Tecnologia Assistiva: Estudos**. 1. ed. São Paulo: Canal 6, 2021.

MHCLGN. **National Design Guide: Planning practice guidance for beautiful, enduring and successful places**. Ministry of Housing, Communities and Local Government. Disponível em: <www.gov.uk/mhclg>. Acesso em outubro de 2019.

MINAYO, M.C.S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: Romeu Gomes, S.F.D.; Minayo, M.C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

MINNAERT, A.; FREITAS, M. Práticas de higiene em uma feira livre da cidade de Salvador (BA). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.1607-1614, 2010.

MONT'ALVÃO, C.; VILLAROUÇO, V. **Um novo olhar para o projeto: a ergonomia no ambiente construído**. FAPERJ, 2AB, Teresópolis, RJ. 2011.

MOREIRA, F. **Por uma política pública a partir do público da política**: um estudo sobre banheiros na orla da lagoa da pampulha sob a perspectiva dos direitos humanos. Dissertação (Mestrado em Design). Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

MOURA, R.; BARRETO FILHO, B. Políticas públicas para a promoção do desenvolvimento sustentável na cidade de Rafael Fernandes-RN. **Revista Geotemas**, n. 7(2), p. 17-44, 2017.

MULLER, P.; SUREL, Y. **Análise de Políticas Públicas**. Pelotas: UFP, 2002.

MULLIGAN, H.; HALE L.; WHITEHEAD, C.; BAXTER, D. Barriers to Physical Activity for People with Long-Term Neurological Conditions: A Review Study. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 29, 2012.

MUMFORD, L. **A cidade na história; suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 3.ed.,1991.

MUSEU DA CASA BRASILEIRA. Os Segredos dos Códigos de Leonardo Da Vinci. **Museu da casa brasileira**, Brasil, 18 de mai. de 2008. Disponível em: <<https://mcb.org.br/pt/programacao/exposicoes/os-segredos-dos-codigos-de-leonardo-da-vinci/>> Acesso em: 24 abr. 2022.

NEGA, W., HUNIE, Y., TENAW, M. et al. Demand-Driven suitable sites for public toilets: a case study for GIS-Based site selection in Debre Markos Town, Ethiopia. **GeoJournal**, 2021.

NOVO, B.; MACEDO JÚNIOR, A; PINHEIRO, V. Os desafios da vigilância sanitária e a qualidade na saúde pública. **Revista Jus Navigandi**, 2019.

ON THIS DAY. Historical Events on February. **On This Day**, 2022. Disponível em: <<https://www.onthisday.com/events/february/2>> Acesso em: 22 de abr. de 2022.

PARK, Y. S.; BLISS, D. Z. Availability of Public Toilets in Parks and Recreational Sites in Selected US Cities. **Journal of Wound Ostomy & Continence Nursing**, v. 46, n. 3, p. 235-239, 2019.

PAULILLO, C. **Corpo, casa e cidade**: três escalas da higiene na consolidação do banheiro nas moradias paulistanas (1893-1929). Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Design e Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PEREIRA, M. Some aspects of the sanitary issue of the cities in Portugal and Portuguese colonies: from the medieval olfactory arts to the rising of an Illuminist science of the salubrity. **Topoi**, v. 6, n. 10, 2005.

PÉREZ-DELHOYO, R.; ANDÚJAR-MONTOYA, D.; MORA, H.; GILART-IGLESIAS, V. Unexpected consequences in the operation of urban environments. **International Journal of Sustainable Development and Planning**, 2018.

PERNAMBUCO. **Decreto Nº 20.786**, de 10 de agosto de 1998. Disponível em: <<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=20786&complemento=0&ano=1998&tipo=&url=>> Acesso em: 22 de jun. 2020.

PERNAMBUCO. **Lei Estadual, nº 16.543, de 9 de janeiro de 2019**. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=41553>> Acesso em: 23 de jun de 2022.

PERNAMBUCO. **LEI Nº 14.286**, de 18 de abril de 2011. Alepe Legis. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=2882&tipo=/>> Acesso em: 27 de fev. 2020

PERNAMBUCO. **LEI Nº 16.436**, de 24 de outubro de 2018. Alepe Legis. Disponível em: <<https://legis.alepe.pe.gov.br/Paginas/texto.aspx?id=40619&tipo=/>> Acesso em: 27 de fev. 2020

PERNAMBUCO. **LEI Nº 16.792**, de 27 de dezembro de 2019. Alepe Legis. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/Paginas/texto.aspx?id=48620&tipo=/>> Acesso em: 27 de fev. 2020

PETERS, B.G. What is public policy? In: PETERS, B. **American public policy**. Chatham, NJ: Chatham House, p. 20-34, 2015.

PINHEIRO, M.; et al. "COVID-19 Could Leverage a Sustainable Built Environment". **Sustainability**, 2020.

PINTO, F. **A cidade ideal no quattrocento**: uma análise da Laudatio florentinae urbis, de Leonardo Bruni. In: PINTO, F.M., and BENEVENUTO, F., comps. Filosofia, política e cosmologia: ensaios sobre o renascimento [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017.

PIZZATO, G. **Design e Emoção na Utilização do Mobiliário Urbano em Espaços Públicos**. Orientadora: Prof. Dr. L. B. de M. Guimarães. Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

PORTO, N. **Estudo comparativo entre instituições de longa permanência para idosos na cidade do Recife sob foco da ergonomia do ambiente construído**. 2015. Dissertação de Mestrado (Mestre em Design) – Programa de Pós-Graduação em Design. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

PPS. About Market Cities. **Project for Public Spaces**. 2022b. Disponível em: <<https://www.marketcities.org/about>> Acesso em: 10 de abr. de 2022.

PPS. Great public spaces strengthen communities. **Project for Public Spaces**. 2022a. Disponível em: <<https://www.pps.org/about>> Acesso em: 10 de abr. de 2022.

PPS. Seven Principles for Becoming a Market City. **Project for Public Spaces**, 30 de out. de 2020. Disponível em: <<https://www.pps.org/article/seven-principles-for-becoming-a-market-city>> Acesso em: 08 de abr. de 2022

PPS. What Makes a Place Great. **Project for Public Spaces**, 2005. Disponível em: <<https://www.pps.org/article/august2005whatmakesplacegreat>> Acesso em: 10 de abr. de 2022.

PREFEITURA DE RECIFE. **Secretária de Segurança Cidadã**, março de 2021. Disponível em: <<https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/secretaria-de-seguranca-cidada>> Acesso em: 25 de jun de 2022.

PREFEITURA DO RECIFE. **Mercados**. 2022. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/mercados-0>> Acesso em: 25 abr. 2022.

PREFEITURA DO RECIFE. **Novos banheiros do Mercado da Encruzilhada começam a ser entregues à população**. Recife, 4 de out. 2018. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/node/287839/>> Acesso em: 27 de fev. 2020

PRISMA. Transparent reporting of Systematic Reviews and Meta-Analyses. **Protocols**. 2015. Disponível em: <<http://www.prisma-statement.org/Protocols/>> Acesso em: 22 de mar. de 2021

QUALLS, N.; *et al.* Community Mitigation Guidelines to Prevent Pandemic Influenza — United States, 2017. MMWR. **Recommendations and reports**: Morbidity and mortality weekly report. vol. 66, 2017.

RECIFE. **Lei Municipal Nº 14.800**, de 31 de outubro de 1985. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1985/1480/14800/lei-ordinaria-n-14800-1985-autoriza-o-executivo-a-construir-banheiros-e-sanitarios-publicos-nas-praias-do-recife-e-da-outras-providencias?q=Banheiro%20P%FAblico/>> Acesso em: 27 de fev. 2020

RECIFE. **Lei Municipal Nº 17.270/2006**, 17 de novembro de 2006. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2006/1727/17270/lei-ordinaria-n-17270-2006-estabelece-a-obrigatoriedade-para-os-banheiros-destinados-ao-publico-em-geral-localizados-na-cidade-do-recife-de-afixarem-em-local-visivel-e-com-destaque-advertencia-sobre-o-uso-seguro-dos-sanitarios?q=Banheiro%20P%FAblico/>> Acesso em: 27 de fev. 2020

RECIFE. **Lei Municipal Nº 17.835/2012**, de 9 de novembro de 2012. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2012/1784/17835/lei-ordinaria-n-17835-2012-dispoe-sobre-a-instalacao-de-banheiros-publicos-nas-estacoes-de-metro-do-recife?q=Banheiro%20P%FAblico/>> Acesso em: 27 de fev. 2020

RECIFE. **Lei Municipal Nº 18.773/2020**, de 12 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2020/1877/18773/lei-ordinaria-n-18773-2020-promove-a-reestruturacao-da-administracao-direta-e-indireta-do-municipio-do-recife-extingue-e-transforma-cargos-comissionados-e-funcoes-gratificadas-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 22 de jun. 2020.

RECIFE. **Lei municipal nº 18.890, de 05 de janeiro de 2022**. Dispõe sobre a administração e o funcionamento dos mercados públicos e seus anexos, pátios de feira, feiras livres, praças de alimentação e outros equipamentos diversos de promoção de comércio popular do Município do Recife. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2022/1889/18890/lei-ordinaria-n-18890-2022-dispoe-sobre-a-administracao-e-o-funcionamento-dos-mercados-publicos-e-seus-anexos-patios-de-feira-feiras-livres-pracas-de-alimentacao-e-outras-equipamentos-diversos-de-promocao-de-comercio-popular-do-municipio-do-recife?q=espa%C3%A7os+publicos>> Acesso em: 23 de abr. de 2022

RECIFE. **Lei Municipal Nº 2112**, de 12 de março de 1953. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1953/212/2112/lei-ordinaria-n-2112-1953-autoriza-construcao-de-lavadouro-e-banheiro-publicos-nas-margens-do-acude-de-apipucos?q=Banheiro+P%C3%ABAblico/>> Acesso em: 27 de fev. 2020

RECIFE. **Lei Municipal Nº 2607**, de 23 de novembro de 1953. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1953/261/2607/lei-ordinaria-n-2607-1953-autoriza-construcao-de-lavadouros-e-banheiros-publicos-em-fundao-de-dentro?q=Banheiro+P%C3%ABAblico/>> Acesso em: 27 de fev. 2020

RECIFE. **Lei Municipal Nº 2615**, de 24 de novembro de 1953. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1953/262/2615/lei-ordinaria-n-2615-1953-autoriza-construcao-de-chafariz-banheiros-e-lavadouros-no-local-que-especifica?q=Banheiro+P%C3%ABAblico/>> Acesso em: 27 de fev. 2020

RECIFE. **Lei Municipal Nº 2646**, de 3 de dezembro de 1953. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1953/265/2646/lei-ordinaria-n-2646-1953-autoriza-construcao-de-chafariz-banheiros-e-lavanderias-em-casa-amarela?q=Banheiro+P%C3%ABAblico/>> Acesso em: 27 de fev. 2020

RECIFE. **Lei Municipal Nº 2687**, de 7 de dezembro de 1953. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1953/269/2687/lei-ordinaria-n-2687-1953-autoriza-construcao-de-lavadouros-e-banheiros-publicos?q=Banheiro%20P%FABlico/>> Acesso em: 27 de fev. 2020

RECIFE. **Lei Municipal Nº 4358**, de 18 de julho de 1956. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1956/436/4358/lei-ordinaria-n-4358-1956-autoriza-construcao-de-chafariz-e-banheiros-publicos-no-alto-de-santa-teresinha-em-casa-amarela?q=Banheiro%20P%FABlico/>> Acesso em: 27 de fev. 2020

RECIFE. **Lei Municipal, Nº 16.292/97**, de 29 de janeiro de 1997. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/codigo-de-edificacoes-recife-pe-2017-03-29-versao-consolidada>> Acesso em: 23 de jun de 2022.

RECIFE. **Lei Municipal, Nº 18.291/2016**, de 30 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/2016/1830/18291/lei-ordinaria-n-18291-2016-dispoe-sobre-a-adequacao-da-estrutura-da-administracao-direta-e-indireta-do-municipio-do-recife-as-novas-diretrizes-administrativas?q=Lei+18.291%2F2016>> Acesso em: 23 de jun de 2022

RECIFE. Projeto Viva o Mercado tem início neste sábado (21) no Mercado da Encruzilhada. Secretaria de Política Urbana e Licenciamento Pesquisa no site. **Prefeitura de Recife**, 20 de out. de 2017. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/20/10/2017/projeto-viva-o-mercado-tem-inicio-neste-sabado-21-no-mercado-da-encruzilhada>> Acesso em: 09 de abr. de 2022

REDDY, Y. M., RAGHAVAN, S. AND VEDALA, S. C. 'A Narrative Exposition on Public Toilet Usage by Women: A Study from Warangal', **Indian Journal of Gender Studies**, v. 26(1-2), pp. 108-137, 2019.

REIS, A.; BIAVATTI, C.; PEREIRA, M. Composição arquitetônica e qualidade estética. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 191-213, 2014.

RICE, L. After Covid-19: urban design as spatial medicine. **URBAN DESIGN International**, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Portaria SES Nº 303/2020**, de 10 de maio de 2020. Disponível em: <<https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202005/14120820-303.pdf>> Acesso em: 22 de jun. 2020.

SALES, V. A estética, a arquitetura e o ambiente. **Web artigos**, 2021. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-estetica-a-arquitetura-e-o-ambiente/168183>> Acesso em: 26 de abr. de 2022

SALMEN, J. **Accessibility Codes and Standards: Challenges For Universal Design**. McGraw Hill: USA, 2001.

SANT'ANNA. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SANTOS, S. Incontinência urinária aos esforços em idosas: elaboração de um guia educativo para o autocuidado. Dissertação de mestrado (Pós-Graduação em Enfermagem) - **Setor de Ciências da Saúde**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SARMENTO, T.; VILLAROUÇO, V. Projetar o ambiente construído com base em princípios ergonômicos. Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído. **Revista da Antac**, v. 20 n. 3, 2020.

SCALCON, B. **Atratividade urbana e mobilidade pedonal: o caso de Parma**. Dissertação (Mestre em engenharia civil). Especialização em planejamento e projeto urbano. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2019.

SCHRECK, J. et al. Aerosol generation in public restrooms. **Physics of Fluids**. N. 33, 2021.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SGARBOSSA, G. O papel dos espaços públicos centrais para o desenvolvimento urbano sustentável. **Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, p. 2105–2111, 2016.

SILVA, D. Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo. **Propur**, 2009.

SILVA, G.; LOPES, W.; LOPES, J. Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Ambient. constr.**, v. 11, 2011.

SILVA, J.; D'ASCENZI, L. **Políticas Públicas, Gestão Urbana e Desenvolvimento Local**. Capítulo 3. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

SILVA, M.; SOUSA JUNIOR, M.; LIMA, D.; CARVALHO, C. Segregação socioespacial: os impactos das desigualdades sociais frente a formação e ocupação do espaço urbano. **Revista Monografias Ambientais**, n. 15(1), p. 256–263, 2016.

SIMONS, H. Case Study Research: In-Depth Understanding in Context. In: Leavy, P. (ed.) **The Oxford Handbook of Qualitative Research**. Oxford University Press, 2014.

SIQUEIRA, B. **A importância dos fatores imateriais na atratividade dos espaços públicos urbanos: diretrizes para a cidade de Maceió, Brasil**. Dissertação (Mestre em

planeamento e projecto urbano). Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2021.

SIU, K. W. M.; WONG, M. M. Y. Promotion of a healthy public living environment: participatory design of public toilets with visually impaired persons. **Public health**, v. 127, n. 7, p. 629-636, 2013.

SIU, K.; WONG, M. Promotion of a healthy public living environment: participatory design of public toilets with visually impaired persons. **Public Health**, v. 127, 2013.

SIU, K.; XIAO, J.; WONG, Y. Policy, implementation and management of the inclusive design of open space for visually impaired persons. **Facilities** v. 37, 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, 2006.

SSEKAMATTE, T. et al. Opportunities and barriers to effective operation and maintenance of public toilets in informal settlements: perspectives from toilet operators in Kampala. **International Journal of Environmental Health Research**, 2018.

STANWELL-SMITH, R. Public toilets down the drain? Why privies are a public health concern. **Public Health**, v. 124, n. 11, p. 613-616, 2010.

STEINFELD, E.; MAISEL, J. **Universal Design: Creating Inclusive Environments**. General & Introductory Architecture, 2012.

STORY, M. **The Universal Design File**. University, The Center for Universal Design, 1998.

TAKAKI, E. **Ergonomia do ambiente construído aplicada às vias de circulação pública: requisitos para o sistema homem-atividades-vias de circulação**. Dissertação (Mestrado em Design). Programa de Pós-Graduação em Design. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005

TALES, A.; et al. Dementia-friendly public toilets. **The Lancet**; London, v. 390, 2017.

TAVARES, M. A política municipal de saúde pública; séculos XIV-XV. **Revista de história económica e social**. Lisboa, n.19, 1987.

TIJM, M.; CORNIELJE, H.; EDUSEI, A.K. 'Welcome to my life!' Photovoice: Needs assessment of, and by, persons with physical disabilities in the Kumasi Metropolis, Ghana. **Disability, CBR & Inclusive Development**, v. 22, n. 1, p. 55-72, 2011.

TOLEDO, P. Você sabe o que é a VIGILÂNCIA SANITÁRIA?. Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde. **Fundação Oswaldo Cruz**, 2021. Disponível em: <https://www.incqs.fiocruz.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2463:voce-sabe-o-que-e-a-vigilancia-sanitaria&catid=42&Itemid=132> Acesso em: 20 de abr. de 2022

TRESSERRAS, J. P. **Mobiliário urbano: inovação y diseño** (procesos de desarrollo de producto). Tese (Doutorado) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2011.
UFC; ANVISA. Curso Básico em Vigilância Sanitária. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/educacao-e-pesquisa/publicacoes-sobre-educacao-e-pesquisa/unidade_01-vigilancia-sanitaria-no-sus.pdf> Acesso em: 20 de abr. de 2022

UNITED NATIONS. **Accessibility and Development**. Mainstreaming disability in the post-2015 development agenda, 2015. Disponível em: <un.org/disabilities/documents/accessibility_and_development.pdf> Acesso em: 27 fev. 2020.

UNITED NATIONS. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities**. United Nations General Assembly, 2006. Disponível em: <un.org/disabilities/documents/convention/convention_accessible_pdf.pdf> Acesso em: 27 fev. 2020.

UNITED NATIONS. ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050. ONU, 19 de fev. de 2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>> Acesso em: 29 de abr. de 2022.

VASCONCELOS, F.; VILLAROUCO, V.; SOARES, M. Avaliação ergonômica do ambiente construído: estudo de caso de uma biblioteca universitária. **Ação ergonômica**, v.4. p. 5-25, 2009.

VILAR, L. Uma história sobre o banheiro. **Seguindo os Passos da História**, 29 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://seguidopassoshistoria.blogspot.com/2020/01/uma-historia-sobre-o-banheiro.html>> Acesso em: 25 de abr. de 2022.

VILLAROUCO, V. O ambiente está adequado? **Anais do ENEAC 2007: I Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído e II Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral**. Recife, 2007

VISITRECIFE. O que fazer mercado de Cada Amarela. **Visit. Recife**, 19 de abr. de 2018. Disponível em: <<https://visit.recife.br/o-que-fazer/mercado-de-casa-amarela/o-que-fazer-mercado-de-casa-amarela-topo-mobile/>> Acesso em: 20 de abr. de 2022

WANG, C.; *et al.* Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in china. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17(5), 2020.

WANG, J. Vision of China's future urban construction reform: In the perspective of comprehensive prevention and control for multi disasters. **Sustain Cities Soc.**, 2021
WANG, Y.; YANG, X. Analysis of Urban Culture and Urban Design. **Applied Mechanics and Materials**, p. 209-211, 2012.

WANG, Z. 'Use the Environment to Prevent and Control COVID-19 in Senior-Living Facilities: An Analysis of the Guidelines Used in China', **HERD: Health Environments Research & Design Journal**, v. 14(1), p. 130-140, 2021.

WHO. **Coronavirus**. Suíça: World Health Organization, 2020a. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_3> Acesso em: 08 de ago. de 2020

WHO. **Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19**. Suíça: World Health Organization, 2020b. Disponível em: <<https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>> Acesso em: 30 de jul. 2020

WILKINSON, H.; AND MATHEWS, G. A public inconvenience: Better toilets for inclusive travel, a study investigating toilet provision when travelling for people with dementia and other physical and cognitive impairments. **Colchester**, Essex, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Sanitation**. Geneva: WHO, 2017. Disponível em: <who.int/news-room/fact-sheets/detail/sanitation/> Acesso em: 28 de fev. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION; WORLD BANK. **World Report on Disability**. Geneva: WHO, 2011. Disponível em: <who.int/disabilities/world_report/2011/accessible_en.pdf/> Acesso em: 27 de fev. 2020.

WU, F.; *et al.* A new coronavirus associated with human respiratory disease in China. **Nature**. v. 579(7798), p. 265-269, 2020.

XIAO, C. A novel approach of consultation on 2019 novel coronavirus (COVID-19) - related psychological and mental problems: structured letter therapy. **Psychiatry Investigation**, v. 17(2), p. 175-176, 2020.

XU, L.; CAO, C. Investigation and research on public toilets in classical gardens of Suzhou. *Advances in Social Science*, **Education and Humanities Research**, 2014.

APÊNDICE A – QUESTÕES UTILIZADAS NAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

1. Qual sua função?
2. A quanto tempo trabalha nessa função?
3. Qual sua especialização (formação acadêmica)?
4. Como se formou essa relação da prefeitura do Recife com a CSURB?
5. Quais as atribuições da CSURB?
6. A CSURB é responsável por quais espaços públicos da cidade do Recife?
7. Qual o custo mensal para manter os banheiros dos Mercados Públicos em funcionamento?
8. O recuso financeiro para manutenção é repassado direto da prefeitura (sendo um valor variável dependendo da necessidade) ou é um valor fixo mensal que a CSURB recebe da prefeitura e repassa para manutenção dos banheiros (caso seja fixo e o dinheiro não seja suficiente para o mês, existe algum meio para solicitar mais dinheiro)?
9. O recurso financeiro fornecido pela prefeitura é geral (engloba todos os aspectos de infraestrutura do mercado público e a CSURB escolhe a melhor forma de administrar o dinheiro) ou cada setor do mercado tem sua verba específica e limitada (banheiros, iluminação, pintura, etc.)?
10. No horário que os mercados públicos abrem, os banheiros já estão prontos para o funcionamento?
11. Os banheiros ficam abertos até o momento que o mercado fecha?
12. Como funciona a administração dos banheiros públicos (de quem é a responsabilidade, desde quando funciona assim, como era antes, quais são os maiores problemas envolvidos)?
13. Há alguma especificidade na administração de banheiros dos mercados comparado a outros banheiros da cidade?
14. Os auxiliares de serviços gerais são de empresas terceirizadas ou contratados pela CSURB?
15. Como funciona a higienização dos banheiros públicos (período pré-determinado ou só quando necessário)?
16. Quais materiais são utilizados para higienização dos banheiros?
17. Os banheiros possuem local de armazenamento para os produtos de limpeza?
18. Em todos os banheiros são fornecidos materiais de higiene (detergente, toalhas de papel e papel higiênico)?
19. Por causa da pandemia da Covid-19 foi criado outros protocolos de limpeza para os banheiros públicos? Se sim, quais?
20. Os banheiros públicos foram construídos ou reformados seguindo alguma norma regulamentadora que colaborasse na conformação do seu dimensionamento?
21. Em média, quantas cabines sanitárias femininas e masculinas estão presentes em cada banheiro? Os banheiros possuem pelo menos uma cabine de ducha no setor feminino e no masculino?

22. Em caso de depredação, vandalismo ou vícios de uso, seja de algum equipamento (torneiras, chuveiros, pias, espelhos) ou da infraestrutura (infiltração, vazamentos, problemas elétricos), como a CSURB procede?
23. Existe algum contato com a população antes de tomarem decisões sobre os banheiros dos mercados (reformas, disposição, quantidade de cabines, periodicidade de higienização), caso sejam aplicados questionários e entrevistas como e onde é feito?
24. Através de que telefone ou e-mail os usuários podem entrar em contato com a CSURB para possíveis sugestões, elogios ou reclamações?
25. Já houve reclamações sobre os banheiros? Como a CSURB procede nessas situações?
26. Desde o início da pandemia da Covid-19, os mercados públicos foram fechados em algum momento? Se sim, durante quanto tempo?
27. Após as normas impostas pelo governo em relação a prevenção da Covid-19, houve alguma regra para o limite de pessoas, ao mesmo tempo, dentro dos banheiros públicos?
28. Há algum plano futuro para os banheiros dos Mercado Públicos (reformas e melhorias)?
29. Em todos os mercados há, pelo menos, um banheiro público acessível separado por gênero?
30. Porque os banheiros acessíveis ficam fechados?
31. Os acessos aos banheiros também são acessíveis (piso tátil, sinalização, rampas, revestimentos, etc.)?
32. Em relação a ergonomia, os banheiros públicos promovem conforto ambiental (iluminação e temperatura adequada)?
33. Na sua opinião, o estado atual dos banheiros atende as demandas de todos os usuários dos Mercado Públicos? O que você acha que poderia ser diferente?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a), o (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) para participar desta pesquisa “Cidade para todos ou cidade para poucos: discussão sobre o plano de gestão dos banheiros públicos na perspectiva do design urbano”, que tem como objetivo **compreender o formato de gerenciamento dos banheiros situados nos mercados públicos do Recife, por intermédio de entrevistas com os gestores, mantenedores e usuários diretos dos banheiros**. Sob a responsabilidade da pesquisadora Tercilia Tayná Prado Mendonça. Endereço: UFPE/CAC - Departamento de Design – Av. dos Funcionários, 478-518 - Cidade Universitária, Recife - PE, telefone (81) 9998081650, e-mail: tercilia.mendonca@ufpe.br, e orientado pela Prof.^a Dr.^a Laura Bezerra Martins, telefone (81) 999599409, e-mail: laura.martins@ufpe.br.

A sua participação é essencial, pois a forma como o (a) senhor (a) identifica a gestão dos banheiros públicos será a minha principal fonte de dados para compreender a ação pública relacionada ao fornecimento e manutenção dos banheiros públicos. Estando apto a participar, saiba que seu nome não será revelado em hipótese alguma, os resultados serão apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, o material de seu registro apenas será utilizado para propósitos de publicação científica ou educativa. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido seguirá em duas vias. Uma delas fica em posse do pesquisador, e a outra fica em posse do participante.

O método utilizado na pesquisa é a qualitativa através da realização de entrevistas e observação de campo. O convidado irá participar de uma conversa a respeito do formato de gestão dos banheiros guiada pelo pesquisador responsável. Caso você permita, iremos realizar gravações das falas para facilitar o uso da técnica. **Se em algum momento se sentir constrangido com os temas abordados, pode interromper**. De acordo com a metodologia aplicada, **este estudo não implicará em riscos ou prejuízos significativos para os voluntários**.

Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em pastas de arquivos e computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora. As pastas com os dados coletados (anotações e gravações) ficarão em armário fechado no Departamento de Design da UFPE (Av. dos Funcionários, 478-518 - Cidade Universitária, Recife – PE, CEP: 50740-550), sob a responsabilidade da pesquisadora principal, pelo período mínimo de 5 anos.

Sua participação neste estudo é muito importante e é voluntária. O (A) Sr. (a) tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda. Caso você aceite participar da pesquisa, saiba que o pesquisador assegurará a sua privacidade, não revelando em hipótese seu nome. Você não terá gasto com a participação na pesquisa, e também não receberá nenhum pagamento

Tercilia Tayná Prado Mendonça

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido seguirá em duas vias. Uma delas fica em posse do pesquisador, e a outra fica em posse do participante. Dessa maneira, solicito sua autorização para realizar esta entrevista.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Li, ou alguém leu para mim, as informações aqui contidas antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que entendi tudo o que foi explicado, inclusive sobre os procedimentos da pesquisa, sobre os riscos e o sigilo. E, diante dos esclarecimentos, eu, _____, de CPF: _____ concordo em participar voluntariamente da pesquisa “**Cidade para todos ou cidade para poucos: discussão sobre o plano de gestão dos banheiros públicos na perspectiva do design urbano**” de forma anônima. Declaro ainda que recebi respostas para todas as minhas dúvidas e confirmo que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e outra via ficou com o pesquisador. Sei que sou livre para mudar minha resposta sobre manter ou não o anonimato a qualquer momento, sem qualquer prejuízo a mim ou à instituição que represento. Como voluntário (a), fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade para mim.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador
Tercilia Mendonça

LOCAL: _____

DATA: ___/___/____